petrel

ISSN 2675-777X



_petrel

Boletim de Conjuntura
do Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais
da Universidade de Brasília

[v.2 | n.4] [dezembro | 2020]

_petrel
Boletim de Conjuntura
do Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais
da Universidade de Brasília

[v.2 | n.4] [dezembro | 2020]



ISSN 2675-777X

petrel

Boletim de Conjuntura
do Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais
da Universidade de Brasília

[v.2 | n.4] [dezembro | 2020]

Eleições dos EUA: Reflexos internacionais

EXPEDIENTE

editor	Juliano da Silva Cortinhas
conselho editorial	Ana Luísa Vitali Daniel Gualberto Jales Caur Letícia Plaza Luiza Ferreira Nathália Mamede Yara Martinelli
projeto gráfico e direção de arte	Jales Caur Letícia Plaza
diagramação	Jales Caur
capa	Letícia Plaza
fotografia	Jon Tyson Scott Walsh Zachary Anderson
revisão	Ana Luísa Vitali Daniel Gualberto Jales Caur Juliano Cortinhas Letícia Plaza Luiza Ferreira Nathália Mamede Yara Martinelli

Programa de Educação Tutorial - Relações Internacionais [PET-REL]
Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília [IREL-UnB]
Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte - Brasília [DF]
CEP 70910-900 | **petrel.unb.br**

Apresentação

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET – então Programa Especial de Treinamento e hoje Programa de Educação Tutorial – é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores.

O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior.

Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação.

O PET/REL – Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais – foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, orgulha-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET/REL hoje conta com 18 alunos, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

O Laboratório de Análise das Relações Internacionais

No contexto do PET/REL, insere-se o Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI), idealizado e organizado desde 2005. Concebido como atividade de pesquisa e extensão do trabalho do grupo a toda comunidade acadêmica, o LARI tem por objetivo observar a conjuntura internacional e produzir interpretações cientificamente embasadas. O cerne das atividades do LARI compõe-se de encontros bimestrais com temas pré-definidos, nos quais os participantes são encorajados a indicar elementos de análise relevantes e a identificar relações, explicações e previsões relativas aos tópicos abordados, num esforço concertado e organizado. Após a discussão dos temas estabelecidos nas reuniões mensais, os membros do PET/REL produzem análises de conjuntura, baseadas na premissa de que o estudo e a aplicação de metodologia e teoria científica permitem melhor compreensão acerca do comportamento dos atores internacionais. O conjunto dessas análises, corrigidas em pares, compõem a Revista *Petrel*. O Laboratório de Análise de Relações Internacionais, desde sua concepção, constituiu-se num esforço analítico que tem por meta capturar, de forma clara e objetiva, os fatos da conjuntura internacional que podem engendrar-se com processos e dinâmicas mais amplos das Relações Internacionais. Para tanto, buscam se usar mecanismos que possibilitem o enquadramento dos fatos nas dinâmicas e que favoreçam o exercício intelectual de seleção dos temas tratados e da produção de análises.

Sumário

Eleições dos EUA *[09]*

Lista de imagens *[11]*

A eleição de Biden e o futuro dos investimentos dos EUA em energias renováveis diante da influência chinesa no setor *[13]*
Júlia de Souza Sales

Alianças e aliados fragilizados: os possíveis reflexos da eleição de Biden para os curdos na Síria *[22]*
Daniel Gualberto e João Mattar

Biden y Duque: La relación entre Estados Unidos y Colombia después de las elecciones *[31]*
Matheus Jesus do Nascimento

Colégio Eleitoral, democracia e desafios internacionais do governo Biden *[41]*
Luigi Fialho Vieira de Melo

Disputa do 5G no Brasil: entre técnicas e ideologias *[50]*
Ana Luiza FLores e Yara Martinelli

El voto latino en EE.UU., ¿la clave de las próximas elecciones? *[60]*
Celso Coelho

Estados Unidos: Freios e Contrapesos ao Avanço Ambiental *[68]*
Júlia Gouveia

Existe espaço para fechar Guantánamo no governo de Biden? *[77]*
Luiza Ferreira

[85] ***How to get away with an idea: structural power and Donald Trump***
Jales Caur

[94] ***La victoria de Biden-Harris y el imperialismo palatable de los democratas***
Letícia Plaza

[101] ***Migração e Refúgio: diferenças entre as visões de Trump e Biden***
Vanessa Ramos

[109] ***Multilateralismo pós-Trump: o governo Biden será capaz de restaurar a atuação estadunidense à sua antiga glória***
Maria Eduarda Andrade

[115] ***O bipartidarismo ainda tem futuro nos EUA?***
Daniel Rego

[123] ***Os efeitos do endosso político feito por celebridades nas eleições dos Estados Unidos***
Ana Luísa Vitali

[128] ***Os impactos da eleição estadunidense para a governança ambiental: influências sobre o Acordo de Paris e a Amazônia brasileira***
Nathália Mamede

[134] ***The Biden era and the US immigration policies to Central America and Mexico***
Marina Morena e Willian Alves

[146] ***Trump and Xi: paradoxes in global governance in the 21st century***
Kamila Aben Athar

Eleições dos EUA

[v.2 | n. 4] [2020]

As eleições presidenciais de 2020, realizadas no dia 03 de novembro, foram consideradas uma das mais importantes da história dos EUA, tendo em vista a polarização que toma conta da sociedade estadunidense. Estavam em jogo a própria ideia de sociedade que os EUA representam e sua capacidade de manter a liderança no mundo (COHEN, 2020). Trump, membro do Partido Republicano e atual presidente, disputou a reeleição contra Joe Biden, membro dos Democratas e vice-presidente do país durante a gestão Obama.

As diferentes interpretações sobre o processo de ascensão da China e as possibilidades de que se torne adversário político, militar e econômico dos EUA, bem como a gestão da pandemia de COVID-19 e a capacidade do país de promover a retomada da economia, entre outros, foram alguns dos temas de embate entre as duas partes. Enquanto Trump manteve seu discurso populista neo-mercantilista (MENDONÇA et al., 2019), Joe Biden buscou resgatar algumas pautas da era Obama, como o comprometimento dos EUA com pautas ambientais, com Organizações Internacionais e com a manutenção do papel do país de mantenedor da ordem internacional.

Além da latente polarização, as eleições de 2020 contaram com outros elementos de dúvida, como a pandemia de Covid-19. Na época da votação, o país tinha quase 10 milhões de casos confirmados, o que levou muitos estados a mudarem as regras da votação, permitindo que milhões votassem pelo correio pela primeira vez. Por outro lado, dada a não-obrigatoriedade dos votos, o número de eleitores votantes foi gerador de incertezas. Ao final do pleito, foram contabilizados mais de 160 milhões de votos em todo o país, uma cifra inédita que evidencia a importância dessas eleições para o futuro dos Estados Unidos (LABORDE, 2020).

Além disso, as eleições de 2020 podem ter repercussões para diferentes esferas das Relações Internacionais, inclusive com possíveis desdobramentos para a própria concepção de democracia no mundo. A eleição de Joe Biden e as medidas a serem implementadas durante seu governo podem alterar consideravelmente o rumo da política

externa dos Estados Unidos. É nesse contexto em que o PET-REL apresenta seu Boletim de Conjuntura, que busca abordar essas repercussões, fomentar a construção de ideias e aprimorar a capacidade analítica de alunos de dentro ou fora do Programa de Educação Tutorial.

Referências

COHEN, E. A. The End of American Power: Trump's Reelection Would Usher in Permanent Decline. **Foreign Affairs**, 27 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-10-27/end-american-power . Acesso em: 30 out 2020.

MENDONÇA, F.; THOMAZ, L.; LIMA, T.; VIGEVANI, T. America First But Not Alone: uma (nem tão) nova política comercial dos Estados Unidos. Com Donald Trump In: VELASCO, S.; BOJIKIAN, N. (Orgs) **Trump: primeiro tempo**. São Paulo: Unesp, 2019, pp. 119-151

LABORDE, A. Um país, 160 milhões de votos e 50 regras para apurá-los. O que explica a complexa eleição nos EUA. **EL PAÍS**, 06 de novembro de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-06/um-pais-160-milhoes-de-votos-e-50-regras-para-apura-los-o-que-explica-a-complexa-eleicao-nos-eua.html. Acesso em: 10 dez 2020.

Lista de imagens

Imagem 1: Mapa da região onde a etnia curda historicamente habita (também chamada de Curdistão). **Fonte:** Quem são os curdos e por que são atacados pela Turquia (2019).

Figure 2: Pyramid interconnecting the four sources of structural power. **Source:** STRANGE, 1988, p. 27

Imagem 3: meme extensivamente compartido en las redes sociales. **Fonte:** desconocida.

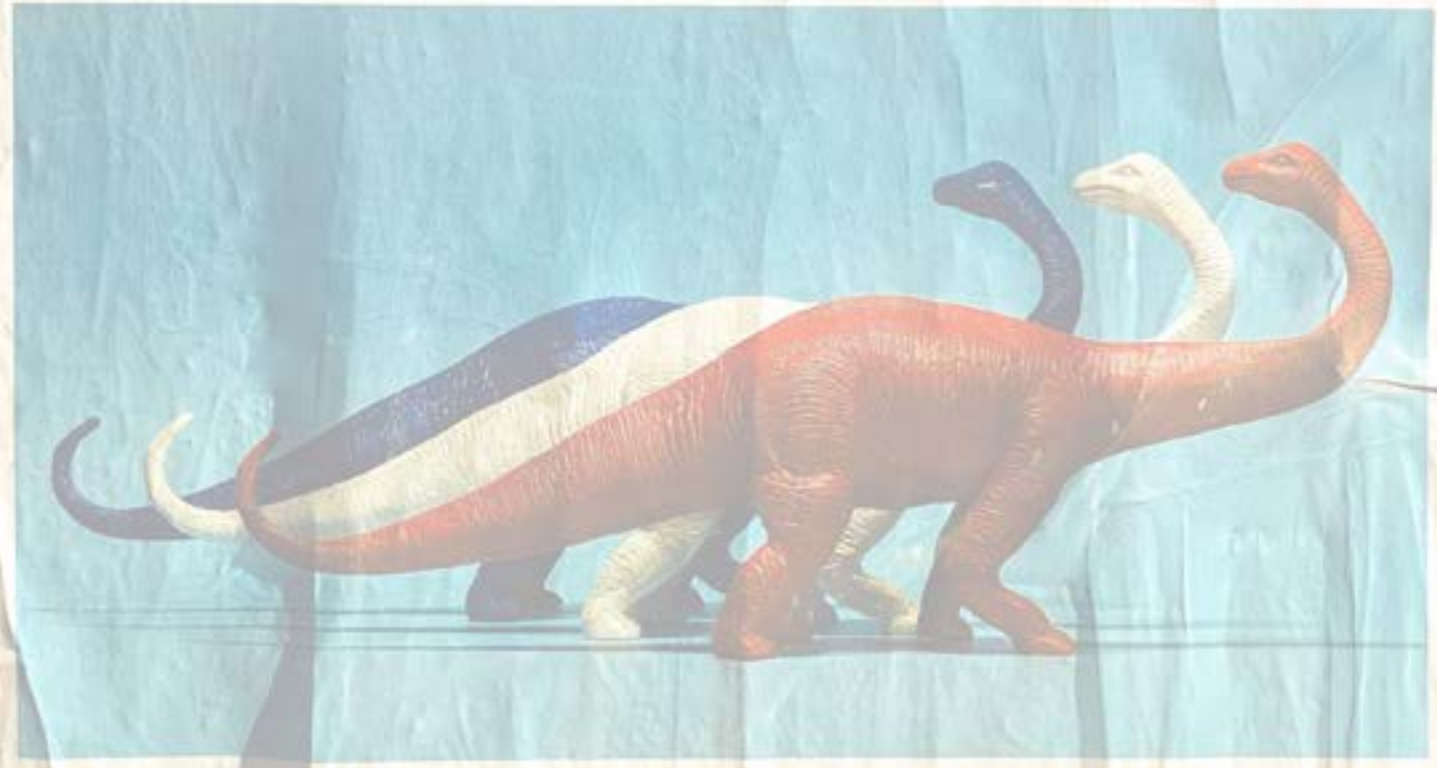
Imagem 4: Manchetes sobre participação política de celebridades nas eleições de 2020. **Fonte:** Marie Claire e Independent UK (2020).

Figure 5: Detentions on the Southern Border July 2012 - June 2015 (2014). **Source:** Observatorio de Legislación y Política Migratoria, 2015.

EXCELLON PHARM
DESIGN PREVENTION ASSOC
present



Politics



Politics

A eleição de Biden e o futuro dos investimentos dos EUA em energias renováveis diante da influência chinesa no setor

Júlia de Souza Sales

"Em breve, os Estados Unidos terão um governo que trata a crise climática como a ameaça urgente à segurança nacional que ela é" (KERRY, 2020, tradução nossa). A afirmação é de John Kerry, Secretário de Estado dos EUA de 2013 a 2017 e responsável por assinar o Acordo de Paris, em 2016. Kerry foi escolhido por Biden para exercer a função de Special Presidential Envoy for Climate, estreando a cadeira dedicada às mudanças climáticas dentro do Conselho Nacional de Segurança dos EUA (PRESIDENT-ELECT..., 2020). O posicionamento condiz com a postura de defesa ambiental que Biden adotou durante sua campanha e é parte da justificativa utilizada para defender os altos investimentos que o presidente-eleito afirma que fará em energia limpa durante seu mandato.

Nesse sentido, Biden seguirá uma estratégia diferente da adotada por Donald Trump, que retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris afirmando que seu cumprimento custaria milhares de empregos e seria prejudicial para a economia estadunidense (NRDC, 2019). Enquanto isso, o governo de Xi Jinping promoveu fortemente o investimento em energia renovável como política de Estado e incentivou as relações multilaterais do país nesta pauta (CHINA, 2017a). Assim, se Biden cumprir as promessas de investir pesadamente na área, sua eleição irá alterar a maneira que os Estados Unidos lidarão com questões ambientais e de investimento em energia limpa, o que tende a levar a uma possível relação de rivalidade e cooperação pragmática com a China no setor.

O processo de transição energética para energia renovável concerne ao mundo todo e, consequentemente, influencia a forma como os Estados se projetam internacionalmente diante das respostas dadas pelos tomadores de decisão às demandas do sistema internacional. As respostas de Trump não foram positivas. Ao longo do mandato, o republicano foi responsável por enfraquecer ou anular mais de 125 políticas de proteção ao meio ambiente, além de buscar reviver a indústria do carvão nos EUA

– o que não ocorreu devido à redução da demanda do mineral diante da diminuição dos custos em energias renováveis (DENNIS et al., 2020). Por essa razão, apesar do discurso de Trump, ao afirmar, por exemplo, que "grandes moinhos de vento destroem os valores das propriedades de todos e matam todos os pássaros" (OPRYSKO, 2019, tradução nossa), ser desproporcional à importância que a energia verde está adquirindo internacionalmente, os Estados Unidos bateram recorde de investimento em energia limpa no ano de 2019 (CHESTNEY, 2020).

O governo chinês, por outro lado, tem atribuído relevância crescente às energias renováveis. Isso pode ser percebido na fala do líder chinês Xi Jinping em 2017 no Fórum Mundial de Davos, quando afirmou que o Acordo de Paris é uma conquista para o desenvolvimento mundial e de responsabilidade de todos os países para com as gerações futuras, assim como defendeu o multilateralismo na causa (CHINA, 2017b). A diferença entre a postura adotada pelos dois países também é notada ao comparar os investimentos feitos por cada um no setor: desde 2013, a China é o país com maior número de novos investimentos em energia renovável, sobretudo em energia solar e eólica – em 2019, investiu 83,4 bilhões de dólares, enquanto os EUA investiram 55,5 USD bilhões (FRANKFURT SCHOOL..., 2020, p. 25). Além disso, a China é responsável por 38% de todos os empregos do mundo em energia renovável, dos quais 2,2 milhões são apenas no setor de energia solar, contra 240 mil nos EUA (IRENA, 2020, p. 10).

Diante disso, construiu-se uma conjuntura em que a China aumentou vigorosamente sua participação no setor de energia verde. O comprometimento chinês com a pauta permitiu que o país se tornasse o principal fornecedor de insumos nessa longa transição mundial para energias renováveis, estabelecendo acordos de cooperação das empresas chinesas com a Europa, América Latina e com os países vizinhos – em 2019, o mercado chinês de instalações de energia solar correspondeu a 70% de todo o valor mundial (JÄGER-WALDAU, 2020, p. 930). Essa recente liderança em energia renovável é, em grande parte, consequência de um projeto que a China já vinha desenvolvendo diante da necessidade econômica, política, ambiental e social do país de prover segurança

energética interna (KUO, 2020, p. 6).

Contudo, ao mesmo passo em que é a maior exportadora de energia renovável do mundo, a China é o país que mais importa e financia combustíveis fósseis: a demanda por carvão, ainda que em declínio, é uma das principais fontes de energia na China. Em 2018, por exemplo, o consumo de petróleo no país foi 3,4 vezes maior que sua produção doméstica, e a dependência de importação de gás natural atingiu 45,3% (KUO, 2020). O governo de Joe Biden utilizará esse argumento para questionar e pressionar a China nos fóruns multilaterais, e, possivelmente, exigirá compromissos de responsabilidade quanto à emissão de carbono e o consumo, produção e investimento em combustíveis fósseis como requisitos para não aplicar penalidades:

> Biden não permitirá que outras nações, incluindo a China, manipulem o sistema, tornando-se economias de destino para poluidores, minando nossos esforços climáticos e explorando trabalhadores e empresas americanas. [...] A China é de longe o maior emissor de carbono do mundo e, por meio de sua enorme Belt and Road Initiative, Pequim também financia anualmente bilhões de dólares em projetos de energia com combustíveis fósseis sujos na Ásia e além. Biden vai reunir uma frente unida de nações para responsabilizar a China para altos padrões ambientais em seus projetos de infraestrutura da Belt and Road Initiative para que a China não possa terceirizar a poluição para outros países (THE BIDEN..., 2020, tradução nossa).

Garantir a segurança energética é fundamental, visto que a dependência, tanto de fornecimento por outros países quanto de fontes energéticas esgotáveis, é um risco para a própria manutenção do país. As administrações de Joe Biden e de Xi Jinping reconhecem essa realidade e devem utilizá-la como justificativa, juntamente com a dos perigos das indústrias convencionais para o futuro da humanidade, para construir seus projetos nos próximos anos. Ao reconhecer as vantagens tecnológicas e de geração de emprego da China na área, Biden reconhece o atraso dos EUA nos investimentos em energia renováveis, mas defende que até 2030 a administração de seu governo "colocará os Estados Unidos de volta ao banco do motorista, tornando a América líder mundial em pesquisa de energia limpa, investimento, comercialização, manufatura e exportações" (THE BIDEN..., 2020, tradução nossa).

Essa projeção para maior investimento em energia renovável durante o governo

de Biden pode criar um cenário em que China e EUA perseguem no setor seus próprios interesses que, também, são compartilhados mundialmente e, se essa realidade se concretizar, será preciso desenvolver mecanismos de cooperação pragmática. O governo de Xi Jinping, no 19º Comitê Central do Partido Comunista da China, se comprometeu a reduzir as emissões de grandes poluentes e a melhorar o ambiente ecológico, metas que serão explicadas de forma mais específica com o lançamento do 14º Plano Quinquenal Chinês, que indicará as ações do país de 2021 a 2026 (CHINA, 2020). As discussões em torno desse novo plano da China tendem para o prosseguimento do investimento em energia verde como uma das tarefas centrais do país, aliada à promessa de neutralidade nas emissões de carbono para 2060 (MCGRATH, 2020). Biden, por sua vez, pretende que os EUA retornem ao Acordo de Paris em 2021 e que seja promulgada uma legislação durante seu governo para alcançar a neutralidade nas emissões em 2050 (THE BIDEN..., 2020).

Diante desses objetivos comuns, o democrata planeja estabelecer acordos bilaterais entre ambos os países para mitigação do carbono desde que a China elimine subsídios injustificados de produção de carvão em outros países, assim como de outros minerais que prejudiquem as metas de diminuição da emissão, incluindo as atividades do Belt and Road Initiative (THE BIDEN..., 2020). A Nova Rota da Seda é mencionada novamente pelas propostas de Biden ao afirmar que, junto aos seus parceiros, os EUA oferecerão alternativas de financiamento de projetos energéticos com baixo teor de carbono, o que se associa à sua proposta de reforma dos padrões do Fundo Monetário Internacional e dos bancos regionais de desenvolvimento quanto às prioridades de reembolso da dívida para projetos de desenvolvimento, tendo em consideração os custos das dívidas insustentáveis estabelecidas por países em parceria com a China (THE BIDEN..., 2020).

Cabe notar que a China é o principal importador de petróleo, carvão e gás natural e, além disso, é credor de geração de carvão em outros países em um cenário em que muitos bancos internacionais já não financiam esse investimento (GROSS, 2020). Apesar disso, os projetos chineses para diminuição de combustíveis poluentes permitem que, a

médio e longo prazo, as propostas de Biden coincidam com os objetivos de Xi Jinping de redução da dependência de fontes poluentes de energia. Nesse sentido, é possível que a China alavanque medidas para diminuir os financiamentos de carvão no exterior e direcione subsídios para fontes menos poluentes e de energia limpa. Tais ações poderiam favorecer tanto as relações bilaterais da China com os Estados Unidos, quanto acordos multilaterais no setor.

Quanto às alternativas ao financiamento chinês de energia suja que Biden promete aos países da Ásia, África e Europa, é mais provável que a própria China as forneçam. O país é o maior fornecedor e consumidor de energia solar fotovoltaica, possuindo dois terços da capacidade mundial de produção de energia solar (CHINA POWER TEAM, 2020). Além disso, estima-se que 1 em cada 4 gigawatts de energia renovável mundial será gerado, até 2040, pela China (ibidem). Diante dessa capacidade chinesa, é difícil que os Estados Unidos consigam exercer a liderança que Biden afirma que buscará no setor (THE BIDEN..., 2020). Caso os Estados Unidos, de fato, invistam em sua capacidade em energias renováveis em um valor capaz de fortalecer a indústria interna e atender a demanda de outros países, o que se pode esperar é maior competitividade no setor com o mercado chinês, principalmente quando comparado ao governo Trump. Esse cenário poderia levar Xi Jinping a impulsionar projetos nacionais e internacionais ainda mais rígidos e preocupados com os impactos para o meio ambiente.

Quanto às relações diplomáticas nos organismos internacionais, também é de se esperar mais competitividade com o papel que a China vem desempenhando para promoção de ações sustentáveis. O governo Biden afirmou que irá buscar, com base nos compromissos do G7 e de instituições multilaterais de financiamento para exportação, um compromisso do G20 para acabar com os subsídios em projetos com altos índices de emissão de carbono (THE BIDEN..., 2020). Além disso, declarou que trabalhará para uma retomada da Missão de Inovação, composta por 20 países, incluindo a China, que havia sido estabelecida durante a presidência de Obama visando acelerar a inovação global de energia limpa (THE BIDEN.., 2020). Nesse sentido, a promessa é que os

EUA empregarão esforços para recuperar a ênfase diplomática nesse setor, a qual foi enfraquecida por Trump, objetivando que os EUA sejam reconhecidos como uma grande potência em energia renovável, capaz de rivalizar com o potencial da China.

Essa maior competitividade pode ser positiva para o futuro das questões ambientais e dos investimentos em energia verde. Com os Estados Unidos finalmente demonstrando o interesse necessário exigido por essas causas, espera-se que mais projetos de alcance global no setor sejam desenvolvidos para buscar objetivos compartilhados por todos os países e que concernem ao futuro da humanidade. A demanda crescente da União Europeia e dos países em desenvolvimento, por exemplo, influi na necessidade constante desses países de buscar novos financiamentos e acordos por projetos que devem ser impulsionados pela China e pelos Estados Unidos, que têm responsabilidade, por seu papel na economia, de investir internamente e no exterior.

Ainda há muito que a China e os Estados Unidos precisam fazer em relação ao futuro das energias verdes. Nos últimos anos, a China construiu um aparato econômico, tecnológico e diplomático que permitiu a inserção internacional do país como o único capaz de ofertar energia renovável em quantidades que atendam a crescente demanda mundial. Entretanto, o país continua investindo em combustíveis fósseis e é o que mais emite dióxido de carbono no mundo (FRIEDLINGSTEIN et al., 2020). A eleição de Joe Biden pode significar a entrada, ainda que tardia, dos Estados Unidos na busca mundial de soluções para as mudanças climáticas, em que os possíveis investimentos que Biden poderá fazer no setor exigem entendimento com grupos empresariais, políticos e ambientais.

Ademais, é provável que Biden fortaleça a presença estadunidense em acordos multilaterais, assim como bilaterais, com a China, de transição verde. Ainda que as ambições estadunidenses sejam de liderança no setor, posição que a China vem desempenhando, os Estados Unidos e a China precisarão estabelecer relações de cooperação pragmática dada a exigência mundial de medidas climáticas. Ambos os países são agentes fundamentais para a diminuição da emissão dos gases do efeito estufa, o que exige uma conduta capaz

de apresentar soluções conjuntas às urgentes necessidades globais.

Referências

BUCKLEY, T. **Over 100 Global Financial Institutions Are Exiting Coal, With More to Come.** Lakewood, OH: Institute for Energy Economics and Financial Analysis, fev. 2019. Disponível em: http://ieefa.org/wp-content/uploads/2019/02/IEEFA-Report_100-and-counting_Coal-Exit_Feb-2019.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

CHESTNEY, N. U.S. clean energy investment hits new record despite Trump administration views. **Reuters**, London, jan. 2020. Disponível em: https://uk.reuters.com/article/us-usa-renewables-investment/u-s-clean-energy-investment-hits-new-record-despite-trump-administration-views-idUKKBN1ZF259. Acesso em: 23 nov. 2020.

CHINA. **13º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social-Nacional da República Popular da China.** Pequim, Agência de Notícias Xinhua, março 2017a. Disponível em: https://en.ndrc.gov.cn/policyrelease_8233/201612/P020191101482242850325.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

CHINA. Xi Jinping. **Full Text of Xi Jinping keynote at the World Economic Forum**. Davos, CGTN America, jan. 2017b. Disponível em: https://america.cgtn.com/2017/01/17/full-text-of-xi-jinping-keynote-at-the-world-economic-forum. Acesso em: 11 nov. 2020.

CHINA. **China proposes development targets for 14th Five-Year Plan period**. Beijing, Xinhua, out. 2020. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2020-10/29/c_139476451.htm. Acesso em: 11 nov. 2020.

CHINA POWER TEAM. How Is China's Energy Footprint Changing?. **China Power**, ago 2020. Disponível em https://chinapower.csis.org/energy-footprint/. Acesso em: 06 dec. 2020.

DENNIS, B.; EILPERIN, J.; MUYSKENS, J. Trump Has Rolled Back 125 Climate and Environmental Policies. It Would Take Biden Years to Restore Them. **The Washington Post**, Washington, out. 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/graphics/2020/climate-environment/trump-climate-environment-protections/. Acesso em: 10 nov. 2020.

FRANKFURT SCHOOL – UNEP COLLABORATING CENTRE FOR CLIMATE & SUSTAINABLE ENERGY FINANCE. Global Trends in Renewable Energy Investment 2020. **Frankfurt School-UNEP Centre/BNEF**, jun. 2020. Disponível em: https://www.fs-unep-centre.org/global-trends-in-renewable-energy-investment-2020/. Acesso em: 10 nov. 2020.

FRIEDLINGSTEIN, P et al. Global Carbon Budget 2020. **Earth System Science Data (ESSD)**, dec 2020. Disponível em: https://essd.copernicus.org/articles/12/3269/2020/. Acesso em: 11 dec. 2020.

GROSS, S. **The Global Energy Trade's New Center of Gravity.** Brookings, set. 2020. Disponível em: https://www.brookings.edu/articles/the-global-energy-trades-new-center-of-gravity/. Acesso em: 22 nov. 2020.

IRENA. Renewable Energy and Jobs - Annual Review 2020. **International Renewable Energy**

Agency, set 2020. Disponível em: https://www.irena.org/publications/2020/Sep/Renewable-Energy-and-Jobs-Annual-Review-2020. Acesso em: 23 nov. 2020.
JÄGER-WALDAU, A. Snapshot of Photovoltaics—February 2020. Energies, v. 13, n. 4, p. 930, 2020. Disponível em: https://www.mdpi.com/1996-1073/13/4/930/htm. Acesso em: 7 dec. 2020.

KERRY, J. F. **America will soon have a government that treats the climate crisis as the urgent national security threat it is. I'm proud to partner with the President-elect, our allies, and the young leaders of the climate movement to take on this crisis as the President's Climate Envoy.** 23 nov. 2020. Twitter: @JohnKerry. Disponível em: https://twitter.com/JohnKerry/status/1330925522579312640?s=20. Acesso em: 23 ago. 2020.

KUO M. A. China's Clean Energy Decline: Impact on the EU and US. **The Diplomat**, jan. 2020. Disponível em: https://thediplomat.com/2020/01/chinas-clean-energy-decline-impact-on-the-eu-and-us/. Acesso em: 11 nov. 2020.

MCGRATH, M. Climate Change: China Aims for 'Carbon Neutrality by 2060. **BBC News**, set. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/news/science-environment-54256826. Acesso em: 11 nov. 2020.

NRDC. **Trump Lies**. 2019. Natural Resources Defense Council. Disponível em: https://www.nrdc.org/trump-lies. Acesso em: 23 nov. 2020.

OPRYSKO, C. Trump was supposed to give a speech on energy. He went way off script. **Politico**, ago. 2019. Disponível em: https://www.politico.com/story/2019/08/13/donald-trump-energy-speech-pittsburgh-1461337. Acesso em: 11 nov. 2020.

PRESIDENT-ELECT Biden Announces Key Members of Foreign Policy and National Security Team. **Biden-Harris Transition**, Washington, nov. 2020. Disponível em: https://buildbackbetter.com/press-releases/president-elect-biden-announces-key-members-of-foreign-policy-and-national-security-team/. Acesso em: 23 nov. 2020.

THE BIDEN Plan for a Clean Energy Revolution and Environmental Justice. **Joe Biden for President**: Official Campaign Website, 2020. Disponível em: https://joebiden.com/climate-plan/. Acesso em: 23 nov. 2020.

Alianças e aliados fragilizados: os possíveis reflexos da eleição de Biden para os curdos na Síria

Daniel Gualberto e João Pires Mattar

No dia 06 de outubro de 2019, o então presidente norte-americano Donald Trump surpreendeu o mundo ao anunciar a retirada precipitada das tropas estadunidenses que apoiavam os curdos no nordeste da Síria. Poucos dias depois, aconteceu o debate entre os candidatos à nomeação do Partido Democrata para corrida presidencial. Na ocasião, Joe Biden e Kamala Harris, até então rivais, condenaram a atitude do presidente republicano. O primeiro classificou a decisão como a "coisa mais vergonhosa que qualquer presidente já fez na história moderna em termos de política externa", enquanto a segunda afirmou que, "mais uma vez, Donald Trump está rifando pessoas", em referência aos aliados curdos que repentinamente ficaram sem a proteção norte-americana (BEINART, 2019, tradução livre).

Pouco mais de um ano depois, os democratas venceram Donald Trump na disputa pela Casa Branca. Neste meio tempo, os curdos foram alvos de ofensivas militares da Turquia e têm enfrentado dificuldades para manter presos os militantes do Estado Islâmico capturados. A troca de gestão animou lideranças curdas, que temiam uma retirada permanente dos Estados Unidos do território sírio (KAJJO, 2020). Esta análise busca delimitar como será a política externa da administração Biden para o conflito sírio, explorando, em particular, o seu engajamento com os curdos.

Histórico recente de relações Estados Unidos - Populações Curdas

A história do povo curdo é marcada por aquela que talvez seja sua característica mais significativa: a de, na maioria das vezes, ver-se como uma minoria étnica nos países em que habita. Originários do território montanhoso nas fronteiras entre Iraque, Irã, Síria e Turquia — comumente chamado de Curdistão —, os Curdos foram e são alvos de violência física, simbólica e cultural por parte dos diferentes governos desses Estados

(MCDOWALL, 2007). No último século, os esforços curdos para combater essas opressões e conquistar maior autonomia administrativa, seja visando soluções separatistas ou não, concentraram-se principalmente na formação de partidos políticos e de organizações armadas.

Figura 1: Mapa da região onde a etnia curda historicamente habita (também chamada de Curdistão).



Fonte: Quem são os curdos e por que são atacados pela Turquia (2019).

Nesse contexto de luta política, a fundação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK [1]), em 1978, e o embate armado que ele lançou contra o Estado Turco desde a década de 1980 foram imensamente influentes sobre a geopolítica da região. Por um lado, seu estilo de organização, os trabalhos teóricos do líder Abdullah Öcalan e a presença de membros do PKK inspiraram a fundação de organizações similares nos outros países que englobam o Curdistão (KNAPP; FLACH; AYBOGA, 2016). Por outro, tais ligações com organizações curdas de países vizinhos e a classificação do partido como uma organização terrorista pela Turquia, EUA e outros, são usadas por Ancara como

[1] É habitual, no que concerne aos partidos curdos, que as siglas amplamente utilizadas sejam aquelas formadas a partir do nome em língua curda. Dessa maneira, PKK vem do nome curdo *Partoya Karkerкn Kurdistanк*.

justificativa para incursões militares transfronteiriças (COOK, 2019).

É importante notar que, embora os estadunidenses acompanhem a Turquia em encarar o PKK como uma organização terrorista, isso não os impediu de fazer parcerias estratégicas com outros grupos curdos, mesmo que, por vezes, isso significasse contrariar os desejos dos turcos. Desde Gerald Ford até os dois presidentes Bush, os EUA apoiaram pontualmente, com equipamentos, suprimentos e inteligência, organizações curdas com o objetivo de prejudicar governos contra os quais os EUA estavam em combate (AZIZ, 2020). Na luta contra o Estado Islâmico (EI), os Curdos na Síria viram uma dinâmica parecida acontecer.

Em 2014, a administração de Obama revisou seu posicionamento acerca da guerra na Síria; se antes a participação era restrita a apoiar alguns grupos rebeldes, os ganhos significativos do EI naquele ano serviram como pretexto para um envolvimento mais direto dos Estados Unidos (KINGSLEY, 2019). Depois do presidente turco Erdogan se recusar a fazer parte da empreitada estadunidense, Washington decidiu apoiar, com o envio de 50 militares para auxiliar em planejamento, além de suprimentos e equipamento, as Unidades de Proteção Popular (YPG), grupo armado curdo que, incentivado pelos EUA para diminuir os receios turcos, uniu-se a agrupamentos de outras etnias para formar e liderar as Forças Democráticas Sírias (FDS) (COOK, 2019).

A parceria se mostrou bastante efetiva no combate ao EI. Importante salientar, ainda, que as tropas curdas, mesmo antes do suporte estadunidense, já desempenhavam importante papel para impedir o avanço do grupo e recuperar parte do território antes dominado por eles (ARANGO, 2015). Fazendo proveito dessas importantes vitórias e dos vácuos de poder que a guerra promoveu, os curdos sírios conseguiram autonomia política de facto na região norte da Síria – chamada por eles de Rojava – incluindo, nesse território, boa parte da fronteira com a Turquia (KINGSLEY, 2019). A tensão gerada por essa proximidade territorial foi agravada pelo fato de que Ancara vê o YPG como uma extensão do PKK (TURKEY..., 2019). Apesar de o grupo ter estruturas organizacionais próprias e negar intromissão direta do Partido em seu funcionamento, é amplamente

aceito que o PKK teve papel fundamental na fundação da organização e continua a exercer influência sobre ela (ALLSOPP, 2015).

Os EUA tentaram controlar a situação ao designar suas tropas para patrulhar a fronteira com a Turquia, uma ação que, depois, passou a ser feita em conjunto com tropas turcas (KINGSLEY, 2019). Neste período de presença estadunidense, no entanto, ainda houve momentos de embate mais direto, notadamente quando o exército turco deu apoio a uma investida de rebeldes sírios que acabou tirando do controle dos Curdos a parte noroeste da Síria, e, no processo, deslocando-os mais ao nordeste (TURKEY..., 2019).

O maior exemplo do receio turco com os ganhos territoriais dos curdos veio em 2019, quando as FDS reconquistaram o que seria uma das últimas áreas de controle do EI. A partir desse momento, Erdogan passou a defender mais intensamente a criação de uma "zona segura" na fronteira, alegando a necessidade de eliminar "ameaças terroristas" e de facilitar a volta de refugiados sírios ao país (TURKEY..., 2019). A princípio, a administração Trump concordou em diminuir a presença das FDS em uma parte determinada da fronteira. No entanto, em outubro daquele ano, Ancara anunciou que lançaria uma investida unilateral para estabelecer a zona segura que desejava. Após comunicação com Erdogan, Trump — que sempre se mostrou interessado em retirar tropas estadunidenses do Oriente Médio e acabar com as chamadas Guerras Sem Fim — anunciou a saída dos militares que cooperavam com as FDS (KINGSLEY, 2019).

A subsequente operação turca deslocou centenas de milhares de pessoas e a anuência dos EUA foi vista como uma traição aos curdos sírios. No jogo de forças da guerra na Síria, esse processo parece ter confirmado um distanciamento entre Turquia e EUA, sobre o qual já se alertava em 2015, pouco tempo depois da mudança de postura de Obama. (BAKER; COOPER; SANGER, 2015). Aproveitando-se disso, Moscou se aproximou de Ancara e se firmou como mediador mais influente do conflito, negociando o acordo que congelou a investida turca e delimitou novas regiões de controle na fronteira (TROIANOVSKI; KINGSLEY, 2019).

A eleição de 2020 e possíveis consequências para Rojava

Joe Biden tem reiterado que sua política externa terá como um dos objetivos centrais recuperar a liderança estadunidense no mundo. Em um artigo publicado na Foreign Affairs, o presidente-eleito defende que os Estados Unidos assumam a vanguarda do "Mundo Livre", cujo papel seria o de promover globalmente a democracia e liberdade (BIDEN, 2020). Assim, Biden promete retomar o apoio do país a parceiros "pró-democracia" na Síria, assim como revitalizar a coalizão internacional para derrotar o Estado Islâmico (BIDEN, 2020b).

Por outro lado, o democrata defende o fim das "guerras infinitas" e a remoção de soldados norte-americanos do Oriente Médio e Afeganistão (BIDEN, 2020). Assim, ainda não está totalmente posta a estratégia geral do novo presidente para o Oriente Médio, isto é, se irá ou não dar seguimento ao desengajamento e retirada dos Estados Unidos da região, iniciada com Obama e com apogeu na gestão Trump (FALK, 2020). Vale lembrar que Joe Biden, apesar de compor o establishment de Washington, não se alinha ao intervencionismo tradicional que domina a política externa dos EUA. Durante o segundo mandato de Obama, o então vice-presidente se manteve muito reticente diante do envolvimento estadunidense na guerra civil síria, posição muito distinta daquela adotada pela ex-Secretária de Estado Hillary Clinton, que impulsionou o financiamento e apoio às forças de oposição ao regime Assad (DE PETRIS, 2020; PHILLIPS, 2020).

Ao defender a retirada de tropas norte-americanas, Joe Biden argumenta que há uma "diferença entre a mobilização indeterminada e em larga escala de dezenas de milhares de tropas norte-americanas" e "o uso de algumas centenas de forças especiais e recursos de inteligência para apoiar parceiros locais contra inimigos comuns" (BIDEN, p. 11, 2020, tradução nossa). Tudo isso indica que "a defesa do Mundo Livre" parece estar mais focalizada em ações de contraterrorismo do que na pressão por mudanças de regimes não alinhados aos Estados Unidos (PHILLIPS, 2020; FALK, 2020). Assim,

enquanto Trump assumia como completa a neutralização do Estado Islâmico, é provável que Biden vai renovar o apoio militar dos Estados Unidos ao combate ao grupo terrorista, apesar de não extender essa iniciativa a uma pressão maior sob o governo de Bashar al-Assad. (AYDINTASBAS et. al., 2020).

Considerando o papel das Forças Democráticas Sírias na contenção do Estado Islâmico e a boa credibilidade que desfrutam no Ocidente, assim como as sinalizações dada pelo democrata durante a campanha eleitoral, há motivos para o otimismo entre os curdos com a vitória de Joe Biden. Em entrevista à rede de notícias Al-Monitor, o líder curdo e comandante chefe das FDS, Mazlum Kobane, ponderou que as novas condições políticas não mais favorecem uma continuidade das ofensivas turcas contra Rojava e ressaltou que, com a retaguarda dos EUA, estaria disposto até mesmo a entrar em negociação com o Estado turco sem pré-condições. Kobane destacou que a confiança na nova administração deve-se a uma familiaridade já existente entre o novo mandatário e os curdos (KOBANE, 2020).

De fato, Joe Biden parece cultivar uma afinidade particular com a comunidade curda. Enquanto atuou no Comitê de Relações Exteriores do Senado , o democrata demonstrou especial preocupação com os curdos no contexto da Guerra do Iraque. Já durante a vice-presidência, Biden fez interlocução com os curdos sírios na construção da coalizão anti-EI, e se recusou denominar o grupo como organização terrorista, mesmo sob pressão da Turquia. Essa proximidade foi suficiente para o presidente turco, Recep Erdogan, classificar Biden como “pró-curdo” e, por conseguinte, “anti-turco” (ERDEMIR; KOWALSKI, 2020; MUSTAFAH, 2020).

As complexas relações com a Turquia se apresentam como o maior impedimento para uma revitalização das relações dos Estados Unidos com os curdos. A situação se deve à necessidade de Washington contar com um aliado confiável na Síria para mitigar a influência iraniana na região — nesse caso, os curdos — ao mesmo tempo que tenta não abalar a tradicional aliança com Ancara (AZIZ, 2020). Biden também tem reiterado, em sua retórica em favor dos ideais liberais democráticos, a importância de uma Organização

do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) forte e coesa na contenção da expansão russa, o que certamente passa por um entendimento com a Turquia, membro essencial da organização. A necessidade de manter uma relação pragmática com os turcos irá exigir de Biden uma postura muito cautelosa em relação à Rojava.

O cenário que parece estar se desenhando é uma continuidade da política externa de Trump para Síria, isto é, a manutenção das sanções sem um engajamento profundo para desestabilização do regime Assad, preservando um contingente estratégico de tropas dos EUA no nordeste sírio (fronteira com a Turquia). Provavelmente, a única inflexão que podemos esperar é uma dissuasão da agressão turca aos curdos após o período de total conivência durante Trump. Ainda assim, nada indica que será por meio de um aumento significativo da presença militar estadunidense na região ou pela aproximação expressiva junto a Rojava. Considerando o interesse dos curdos sírios em apaziguar as relações com Turquia e a disposição de Biden para assumir o protagonismo internacional, é possível que os Estados Unidos atuem como intermediador entre Rojava e Ancara.

Referências

ALLSOPP, H. **The kurds of Syria: political parties and identity in the Middle East.** 2 ed. Londres e Nova Iorque: I.B. Tauris, 2015.

ARANGO, T. In liberated Kobani, Kurds take pride despite the devastation. **The New York Times**, 2015. Disponível em: https://www.nytimes.com/2015/02/02/world/middleeast/in-liberated-kobani-pride-despite-the-devastation.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

AZIZ, L. The Syrian Kurds in the US foreign policy: long-term strategy or tactical ploy? **Centre d'étude des crises et conflits internationaux**, Université catholique de Louvain, n. 66, jan. de 2020.

AYDINTASBAS, A.; BIANCO, C. DACEY, J. B.; DWORKIN, A.; GERANMAYEH, E.; LOVATT, H.; MEGARISI, T. How a Biden win could transform US policy in the Middle East and North Africa. **European Council of Foreign Relations**, 03 de nov. de 2020. Disponível em: https://ecfr.eu/article/how-a-biden-win-could-transform-us-policy-in-the-middle-east/. Acesso em: 23 nov. 2020.

BAKER, P.; COOPER, H.; SANGER, D. E. Obama sends special operations forces to help fight ISIS in Syria. **The New York Times**, 2015. Disponível em: https://www.nytimes.com/2015/10/31/world/obama-will-send-forces-to-syria-to-help-fight-the-islamic-state.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

BIDEN, J. R. Why America Must Lead Again. **Foreign Affairs**, 2020. Disponível em: http://www.deutsch-chinesisches-forum.de/images/thinktank/20201114/Why%20America%20Must%20Lead%20Again.pdf. Acesso em: 23 de nov. de 2020

_____. Joe Biden and the Arab American community: a plan for partnership, 2020b. Disponível em: https://joebiden.com/joe-biden-and-the-arab-american-community-a-plan-for-partnership/. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

COOK, S. There's always a next time to betray the Kurds. **Foreign Affairs**, 2019. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2019/10/11/kurds-betrayal-syria-erdogan-turkey-trump/. Acesso em: 23 nov. 2020.

DE PETRIS, D. R. Joe Biden on Syria: What would he do? **The National Interest**, 21 de set. de 2020. Disponível em: https://nationalinterest.org/blog/skeptics/joe-biden-syria-what-would-he-do-169316. Acesso em: 23 nov. 2020.

ERDEMIR, A.; KOWALSKI, P. Joe Biden will be America's most pro-Kurdish president. **Foundation for Defense of Democracies**, 16 de ago. de 2020. Disponível em: https://www.fdd.org/analysis/2020/08/16/biden-will-be-most-pro-kurdish-president/. Acesso em: 23 nov. 2020.

FALK, T. Will Joe Biden alter US policy in the Middle East? **Al Jazeera**, 9 de nov. de 2020. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2020/11/9/biden-expected-to-alter-the-regions-status-quo-analysis. Acesso em: 23 nov. 2020.

KAJJO, S. Syrian Kurds optimistic about continued US support under Biden presidency. **VoaNews**, 11 de nov. de 2020. Disponível em: https://www.voanews.com/extremism-watch/syrian-kurds-optimistic-about-continued-us-support-under-biden-presidency. Acesso em: 24 nov. 2020.

KINGSLEY, P. Who are the kurds, and why is Turkey attacking them in Syria? **The New York Times**, 2019. Disponível em: https://www.nytimes.com/2019/10/14/world/middleeast/the-kurds-facts-history.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

KNAPP, M.; FLACH, A.; AYBOGA, E. **Revolution in Rojava: democratic autonomy and women's liberation in northern Syria**. Londres: Pluto Press, 2016.

KOBANE, M. Syrian Kurdish commander sees chance to ease tensions with Turkey under Biden. [Entrevista concedida a] Amberin Zaman. **Al-Monitor**, 09 de nov. de 2020. Disponível em: https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2020/11/syria-mazlum-kobane-sdf-mediate-pkk-us-election-biden-trump.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

MCDOWALL, D. **A modern history of the kurds.** 3 ed. Londres e Nova Iorque: I.B. Tauris, 2007.

MUSTAFAH, R. Biden presidency brings hope for the Kurds. **Politics.co.uk**, 23 de nov. de 2020. Disponível em: https://www.politics.co.uk/comment-analysis/2020/11/23/biden-presidency-brings-hope-for-the-kurds. Acesso em: 23 nov. 2020.

PHILLIPS, C. Why Syria will be low on Biden's list of foreign policy priorities. **Middle East Eye**, 12 de nov. de 2020. Disponível em: https://www.middleeasteye.net/opinion/syria-us-biden-foreign-policy-priorities-low. Acesso em: 23 nov. 2020.

QUEM são os curdos e por que são atacados pela Turquia. **BBC**, 12 out. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50012988,. Acesso em: 7 dez. 2020.

TROIANOVSKI, A.; KINGSLEY, P. Putin and Erdogan announce plan for northeast Syria, bolstering russian influence. **The New York Times**, 2019. Disponível em: https://www.nytimes.com/2019/10/22/world/europe/erdogan-putin-syria-cease-fire.html. Acesso em: 24 nov. 2020.

TURKEY v Syria's Kurds: the short, medium and long story. **BBC**, 23 out. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-middle-east-49963649. Acesso em: 24 nov. 2020.

Biden y Duque: La relación entre Estados Unidos y Colombia después de las elecciones

Matheus Jesus do Nascimento

En los últimos cuatro años, la política exterior de Trump estuvo guiada por su distanciamiento de Asia, con su evasión del Acuerdo Transpacífico (TPP) y la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN), por ejemplo. El mandatario retiró al país de algunos acuerdos y presionó incluso a la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), con Asia formando parte de ese contexto. Sin embargo, es necesario mirar también hacia América del Sur, y más específicamente a Colombia en las reflexiones actuales. A grandes rasgos, es sensato decir que esa región es secundaria en las perspectivas de inserción internacional de Estados Unidos, pero este país andino tiene algunas características que lo convierten en un atractivo objeto de análisis. Colombia es socio global de la OTAN, el único país de América Latina que se ha asociado a la alianza militar multinacional. A principios de 2020, Colombia se convirtió oficialmente en miembro de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE). Junto con Chile, los dos únicos países sudamericanos de la organización. Además, el Estado colombiano es importante para comprender la dinámica de los delitos transnacionales en el continente americano, enfocándose en el actual enmarañado de la criminalidad en la frontera con Venezuela. También vale la pena plantear el tema ambiental, ya que se sabe que tiene una de las mayores biodiversidades del mundo.

El presidente colombiano Iván Duque felicitó al nuevo presidente electo de Estados Unidos pocas horas después de haber sido confirmada la victoria de Biden por las proyecciones de medios estadounidenses. Duque señaló en su cuenta de Twitter que le deseaba al nuevo presidente y a la vicepresidenta electa Kamala Harris “los mejores éxitos” y que “trabajarán juntos en fortalecer la agenda común en comercio, medioambiente, seguridad y lucha contra crimen trasnacional”.

Pero, ¿habrá armonía entre la agenda estadounidense y la colombiana como sugiere el tweet? ¿Cuáles serían las posibles consecuencias para Colombia en sus

relaciones con los EE.UU. y los impactos para Sudamérica? Aquí se buscará centrar en tres puntos principales, el Acuerdo de Paz; Venezuela y el medio ambiente.

Acuerdo de Paz

El conflicto armado en Colombia dura más de medio siglo, sus orígenes se remontan al período conocido como La violencia (1946–1960), su principal causa fueron las tensiones entre Liberales y Conservadores que ya se venían gestando desde la década de 1930. El débil liderazgo político del gobierno central no pudo predecir conflictos políticos y sociales en las regiones más rurales y periféricas, lejos de Bogotá. El fenómeno de La Violencia demostró la debilidad del Estado colombiano. La gente del campo no tenía lugar en la política centralizadora de Bogotá. Un intento de solucionar esta situación fue el Frente Nacional (una especie de pacto vigente en el país entre los años 1950 y 1970 con los dos partidos políticos tradicionales alternándose en la presidencia). Este Frente Nacional condujo a una nueva e imprevista subestructura de violencia en forma de guerrillas insurgentes de izquierda en todo el país, como las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y el Ejército de Liberación Nacional (ELN), por ejemplo (LAROSA; MEJÍA, 2017).

La respuesta llevada a cabo contra las guerrillas fue esencialmente militar, con el crecimiento de áreas de actividad y el surgimiento de los grupos paramilitares como fuerza contra los insurgentes. El paramilitarismo se combinó con políticas gubernamentales, sirviendo ilegalmente como una especie de apoyo para el ejército del Estado (PÉCAUT, 2008). Esta situación, por supuesto, llamó la atención de Estados Unidos para el país sudamericano dado el contexto de Guerra Fría, o sea, las organizaciones guerrilleras con aspiración comunista contribuyeron a insertar Colombia en la lógica internacional de lucha contra la ideología del comunismo. También, durante los años 1982 y 1996 las FARC y el ELN crecieron y se convirtieron en fuertes ejércitos insurgentes. Conjuntamente, el narcotráfico se convirtió en un mecanismo viable para su financiamiento (LAROSA;

MEJÍA, 2017). Una de las consecuencias de eso fue la implementación, con la ayuda de los gobiernos de Bill Clinton y George W. Bush (1993–2009), del Plan Colombia. Su objetivo era combatir la prosperidad de las guerrillas y de la producción de narcóticos, con la mayor parte de los recursos destinados al Ejército y a la Policía (HYLTON, 2010). El Plan Colombia terminó oficialmente en 2015, durante las negociaciones para un acuerdo de paz conducidas por el entonces presidente Juan Manuel Santos (2010–2018) con las FARC. Pero poco tiempo después, una de las amenazas del Plan Colombia, la fumigación, había regresado con vigor y dependía de las elecciones estadounidenses. Uno de los métodos más utilizados en el Plan Colombia fue la fumigación de gas con el objeto de destruir las plantaciones de droga, pero que, en consecuencia, también dañaba las plantaciones lícitas. El gas usado en esta práctica es probablemente cancerígeno para los seres humanos y aún causaba daños al medio ambiente, los agricultores cuyas plantaciones se secaban por fumigación se veían obligados a adentrarse más en el bosque, quemando el camino (COHEN, 2015). A principios de este año, el presidente Donald Trump instó públicamente a Iván Duque, presidente conservador de Colombia, a intensificar una vez más la erradicación de la coca utilizando los mismos métodos controvertidos de fumigación (I WILL..., 2020). Ahora, con la confirmación de Biden en la presidencia, no hay muchas posibilidades de seguir estos métodos practicados durante y después del Plan Colombia con el apoyo de Estados Unidos, porque históricamente los demócratas, y especialmente Biden, tienen una mayor sensibilidad a las agendas de derechos humanos y medioambiente, lo que va en contra con las posiciones del gobierno conservador de Iván Duque, político apoyado por el ex-presidente Álvaro Uribe – defensor del Plan Colombia.

Todavía en el tema de los derechos humanos, los asesinatos de líderes sociales son constantes en el país latino. La violencia contra los activistas no cesó a pesar de los compromisos establecidos en 2016 en el Acuerdo de Paz con el objetivo de proteger a la sociedad civil. Las cifras varían dependiendo de la entidad, según el gobierno fue de 178 de 2016 a 2018, mientras la Defensoría del Pueblo dice que hubo 365 en el mismo

período (LAS DIFERENCIAS..., 2020; ORTEGA, 2019). La cantidad de asesinatos de defensores de derechos humanos y líderes sociales muestra la fragilidad del Acuerdo (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2020).

Es posible decir que el triunfo de Joe Biden es un golpe al Ejecutivo Colombiano, pues probablemente se queda sin un importante aliado para su gobierno de "mano dura" y porque va a ser un factor de presión para hacer cumplir por completo el Acuerdo de Paz teniendo en cuenta el apoyo de Biden al Pacto cuando era vicepresidente en la administración Obama (LOS RECLAMOS..., 2020). Colombia tiene problemas de coordinación, cuestiones financieras y dificultades debido a las críticas del presidente colombiano a la forma en que se hizo el Trato, así como el modelo de negociación con las guerrillas establecido hasta entonces. Eso pone en duda la capacidad de implementar el Acuerdo totalmente, así que el país latinoamericano necesitará el apoyo de la comunidad internacional. Hay la posibilidad de que Estados Unidos colabore con ese movimiento; sin embargo, no se puede decir aún cuál sería la calidad de ese posible soporte.

Venezuela

La historia política de Biden ha estado marcada por la lucha contra administraciones consideradas dictatoriales: Irak y Afganistán. Asimismo, podrá ser determinante en el discurso contra el régimen de Maduro en Venezuela, que se encuentra presente también en las alegaciones agresivas y fuertes en la presidencia de Duque hacia Caracas (LO QUE..., 2020). No obstante, es probable que el discurso de Washington sea menos belicoso y con más diálogo con Maduro, como lo hacen los países europeos. Lo que se espera es que haya un enfoque menos militarista y tampoco conservador. Colombia por ser socio global de la alianza militar OTAN y país vecino de Venezuela parece tener un rol relevante en la crisis venezolana.

En octubre, mientras estaba en campaña, Biden ha dicho que su país debe

liderar la respuesta humanitaria para Venezuela porque según él; Nicolas Maduro es un dictador que hace sufrir a los venezolanos (EL COLOMBIANO, 2020). Igualmente, en ese día ha prometido protección para los migrantes venezolanos que han llegado al país. Esa medida, como él dijo, será una de sus primeras decisiones como mandatario. Incluso, habló del papel de Colombia como un territorio receptor de los desplazados internacionales, gran parte de ellos vienen de Venezuela. El territorio del país andino también es utilizado como corredor por los venezolanos para llegar a Ecuador, Perú y otras naciones sudamericanas (NAÇÕES UNIDAS, 2019). Es presumible la persistencia y tendencia a incrementar esa presión originada del flujo migratorio venezolano en las zonas fronterizas con el país de Duque.

Adicionalmente, en la frontera entre Colombia y Venezuela hay reclutamiento de personas para grupos guerrilleros debido al vacío de la presencia estatal en la región (FUNDACIÓN REDES, 2019). Así, los grupos insurgentes, como el ELN y disidentes de las FARC influyen no solamente en el interior de Colombia, sino también en Venezuela. Además, se notan los enfrentamientos entre grupos paramilitares e insurgentes en esas regiones juntamente con otras actividades ilícitas como la fabricación ilegal de cocaína, por ejemplo (FUNDACIÓN REDES, 2019). El último informe de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE, 2020) reveló que en los últimos años, grupos delictivos organizados han transportado grandes cantidades de drogas a los Estados Unidos desde Colombia, pasando por Venezuela. Pero cabe señalar que a pesar de la importancia de las rutas que unen el narcotráfico entre las Américas del Sur y del Norte, Venezuela no es el centro de producción y distribución de estupefacientes en la región. Se trata de Colombia, la poseedora de numerosas bases militares estadounidenses, que concentra la producción constituyendo también el principal núcleo potencial de los trayectos hacia el mercado norteamericano. Lo que es importante destacar es la creciente complejidad de la criminalidad en el interior de Venezuela y en la frontera con Colombia.

De esta manera, el enfoque con el que Estados Unidos tratará a la crisis en Venezuela influirá en Colombia y en los otros países vecinos, especialmente en materia

de seguridad. De igual forma, el tratamiento con el que Washington lidiará con el narcotráfico afectará Bogotá y lo contrario también es válido.

Medio Ambiente

En estas elecciones se ha denunciado una supuesta injerencia de funcionarios y políticos del gobierno Duque a favor de Trump, con funcionarios del Ejecutivo colaborando con la campaña del presidente republicano. Algunos de los funcionarios serían del cuerpo diplomático en ese país e incluso habrían propuesto hacer reuniones en Florida a favor de la campaña Trump (LOMBO, 2020). Duque negó y también dijo que su administración no tenía interés en incidir en la disputa. Es interesante recordar que la supuesta postura de apoyar candidatos en el exterior es contraria al principio de autodeterminación de los pueblos previsto en la Carta de las Naciones Unidas, documento que marca la creación de la ONU en 1945. Seguir este principio significa respetar el derecho de cada población a orientarse y decidir su situación política, incluido el mantenimiento de buenas relaciones independientemente de quién esté en el gobierno.

La supuesta injerencia conlleva la lógica de que hay un mayor alineamiento de Duque con la agenda ambiental de Trump. A pesar de que Colombia ha avanzado en la agenda ambiental internacional, con el liderazgo en la celebración del Día Mundial del Medio Ambiente reuniendo 193 países de Naciones Unidas (COLÔMBIA..., 2020) y con la firma del Acuerdo de Escazú; pacto regional sobre acceso a la Justicia en Asuntos Ambientales en América Latina y el Caribe, todavía hay muchos retrocesos en el interior del país. Colombia es la primera en la lista de asesinatos de líderes ambientales según el informe de Global Witness (COLOMBIA..., 2020). En 2019 fueron asesinados 64 ecologistas, más del doble con respecto a 2018. El Estado colombiano atraviesa una transición después de sellar un Acuerdo con las FARC. Las esperanzas sobre los dividendos ambientales del Pacto eran elevadas. Pero su implementación no ha traído provecho para el ambiente. En distintas regiones del país aumentó la deforestación y se

intensificaron las economías ilegales. Facciones del crimen organizado han fortalecido su dominio sobre las zonas de importancia ecológica (IVÁN..., 2020).

Con respecto a E.E.U.U., la victoria de Biden trae un cambio importante en su política exterior ambiental, es esperada una alineación con países europeos para la preservación de la Amazonía. Además, trae la idea del Green New Deal, que es una resolución del Congreso que establecería un gran plan para acabar con el cambio climático. Asimismo, convertir a Estados Unidos en el líder de la lucha contra la crisis climática, compartir tecnologías y productos con el resto del mundo para permitir un Green New Deal global (FRIEDMAN, 2019). Aunque Biden no sea un defensor específicamente del nuevo acuerdo ecológico, sus planes para el medioambiente también son incisivos y ambiciosos (JOE BIDEN..., 2020). Cabe recordar que Colombia es uno de los países del mundo con mayor biodiversidad, la Amazonía se encuentra en su territorio, o sea, es muy similar al Brasil en ese aspecto – país citado por Biden durante uno de los debates presidenciales cuando se refirió a la preservación de Amazonia. El presidente Duque citó trabajar juntos en el medio ambiente cuando felicitó a Biden en la red social y teniendo en cuenta la prometida reintegración de EE. UU. al Acuerdo de París, habrá más posibilidades de presión a otros países a cumplir sus compromisos climáticos con instrucciones a una cooperación internacional robusta hacia ese propósito. Esto se puede expresar en un tipo de coacción de Estados Unidos a Colombia por una gestión ambiental más competente (BIDEN..., 2020). Una posibilidad es a través de OCDE, organización de la que los dos países son miembros, este organismo se dedica al desarrollo económico con reuniones donde se discuten la constitución de normas económicas de los países miembros y seguimiento de la formulación de sus políticas públicas. Con Biden esto puede significar orientaciones hacia una economía más sostenible.

Conclusión

Hay muchos retos para erigir una paz deseable en Colombia, y es importante

construir conexiones entre las comunidades históricamente marginadas y el gobierno. La plena implementación del Acuerdo de Paz, con una posible ayuda (hasta presión) de Estados Unidos, deberá ser uno de los focos de la relación con el gobierno de Bogotá y puede depender de Biden el éxito o no. La violencia política sistemática en Colombia es de gran importancia para entender las perspectivas de estabilidad de sus países vecinos de Sudamérica, como Venezuela que enfrenta una crisis que contribuye a la inestabilidad de la región, ya que interactúa con las guerrillas y otros grupos ilegales en la frontera entre los dos países, promoviendo y aumentando las actividades ilícitas.

Igualmente, Estados Unidos es un país que por su posición es capaz de exportar agendas a otros países y presionarlos a cumplirlas. La agenda ambiental de Duque no parece estar muy alineada con la de Biden, así, pueden haber barreras a una especie de exportación de las ideas del Green New Deal hacia Colombia. Pero la creación de una atmósfera internacional más favorable a este tipo de agenda puede ayudar a implementar una economía más verde en el país andino, sin tener en cuenta los avances en el ámbito multilateral ya realizados, como la firma del Acuerdo de Escazú y las expresiones de preocupación en cumbres internacionales con el tema.

Referencias

BIDEN: implicaciones ambientales para Colombia. **El Espectador**, 2020. Disponible en: https://www.elespectador.com/opinion/biden-implicaciones-ambientales-para-colombia/. Acceso en: 3 dez. 2020.

COHEN, S. O Legado Problemático do Programa de Fumigação Aérea das Plantações de Coca na Colômbia. **Vice**, 2015. Disponible en: https://www.vice.com/pt/article/d7gwev/o-legado-problematico-do-programa-de-fumigacao-aerea-das-plantaes-de-coca-na-colombia. Acceso en: 12 nov. 2020.

COLOMBIA leads the number of killings in 2019: Global Witness reports. **Global Witness**, 2020. Disponible en: https://www.globalwitness.org/en/blog/colombia-leads-number-killings-2019-global-witness-reports/. Acceso en: 03 dez. 2020.

COLÔMBIA lidera a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente. **Empresa de Rádio e Televisão da Turquia (TRT)**, 2020. Disponible en: https://www.trt.net.tr/portuguese/vida-e-saude/2020/06/07/colombia-lidera-a-celebracao-do-dia-mundial-do-meio-ambiente-1430847. Acceso en: 11 nov. 2020.

FRIEDMAN, L. What Is the Green New Deal? A Climate Proposal, Explained. **The New York Times**, 2019. Disponible en: https://www.nytimes.com/2019/02/21/climate/green-new-deal-questions-answers.html. Acceso en: 11 nov. 2020.

FUNDACIÓN REDES. Informe anual 2018. **Fundaredes**, 2019. Disponible en: https://drive.google.com/file/d/1b_L444fbAIHLqK6G29I-TJ5DjDLHYZY7/view. Acceso en: 7 dez. 2020.

HYLTON, F. **A Revolução colombiana**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

'I WILL Be Left With Nothing': Why Colombians Are Watching the U.S. Election Closely. **POLITICO**, 2020. Disponible en: https://www.politico.com/amp/news/magazine/2020/11/02/colombia-us-election-trump-coca-eradication-433811. Acceso en: 9 nov. 2020.

JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZACIÓN DE ESTUPEFACIENTES (JIFE). Informe de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes. **Naciones Unidas:** Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes, 2020. Disponible en: https://www.incb.org/documents/Publications/AnnualReports/AR2019/Annual_Report/Spanish_ebook_AR2019.pdf. Acceso en: 03 dez. 2020.

IVÁN Duque militariza la política ambiental de Colombia. **El País**, 2020. Disponible en: https://elpais.com/internacional/2020-09-26/ivan-duque-militariza-la-politica-ambiental-de-colombia.html. Acceso en: 3 dez. 2020.

JOE BIDEN quer investir US$ 2 trilhões em plano ambiental. **CNN Brasil**, 2020. Disponible en: https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/11/10/joe-biden-quer-investir-us-2-trilhoes-em-plano-ambiental. Acceso en: 02 dez. 2020.

LAROSA, M. J.; MEJÍA, G. R. **Colombia: A concise contemporary history.** 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017.

LAS DIFERENCIAS en las cifras sobre asesinatos de líderes sociales en Colombia. **Anadolu Agency**, 2020. Disponible en: https://www.aa.com.tr/es/mundo/las-diferencias-en-las-cifras-sobre-asesinatos-del%C3%ADderes-sociales-en-colombia/1704068. Acceso en: 2 dez. 2020.

LÍDERES bajo fuego: defendiendo la paz en Colombia. **International Crisis Group**, 2020. Disponible en: https://www.crisisgroup.org/es/latin-america-caribbean/andes/colombia/82-leaders-under-fire-defending-colombias-front-line-peace. Acceso en: 9 nov. 2020.

LO QUE se viene para Colombia y Latinoamérica en la era Biden. **El Colombiano**, 2020. Disponible en: https://www.elcolombiano.com/amp/internacional/asi-sera-la-relacion-de-colombia-y-latinoamerica-con-la-presidencia-de-joe-biden-NE14016568. Acceso en: 9 nov. 2020.

LOMBO, J. Uribismo, gobierno Duque y la supuesta participación colombiana en elecciones estadounidenses. **El Espectador**, 2020. Disponible en: https://www.elespectador.com/noticias/politica/uribismo-gobierno-duque-y-la-supuesta-participacion-colombiana-en-elecciones-estadounidenses/. Acceso en: 9 nov. 2020.

LOS RECLAMOS al presidente Iván Duque ante la victoria de Joe Biden. **El Espectador,** 2020. Disponible en: https://www.elespectador.com/noticias/politica/los-reclamos-al-presidente-ivan-duque-ante-la-victoria-de-joe-biden/. Acceso en: 9 nov. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. Migrantes Venezuelanos na Colômbia. **ONU News**, 2019. Disponible en: https://news.un.org/pt/tags/migrantes-venezuelanos-na-colombia. Acceso en: 2 dez. 2020.

ORTEGA, M. C. R. La escalofriante radiografía de los asesinatos contra líderes sociales en Colombia: esto es lo que sabemos. **CNN en español**, 2019. https://cnnespanol.cnn.com/2018/07/11/asesinatos-lideres-sociales-colombia-cifras-defensoria-motivos-somos-defensores/. Acceso en: 2 dez. 2020.

PÉCAUT, D. Las FARC: fuentes de su longevidad y de la conservación de su cohesión. **Análisis Político**, Bogotá, v. .21, n. 63, p. 22-50, 2008. ISSN 0121-4705.

Colégio Eleitoral, democracia e desafios internacionais do governo Biden

Luigi Fialho Vieira de Melo

As eleições estadunidenses mais uma vez se desenrolaram envoltas em fortes polêmicas. A vitória de Joe Biden, marcada por diversas viradas nas contagens de votos estaduais, até os últimos instantes deixava em aberto a possibilidade de, novamente, o presidente eleito receber menos votos – absolutos, diretos – que seu principal adversário, assim como em 2016. Para além das acusações, até o momento absolutamente infundadas, de fraude no processo eleitoral por parte do Presidente Trump (MEGERIAN; STOKOLS, 2020), a grande discussão acerca das eleições talvez seja a que se faz em torno do modelo de Colégio Eleitoral que vige atualmente nos Estados Unidos. Responsável pela possibilidade de desencontro entre o candidato mais votado e o vencedor – situação que, além de em 2016, ocorreu nas eleições de 1876, 1888 e 2000 – o sistema vem sendo debatido com especial intensidade no século XXI e, desde a eleição de Trump, se tornou pauta central na política dos EUA, como foi na corrida eleitoral que culminou na vitória de Biden.

Se, ao redor do globo, o modelo norte-americano causa estranheza, o ponto de fragilidade que ele gera na própria caracterização da democracia dos Estados Unidos pode ter, também, impactos externos. Joe Biden tem o considerável desafio de liderar um país que enfrenta crises talvez sem precedentes desde que alcançou o posto de superpotência mundial. Enfrentando, para além da intensa cisão interna pela qual a sociedade estadunidense passa, um cenário internacional de incertezas, a disputa político-econômica com a China em ascensão e crises da cooperação internacional, das relações multilaterais e da pandemia do novo coronavírus, Biden promete ser a antítese do, em breve, ex-presidente Trump, tanto na gestão interna da política quanto na atuação internacional. Entretanto, a credibilidade cada vez mais em cheque da política interna dos EUA mina a legitimidade de que o país goza, internacionalmente, para suas interferências, decisões e ações. O governo, que se inicia com a promessa de trazer estabilidade e moderação,

pode, afinal, não ser tão pacificado assim.

Democracia é um conceito em disputa nas ciências políticas, relevante desde o advento dos modelos modernos de organização política, que passou por atualizações importantes nas últimas décadas. Paxton (2000) aponta que, de uma forma geral, normalmente são atribuídos três componentes à definição de democracia: competição, participação e liberdades civis (PAXTON, 2000). O eixo da participação sempre foi o mais problemático nos Estados Unidos e, por mais que esteja passível de esbarrar em anacronismos, uma análise sob as óticas mais recentes fatalmente traz questionamentos acerca do passado da democracia estadunidense. Muller (1988) ressalta que o sufrágio adulto universal e as eleições livres e justas são providos pelas instituições políticas igualitárias no modelo democrático moderno (MULLER, 1988). Ora, se o sufrágio universal é um dos critérios, apenas a observação de que o sufrágio feminino foi instituído inicialmente no ano de 1920 e o sufrágio universal, passando a incluir as pessoas negras, não se deu antes de 1965, já é suficiente para colocar em xeque o caráter democrático do sistema estadunidense de então, ao menos sob a visão atual. A discussão sobre o Colégio Eleitoral, todavia, não é tão direta.

A determinação de eleição presidencial via Colégio Eleitoral está presente na Constituição dos EUA. Estabelecido pelos "Pais Fundadores" como maneira de garantir a participação dos Estados na escolha do Presidente e evitar a influência popular direta na decisão, o Colégio Eleitoral inicialmente previa apenas a autonomia de cada Estado em escolher seus representantes, nomeados para realizar a eleição – processo que acontece ainda hoje. O sistema eleitoral foi sendo modificado e aperfeiçoado ao longo do tempo e, com a evolução dos princípios democráticos, chegou-se ao estágio atual. O estabelecimento do voto popular para a escolha dos representantes – os delegados –, o sistema "winner-takes-all" – utilizado em 48 Estados – e demais particularidades do processo foram algumas dessas definições. É importante registrar que a Constituição, originalmente, não contém o termo 'democracia' em seu texto (WHAT IS..., [2010?]). Contudo, o fato de os Estados Unidos não elegerem o Presidente por meio de voto

direto não é suficiente para se afirmar que seu modelo não configura, atualmente, uma democracia. O componente democrático da participação já conta, há algumas décadas, com um sufrágio virtualmente universal. O Colégio Eleitoral e, portanto, o voto indireto, trata-se, na verdade, da escolha do país acerca de seu processo eleitoral. Apesar disso, no entanto, há uma série de falhas e problemáticas, desde conceituais a mais concretas, que envolvem o modelo e a discussão acerca deles atravessa a sociedade em tempos de eleição.

Não necessariamente coincidente com o resultado da votação popular, o sistema de Colégio Eleitoral pode eleger um presidente que obteve menos de 25% do total de votos, num cenário hipotético, no rigor da matemática. Além disso, a distribuição de delegados por Estado não é totalmente proporcional e gera distorções no número de eleitores representado por cada delegado, em cada Estado. Há diversos outros problemas, como a ausência do direito a voto para cidadãos residentes nos territórios dos EUA que não compõem Estados e a reduzida influência da maior parte dos Estados na campanha presidencial. A organização FairVote apurou que apenas 11 Estados concentraram mais de 90% dos eventos de campanha para as eleições de 2016 (LANDSMAN, 2016). Em adição ao rol de problemáticas, ainda há uma herança racista no sistema do Colégio Eleitoral. Codrington III (2019) aponta que, estabelecido em fundamentos segregacionistas ainda no século XVIII, o "sistema atual tem um distinto e adverso impacto em eleitores negros, diluindo seu poder político" (CODRINGTON III, 2019).

Há uma marcante insatisfação quanto ao modelo. Nos últimos anos, além de manifestações por parte de grupos da sociedade civil, diversos veículos de renome na imprensa dos Estados Unidos publicaram editoriais defendendo o fim do Colégio Eleitoral, entre eles The New York Times e The Washington Post. A pauta, não obstante, representa mais um fator de divisão política nos EUA. Segundo pesquisas de opinião conduzidas pela Gallup, a parcela da população que apoia a criação de emendas constitucionais que possibilitem a determinação do vencedor da eleição a partir do voto direto gira em torno de 60% desde o ano 2000 – à exceção da pesquisa conduzida em 2016. A cisão

se evidencia, no entanto, em outros dados: de acordo com o levantamento de 2020, enquanto entre os democratas o percentual que defende a manutenção do modelo é de 10%, entre os declarados republicanos a fração é de 77% (BRENAN, 2020). O tema, todavia, extrapola o debate público. Iniciativa com maior potencial prático, o National Popular Vote Interstate Compact surgiu para tentar inutilizar o Colégio Eleitoral por dentro. A proposta consiste em juntar Estados suficientes para atingir os 270 delegados necessários para a vitória eleitoral e então determinar, conjuntamente, que os delegados de todos esses Estados votarão no candidato mais votado em todo o País. Na prática, o acordo faria valer o voto popular. O projeto suscitou polêmicas, mas já conta com a subscrição de 15 Estados, que contam com 196 delegados (AGREEMENT..., 2016).

A discussão acerca do Colégio Eleitoral envolveu também os presidenciáveis. A posição de Trump já era mais conhecida, em favor do sistema atual (em manifestações no Twitter, ele mudou de ideia em 2016, quando foi eleito) (TUBMAN, 2019). A posição dos candidatos nas primárias democratas, no entanto, foi um dos fatores que gerou bastante interesse na corrida eleitoral. Os senadores derrotados Bernie Sanders e Elizabeth Warren, os dois concorrentes mais bem colocados depois de Biden, se posicionaram em favor do fim do Colégio Eleitoral (DO YOU..., 2019). Sanders, no auge da disputa, foi enfático em sua conta no twitter: "Abolish the Electoral College", publicou. Kamala Harris, vice-presidente eleita cotada à sucessão, tendo em vista que Biden não deve disputar a reeleição, se declarou "aberta" às discussões sobre o tema em entrevista quando ainda era pré-candidata à presidência. Já o presidente eleito Biden declarou, em entrevista ao NY Times, ser contra o fim do sistema (JOE BIDEN..., 2020). Tal posicionamento sintetiza a escolha estratégica de Biden pela moderação, por evitar mudanças estruturais e pela postura apaziguadora a fim de amenizar a radicalização que toma conta da política estadunidense. Em seu discurso, o presidente deixou isso tudo muito claro: "juro ser um presidente que busca não dividir, mas unificar". O futuro próximo, no entanto, reserva incertezas. Se internamente o clima é pesado – além de não reconhecer a derrota e travar os processos de transição de mandato, o presidente Trump demonstrou a força nas urnas

com votação recorde para um candidato derrotado e evidenciou a profunda divisão entre os eleitores – e as expectativas são altas, a política externa também promete desafios. O desgaste da democracia dos EUA, escancarado nessas eleições, e a inevitável associação da figura do próximo presidente a essa instabilidade podem dificultar a consecução dos objetivos de Biden internacionalmente.

Joe Biden garante marcar forte contraste entre a atuação externa de Trump e a sua. O anúncio da intenção de retornar os EUA ao Acordo de Paris assim que possível (BRITO, 2020) é, além de parte do plano para o clima do democrata, um grande exemplo dessa intenção. A mudança no relacionamento com a Coreia do Norte também está entre as expectativas para com o novo governo. Biden passa longe de ser um novato na política, contudo. Foi senador por mais de 35 anos e tem como grande destaque na carreira, até então, os dois mandatos em que serviu como vice-presidente do governo Obama. Tem, portanto, um histórico para comparação. Durante o mandato Obama, no qual o número de ataques de drones foi mais de 10 vezes a quantidade do governo Bush (PURKISS; SERLE, 2017), Biden era tido como nome forte nas decisões de bastidores. Acerca da desastrosa intervenção na Líbia em conjunto com a OTAN, por exemplo, Draitser (2020) aponta que "[Hillary] Clinton e Biden eram duas das principais vozes pela agressão e pela guerra" (DRAITSER, 2020). A retórica do governo na época enfatizava o alinhamento com as vontades dos povos na região, não só na Líbia como em outros países do Norte da África e do Oriente Médio, e o apoio aos que carregam ideais democráticos (HARRIS, 2011). O nível de envolvimento dos EUA com os conflitos militares que se desenrolam na região no futuro governo Biden é ainda uma incógnita. A Guerra Civil da Síria, que só agora parece caminhar para um fim, os massacres na Guerra do Iêmen, a política ostensiva de Erdoan e a própria Guerra Civil da Líbia representam desafios à ação estadunidense na região, e um presidente eleito cuja maior qualidade política é diferir de seu predecessor tem uma margem menor para errar. Mas não só isso. Biden dificilmente poderá se valer da retórica de Obama. Como justificar internamente intervenções em nome da democracia enquanto se enfrenta uma forte crise em seu próprio sistema? Como

manter o respaldo internacional e o apoio a todo tipo de ações sem determinado nível de coerência, ou mesmo de aparência? Para complicar o cenário, Swain (2020) aponta que o novo presidente não dá sinais de planejar mudar a política de ataques de drones (SWAIN, 2020) que, conforme reportado, tem como resultado um índice em que 90% das mortes são de alvos não-pretendidos (SCAHILL, 2014).

Outros desafios que o presidente eleito deve enfrentar dizem respeito à conjuntura internacional de maneira geral. O avanço chinês política e economicamente tem no pragmatismo um traço claro. A China dificilmente apela para argumentos ideológicos, velho hábito estadunidense, quando lidando com a política externa. Essa ferramenta, no governo Biden, pode se tornar cada vez menos útil frente ao aumento da relevância chinesa e à dissipação da hegemonia dos EUA. Há ainda o aspecto das alianças. Recentemente, França, Reino Unido e Alemanha se posicionaram contrários à aplicação de sanções ao Irã. O apoio de Biden a uma renegociação do tratado nuclear é uma expectativa visando a recuperar esse alinhamento, que raras vezes se desajustou.

A antinomia entre o passado político ativo de Joe Biden e sua necessidade por pasteurizar discurso e ações, tanto na campanha como no futuro governo, pode ser capaz de fazer emergir contradições prejudiciais à estabilidade do país. Responsável por acalmar os ânimos, o presidente eleito se coloca como moderado, mas será incapaz de sustentar a parcimônia por muito tempo. Ao defender a manutenção do sistema ultrapassado e desequilibrado, que flerta cada vez mais com o perigo, Biden, na prática, não agrada a muitos. De um lado, mantém inalterada a rejeição que os trumpistas mais fervorosos lhe têm. Do outro, marca posição num tema delicado, caro aos seus partidários e que cada vez mais vai inspirar questionamentos, em tempos de crescimento da ala democrata mais à esquerda, do movimento Black Lives Matter e de diversos outros movimentos sociais. Simbolicamente, defende o sistema político de seu país frente ao mundo. Toma para si a bandeira da tradição democrática, da confiança nos ideais dos Fundadores e se apodera de um discurso do qual dificilmente poderá tirar bons frutos internacionalmente. O presidente eleito, dividido entre seu discurso e seu histórico, fornece estabilidade ao

custo da manutenção de posturas arcaicas, por mais que se venda como progressista. Talvez por isso o establishment democrata já aposte suas fichas em Kamala Harris. O próximo governo já nasceu velho. Assim como seu presidente, que deve assumir o cargo aos 78 anos, muito velho.

Referências

AGREEMENT Among the States to Elect the President by National Popular Vote. **National Popular Vote**, 2016. Disponível em: https://www.nationalpopularvote.com/written-explanation. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRENAN, M. 61% of Americans Support Abolishing Electoral College. **Gallup**, 2020. Disponível em: https://news.gallup.com/poll/320744/americans-support-abolishing-electoral-college.aspx. Acesso em: 6 dez 2020.

BRITO, C. Joe Biden vows to rejoin the Paris climate deal on first day of office if elected. **CBS News**, 2020. Disponível em: https://www.cbsnews.com/news/paris-climate-accord-biden-rejoin-president/. Acesso em: 23 nov. 2020.

CODRINGTON III, W. The Electoral College's Racist Origins. **The Atlantic**, 2019. Disponível em: https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2019/11/electoral-college-racist-origins/601918/. Acesso em: 23 nov. 2020.

DO YOU support eliminating the electoral college in favor of the popular vote? **The Washington Post**, 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/graphics/politics/policy-2020/voting-changes/eliminate-electoral-college/. Acesso em: 23 nov. 2020.

DRAITSER, E. The Plot Against Libya – An Obama-Biden-Clinton Criminal Conspiracy. **The Transnational**, 2020. Disponível em: https://transnational.live/2020/09/21/the-plot-against-libya-an-obama-biden-clinton-criminal-conspiracy/. Acesso em: 23 nov. 2020.

HARRIS, P. Barack Obama defends US military intervention in Libya. **The Guardian**, 2011. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2011/mar/29/barack-obama-us-speech-libya. Acesso em: 23 nov. 2020.

JOE BIDEN: Former vice president of the United States. **The New York Times**, 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/interactive/2020/01/17/opinion/joe-biden-nytimes-interview.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

LANDSMAN, T. Tracking the Candidates Through the Final Campaign Push: Lots of Stops but Few States. **FairVote**, 2016. Disponível em: https://www.fairvote.org/tracking_the_candidates_through_the_final_campaign_push_lots_of_stops_but_few_states. Acesso em: 6 dez. 2020.

MEGERIAN, C; STOKOLS, E. Trump falsely accuses Democrats of trying to 'steal' the election. **Los Angeles Times**, 2020. Disponível em: https://www.latimes.com/politics/story/2020-11-05/trump-false-claims-of-stolen-election. Acesso em: 23 nov. 2020.

MULLER, E. Democracy, Economic Development, and Income Inequality. **American Sociological Review**, v. 53, n. 1, p. 50-68, 1988.

PAXTON, P. Women's Suffrage in the Measurement of Democracy: Problems of

Operationalization. **Studies in Comparative International Development**, v. 35, p. 92–111, 2000.

PURKISS, J; SERLE, J. Obama's covert drone war in numbers: ten times more strikes than Bush. **The Bureau of Investigative Journalism**, 2017. Disponível em: https://www.thebureauinvestigates.com/stories/2017-01-17/obamas-covert-drone-war-in-numbers-ten-times-more-strikes-than-bush. Acesso em: 23 nov. 2020.

SCAHILL, J. **Guerras sujas: O mundo é um campo de batalha**. Tradução: Donaldson M. Garschagen. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 664 p. Título original: Dirty Wars: The World is a Battlefield. ISBN 978-85-8086-966-8.

SWAIN, E. Joe Biden's silence on ending the drone wars. **The Intercept**, 2020. Disponível em: https://theintercept.com/2020/11/22/biden-drones-endless-wars/. Acesso em: 23 nov. 2020.

TUBMAN, K. Trump changes his mind on Electoral College, now wants to keep it. **Yahoo! News**, 2019. Disponível em: https://news.yahoo.com/trump-changes-his-mind-on-electoral-college-now-wants-to-keep-it-135048312.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

WHAT IS a democracy? **UShistory.org**, 2010. Disponível em: https://www.ushistory.org/gov/1c.asp. Acesso em: 23 nov. 2020.

Disputa do 5G no Brasil: *entre técnicas e ideologias*

Ana Luiza Flores e Yara Martinelli

O sistema internacional vive um momento de profundas transformações. A crescente instabilidade da liderança estadunidense, as dinâmicas multidimensionais que essa possível transição envolve e todas as mudanças promovidas pelos avanços da tecnologia criam um clima de desequilíbrio. Nesse sentido, a análise do resultado das eleições dos Estados Unidos (EUA) se faz pertinente, já que as decisões desse país influenciam na forma como será conduzido esse processo de transformação no mundo. Além disso, ressaltamos que o resultado desta eleição também influenciará na forma de solucionar os problemas globais que, cada vez mais, demandam soluções coletivas entre as nações.

A vitória de Joe Biden representa a volta de maior diálogo dos EUA com o sistema internacional, mas, ao mesmo tempo, não finda a guerra comercial entre esse país e a China. As tensões comerciais entre os dois países se intensificaram durante o governo Trump (2017-2021), devido, principalmente, às taxações de produtos chineses nos EUA e às mudanças cambiais da moeda chinesa em 2018 (ESTADOS UNIDOS, 2019; BOLSA..., 2019).

Disputas acirradas também aconteceram no campo tecnológico quando Trump, em 2018, aprovou um termo do Congresso Nacional que proibia o uso da tecnologia da Huawei e da ZTE, empresas chinesas de telecomunicação, pelo governo do país (KASTRENAKES, 2018). Seguindo a mesma lógica de boicote das empresas chinesas e a justificativa do governo de proteção à segurança nacional, em 2019, o Google proibiu a Huawei de utilizar ferramentas de aplicação (como YouTube, Maps, Play Store e outros) na maioria dos aparelhos chineses (GOOGLE..., 2019). Ademais, essa disputa deve continuar, como revelou a decisão de Trump de manter a proibição da compra pelas empresas estadunidenses de equipamentos de telecomunicações produzidos pela Huawei

até maio de 2021 (SHEPARDSON; FREIFELD, 2020).

Com relação às trocas comerciais do Brasil com as duas maiores economias do mundo, é válido afirmar que ambas são relevantes, já que os dois países são nossos maiores parceiros comerciais. Contudo, de acordo com os dados do Comex Sat, sistema de consulta de dados sobre comércio exterior feito pelo Governo Federal, é possível inferir que as relações comerciais com a China são prioritárias devido à importância dessa nação para o superávit da balança comercial brasileira. Assim, sendo muito improvável que os EUA consigam ocupar o lugar da China na balança comercial brasileira, sua única alternativa para manter sua zona de influência é trabalhar para impedir o avanço dos produtos chineses em outros setores das relações bilaterais, como o mercado de serviços.

Na diplomacia, é possível afirmar que o viés ideológico vem dominando as relações do Brasil com o resto do mundo. Mais especificamente, há uma aproximação ideológica do atual presidente, Jair Bolsonaro (sem partido), com o ainda presidente republicano dos Estados Unidos, Donald Trump. Isso pode ser notado nas várias declarações feitas por Bolsonaro em discursos e entrevistas. Entre essas semelhança, está o posicionamento de minimização sistemática da pandemia da Covid-19 (SANCHES; MAGENTA, 2020).

Com a eleição do democrata Joe Biden, porém, essa aproximação ideológica se finda, mas ao mesmo tempo é provável a continuidade do alinhamento com os EUA a partir do Ministério das Relações Exteriores. Já em relação à China, as boas relações, no governo de Jair Bolsonaro, ficam apenas no campo comercial. Nesse sentido, o tweet de Eduardo Bolsonaro (PSL/RJ), deputado federal e filho do presidente, causou um mal estar diplomático ao criticar a ação do governo chinês perante a crise sanitária da Covid-19, apesar das tentativas por parte de outros representantes políticos de diminuir as tensões. (FELLET, 2020).

É nesse cenário de disputa que se insere o leilão das frequências 5G no Brasil. Essa tecnologia, que pretende revolucionar a forma como o ser humano se integra com as máquinas, é uma das áreas do confronto tecnológico entre as duas maiores potências econômicas do mundo, sendo o Brasil um dos diversos palcos da disputa.

Perigos e potencialidades da tecnologia 5G

A disputa pela implementação da tecnologia 5G chegou a níveis tão acirrados por um motivo claro: essa tecnologia vai ser, a partir de sua efetiva utilização, a base para a criação de diversas outras (BUSCH, 2020). A quinta geração de internet móvel vai muito além de uma velocidade de download 20 vezes mais rápida, cobertura mais ampla e conexões mais estáveis (WALL, 2018). O 5G possibilita um número quase 100 vezes maior de aparelhos conectados com múltiplas interações simultâneas, o que permitirá uma ampliação incalculável da tendência mundial da "internet das coisas" (na sigla em inglês, IoT). Um bom exemplo prático dessa tecnologia é a possibilidade de conectar todos os dispositivos eletrônicos de uma casa de maneira automática e sincronizada (WALL, 2018).

Essa conexão criará uma demanda por rede que apenas o 5G poderia suprir: a tecnologia permitirá a conexão de 7 trilhões de dispositivos simultaneamente - aproximadamente mil para cada indivíduo no mundo (CAPUTO, 2015). Esse acesso provocará um nível de crescimento exponencial de inovações e mudanças - ambientes urbanos, domésticos e rurais devem se transformar drasticamente em pouco tempo após a implementação do 5G. "Ao conectar pessoas, máquinas e coisas em escala maciça" (WHY..., 2015) essa tecnologia pode revolucionar serviços públicos e todo o funcionamento da sociedade.

Entretanto, outra questão preocupa os pesquisadores diante das perspectivas de mudanças profundas: "em um planeta hiperconectado, as possibilidades de que sejamos hackeados, espionados e controlados por empresas e governos se multiplicarão" (ELOLA, 2019). A multiplicação em milhões do número de antenas e dispositivos abrirá muitas oportunidades ao hackeamento. De acordo com o coordenador europeu de luta antiterrorista, Gilles de Kerchove, existe "o risco de emergência de novas formas de terrorismo muito mais letais pela utilização das redes 5G e dos avanços em inteligência artificial. Os computadores quânticos poderão decifrar dados encriptados; os aparelhos

interconectados poderão ser manipulados à distância e voltar-se contra nós, e a biologia sintética permitirá a recriação de vírus fora dos laboratórios" (ELOLA, 2019).

Surge, assim, o questionamento da confiabilidade no controle de estruturas críticas por empresas privadas. Não apenas a comunicação e as informações de indivíduos estão em jogo: com a internet das coisas - que permite a conexão simultânea de todos os equipamentos eletrônicos - a comunicação entre máquinas emergirá como debate essencial. Essas máquinas, que impactarão no cotidiano de uma grande quantidade de indivíduos, também poderão ter sua privacidade hackeada (ELOLA, 2019).

A disputa do 5G entre EUA e China

A empresa chinesa Huawei, que alcançou o segundo lugar mundial no mercado de smartphones e o primeiro em equipamentos de telecomunicações, desperta medo em grandes e tradicionais empresas desse campo, entre elas a estadunidense Cisco. A expertise da gigante chinesa sobre a tecnologia 5G é vantajosa, sendo atestada até por suas concorrentes (TECNOLOGIA 5G, 2020). Foi esse domínio que levou a corrida pela melhor tecnologia 5G a ter prioridade central na "guerra tecnológica" em curso entre Washington e Pequim.

Nesse sentido, os EUA utilizam não apenas de altos investimentos tecnológicos para combater a empresa chinesa, como realizam diversas acusações políticas e diplomáticas. Entre esses mecanismos políticos de atuação está a acusação de que a Huawei não respeita o embargo contra o Irã e realiza espionagem virtual e roubo de tecnologias (TECNOLOGIA..., 2020). Também não faltam afirmações sobre violações de direitos de propriedade intelectual e sobre suposta vigilância ilegal de informações por parte dos chineses (MOROZOV, 2020).

Essas acusações sem provas podem esconder um receio mais profundo por parte dos Estados Unidos: o papel central que o 5G vai desempenhar tecnologicamente no

mundo, sendo instalada por uma empresa de outro país - especialmente uma economia em ascensão - retiraria da potência algum nível de centralidade no controle e domínio das tecnologias globais. Esse temor também se reflete na própria estrutura complexa e descentralizada da tecnologia, já que ela abre espaço, segundo os EUA, para um monitoramento, por parte da empresa chinesa, das informações compartilhadas na rede (TECNOLOGIA..., 2020).

Visando confirmar essas acusações, em 2010, a Agência de Segurança Nacional estadunidense (na sigla em inglês, NSA) promoveu a Operação Shot Giant, que invadiu os servidores da Huawei em busca de vestígios de ligações da empresa com o Exército chinês. Contudo, segundo os documentos vazados por Edward Snowden, essa ação tinha como verdadeiro objetivo espionar alguns dos Estados clientes da empresa chinesa (MOROZOV, 2020). Assim, foi nesse sentido que o presidente da Huawei, Guo Ping, afirmou que "a Huawei é um espinho no pé do governo norte-americano, pois o impede de espionar quem ele quiser" (MOROZOV, 2020).

Nesse clima de tensão polarizada, a disputa se materializou também em outros casos emblemáticos. A prisão de Meng Wanzhou, diretora financeira da Huawei e filha do fundador da empresa, durante uma escala no Canadá, representou um momento de tensão diplomática. Assim como a proibição, pelo presidente Donald Trump, de investimentos por parte do fundo de pensão oficial do governo em empresas chinesas (MOROZOV, 2020) e a ordem executiva assinada por ele proibindo a venda de bens e serviços à empresa chinesa Huawei (ELOLA, 2019).

5G no Brasil: disputa e inovação

O Brasil se insere de maneira complexa nesse cenário. Vivemos sob um governo que, ao menos no campo discursivo, tenta implementar uma política externa de alinhamento irrestrito com o projeto Trumpista de Estados Unidos - que, por sua vez,

pressionam os aliados "ocidentais" contra a participação da Huawei como fornecedora multinacional de telecomunicação (BUSCH, 2020). Nesse sentido, corremos o risco de tomar uma posição ideológica nessa disputa, ao invés de aproveitarmos nossa posição de mercado em disputa. Os dilemas técnicos da implementação da rede 5G no Brasil são: quais empresas fornecerão equipamentos para sua instalação e aplicação? Essa é uma decisão a ser tomada de maneira pragmática e técnica ou é uma disputa ideológica?

Independentemente das desconfianças em questão, o Brasil deve agir de maneira estratégica para garantir seus interesses. Especialmente porque, além de estar entre as 12 maiores economias mundiais e ser o quinto país mais populoso, o Brasil é um mercado-chave para essa tecnologia: "a concorrência para a rede de telefonia móvel [do Brasil] será uma das maiores entre os mercados emergentes. Desde já, o país possui uma densidade de conexões de banda larga maior do que a maioria das economias fora dos EUA e Europa" (BUSCH, 2020).

O Brasil se insere internacionalmente de maneira tática nessa disputa: possui um superávit na balança comercial com a China e tem os EUA como importante investidor e parceiro comercial. Nesse sentido, no contexto de polarização ideológica, econômica e tecnológica entre os dois países, a neutralidade brasileira diante da dicotomia seria valiosa e estratégica, pois teria mais peso, capacidade e força para negociar (BUSCH, 2020).

A neutralidade brasileira estabeleceria um sinal geopolítico estratégico. Seria mais sensato seguir negociando com ambas as potências, de maneira técnica e prática, em nome de garantir a concorrência, melhores preços e mais qualidade para o serviço no Brasil, do que se alinhar automaticamente a um país sem ter tantos benefícios. Especialmente porque, "de 30% a 40% do equipamento da rede móvel brasileira já se compõe de peças da Huawei. A eliminação destas e exclusão do conglomerado chinês atrasaria em anos o necessário impulso de produtividade com a implementação da rede 5G" (BUSCH, 2020).

Nesse sentido, agir de forma pragmática não seria algo inédito na Política Externa Brasileira (PEB), tendo em vista a forma como foi conduzida durante parte da Guerra

Fria e mesmo no período que a sucedeu, até a chegada de Bolsonaro e Ernesto Araújo como Chanceler do Ministério das Relações Exteriores. Os princípios que guiaram a Política Externa Independente (PEI), como ficou conhecida, consistiam na manutenção de um relacionamento pragmático com ambos os blocos, em nome de garantir interesses nacionais independente de questões ideológicas e disputas globais (VIZENTINI, 1994, p. 29). Buscou apresentar um Brasil que não mais se subordinava irrestritamente aos interesses estadunidenses, como em outros momentos, e agir de forma autônoma. A PEI seria um "instrumento diplomático do interesse nacional, isto é, como elemento de apoio do processo de desenvolvimento industrial brasileiro" (VIZENTINI, 1994, p. 29) para construção de "um projeto coerente, articulado e sistemático visando transformar a atuação internacional do Brasil" (VIZENTINI, 1994, p.30), que seria implementado como tradição a partir de então, com algumas inflexões, até a chegada de Bolsonaro.

A partir desse ponto de vista, não é estratégico para o Brasil trazer para si um conflito em que não tem nada a ganhar - apenas perder. Se inserir de maneira independente na dinâmica de disputa internacional é a decisão mais estratégica e alinhada ao interesse nacional que podemos tomar agora.

Conclusão

A política externa dos EUA vai sofrer uma grande transformação com a eleição de Biden. O simples distanciamento do discurso polarizado, violento e conspirador de Donald Trump já provocará mudanças; e a efetiva implementação de uma política econômica internacional mais ponderada trará impactos efetivos na dimensão dessa polarização internacional. Essa mudança de cenário, provocada pelo resultado das eleições estadunidenses, deve favorecer a tomada de decisões mais técnicas e menos automaticamente alinhadas com aquele país com relação às disputas do 5G no Brasil.

Se essa hipótese for concretizada, teremos impactos positivos na garantia

de interesses nacionais: não escolher um lado da disputa, mas se inserir de maneira pragmática como mercado em disputa. A multinacional Huawei, que ascende como principal expoente do 5G no mundo, já presente em uma parte considerável de nossa tecnologia de telecomunicação, demonstra grande interesse no mercado brasileiro. Independentemente das opiniões pessoais sobre avanços, perigos e potencialidades da implementação da tecnologia 5G, o fato é que estamos caminhando para o futuro da tecnologia das coisas. Estaremos, inevitavelmente, cada vez mais conectados entre nós e com as máquinas. Cabe agora pensar a inserção internacional brasileira no contexto de uma nova gestão nos EUA.

Referencias

BOLSA cai 2,4% e dólar sobe a R$ 3,95 com desvalorização da moeda chinesa. **Veja**, 05 de agosto de 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/economia/bolsa-cai-24-e-dolar-sobe-a-r-395-com-desvalorizacao-da-moeda-chinesa/#:~:text=O%20yuan%20atingiu%20o%20patamar,comercial%20entre%20as%20duas%20na%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 05 dez 20.

BUSCH, A. Rede 5G, o Brasil diante de um falso dilema. **DW Brasil**. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/rede-5g-o-brasil-diante-de-um-falso-dilema/a-55365690. Acesso em: 20 nov 20.

CAPUTO, V. O que é o 5G e como ele vai mudar a sua vida. **Exame**, São Paulo, out. 2015. Disponível em: https://exame.com/tecnologia/o-que-e-o-5g-e-como-ele-vai-mudar-a-sua-vida/. Acesso em: 20 nov 20.

ELOLA, J. Hiperconectados e ultravulneráveis ao 5G. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/30/eps/1567160455_999269.html. Acesso em: 20 nov 20.

ESTADOS UNIDOS vão aumentar para 25% tarifas sobre US$ 200 bilhões em produtos importados chineses. **G1**, 05 de maio de 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/05/estados-unidos-vao-aumentar-para-25percent-as-tarifas-sobre-produtos-chineses-importados.ghtml. Acesso em: 05 dez 20.

FELLET, J. 'Vírus chinês': como Brasil se inseriu em disputa geopolítica entre EUA e China sobre pandemia. **BBC Brasil**. Mar. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51963251. Acesso em: 23 nov 20.

GOOGLE warns of US national security risks from Huawei ban. **Financial Times**, 2019. Disponível em: https://www.ft.com/content/3bbb6fec-88c5-11e9-a028-86cea8523dc2. Acesso em: 22 nov 20.

KASTRENAKES, J. Trump signs bill banning government use of Huawei and ZTE tech. **The Verge**. Out, 13 de agosto de 2018. Disponível em: https://www.theverge.com/2018/8/13/17686310/huawei-zte-us-government-contractor-ban-trump Acesso em: 22 nov 20.

MOROZOV, E. A batalha geopolítica do 5G. **Le Monde Diplomatique Brasil**, edição 159. Out. 2020. Disponível em: https://diplomatique.org.br/edicao/edicao-159/. Acesso em: 20 nov 20.

SANCHES, M; MAGENTA, M. Bolsonaro e Trump radicalizam: as semelhanças entre os líderes na pandemia de coronavírus. **BBC News**, maio de 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52361730. Acesso em: 05 dez 20.

SHEPARDSON, D.; FREIFELD, K. RS. Trump extends U.S. telecom supply chain order aimed at Huawei, ZTE. **REUTERS**, Whasington/Nova York, maio de 2020. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-usa-trade-china-trump/trump-extends-order-on-u-s-telecom-supply-chain-security-until-2021-idUSKBN22P2KG. Acesso em: 21 nov 20.

TECNOLOGIA 5G e por que a Huawei está no centro das polêmicas. **Exame**, São Paulo, 01 jan. 2020. Disponível em: https://exame.com/negocios/huawei-esta-no-centro-de-guerra-comercial-entre-eua-e-china/. Acesso em: 20 nov 20..

VIZENTINI, P. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 37, n. 1, p. 24-36. 1994.

WALL, M. O que é o 5G e como ele pode mudar as nossas vidas. **BBC**, julho de 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-44936142. Acesso em: 20 nov 20.

WHY is the EU is betting big on 5G. **European Comission**, Directorate-General for Communication, Shaping Europe's digital future- brochure, 26 fev. 2015. Disponível em: https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/why-eu-betting-big-5g-researcheu-focus-magazine. Acesso em: 20 nov 20

El voto latino en EE.UU., ¿la clave de las próximas elecciones?

Celso Coelho

Identificar a todos los latinos residentes en los Estados Unidos de América dentro de una misma "caja" política fue, cuando menos, una forma irresponsable de análisis que hicieron los comentaristas políticos para describir esta población durante las últimas elecciones a presidencia del país. Conectados por el idioma español, sobre todo, y por el origen latinoamericano, la diversidad histórica, cultural y de originalidades de los latinoamericanos residentes en EE.UU. reflejan diferentes concepciones políticas que resuenan de manera única en cada estado. Cómo caracteriza Noain (2020), "tras la errónea etiqueta monolítica de 'voto latino' late un abanico inmenso de orígenes, edades, ideologías, preocupaciones o intereses".

Teniendo un importante papel para las elecciones presidenciales de los Estados Unidos, con casi cuatro millones de votantes más que en 2016, el llamado "voto latino" es un concepto que agrupa alrededor de 32 millones de personas, clasificado como el más grande grupo minoritario en la historia de las elecciones americanas (ROMO, 2020). Correspondiendo al 13.3% de la población total con derecho a voto en el país, el 59% de esta población son de mexicanos o mexicoamericanos, 14% de puertorriqueños, 5% de cubanos y 22% de otros orígenes hispanos (LOVERA, 2020). En este sentido, con el total de su población correspondiente a cerca de una quinta parte de la población estadounidense, los millones de habitantes de origen latino tienen su fuerza política en las elecciones subyugadas.

A pesar de su alta capacidad de incidir en las elecciones y la baja participación, la población latina ha sido históricamente catalogada como un "gigante dormido". Como recuerda Lovera (2020), desde 1980, los latinos votan menos que otros grupos demográficos de los EE.UU. En 2016, sólo el 48% de los latinos elegibles para votar fueron a las urnas, en comparación con el 60% de los votantes afroamericanos y el 65% de los blancos.

En las elecciones de 2020, el error de generalizar todos los latinos como si fueran representantes de apenas una comunidad fue más visible porque se acentuaron los diferentes perfiles del voto latino. En primera instancia, el voto latino fue decisivo para la victoria de Biden en estados como Arizona y Georgia. En una ajustada victoria, con una ventaja de apenas 15.000 votos más en Arizona y 12.000 en Georgia, los estados otorgaron 27 delegados en el colegio electoral a Biden. La primacía republicana cedió en ambos estados que no han elegido a un demócrata desde Bill Clinton en 1992, en Georgia, y 1996, en Arizona.

Por otro lado, en el estado de Florida, también con muchos habitantes provenientes de latinoamérica o descendientes de latinoamericanos, Trump logró mantener el dominio republicano y ganar los 29 delegados, al prevalecer en ciudades como Orlando, Miami y Tampa. Así, a pesar de la victoria de Obama en el estado en 2008 y 2012 y del hecho de que el número de latinos que se identifican como demócratas ha aumentado en 85% entre 2006 y 2016 (BELL, 2016), Florida sigue teniendo una población latina posicionada ideológicamente como republicana. De esta manera, los cubanos exiliados de la isla durante el gobierno Castro, que constituyen la base de apoyo del actual presidente estadounidense en el estado, tienen un carácter sustancialmente conservador. Además, con la presencia cada vez mayor de venezolanos, las críticas de estos grupos minoritarios contra los gobiernos de izquierda de sus países de origen encajan con el discurso autoritario y represivo de Trump hacia Cuba y Venezuela.

Entonces, como se esperaba, el discurso opresivo de Trump a los dos países con grandes números de nacionales en el estado tuvo un efecto electoral. Se recuerda que durante el apogeo de la presión estadounidense sobre Venezuela – que tuvo una participación activa en la creación del foro establecido para presionar al país, Prosul –, a Trump no solo le gustaría las reservas de petróleo de venezolano. Como se puede percibir, los efectos electorales del radicalismo de Trump son distintos en las poblaciones latinas. A lo largo de su mandato, quedó claro que los delegados de Florida fueron una prioridad para su administración desde el principio, presionando y atacando a los gobiernos

comunistas latinoamericanos para simpatizar con su base de latinos republicanos.

Las distintas facetas del voto latino

Pensando en este escenario divergente entre las poblaciones latinas, se realizará un breve análisis de la situación en cuanto a las diferencias estructurales del voto latino en los Estados Unidos, delimitando características importantes de los escenarios electorales donde Biden conquistó a los delegados después de años de predominio republicano, como el estado de Arizona. Por otro lado, también se analizará el voto en Florida, la federación en la que Trump mantuvo delegados en las dos últimas elecciones.

En la primera área, constituyendo una parte fuerte de los ciudadanos con derecho al voto, como lo mencionan Bell (2016) y Noain (2020), los latinos son el 24% del electorado en Arizona, el 17.2% en Nevada y el 14.5% en Colorado. La victoria de Joe Biden en estos tres lugares es significativa para analizar el contraste entre los votos de los latinos. Sumando un total de 26 delegados, la tendencia a cambiar los votos para los demócratas fue clara. En Arizona, el territorio que eligió a Trump en 2016, la diferencia de votos entre los dos partidos entre 2016 y 2020 fue de 110.000 votos. El giro demócrata solo fue posible debido a esta gran diferencia. En cambio, en Colorado, la ventaja para los demócratas, que fue de 130 mil votos en 2016, creció y alcanzó la increíble cifra de 430 mil votos en 2020. Este aumento en la diferencia, de aproximadamente 230%, encaja en la tendencia de mayor participación de la población latina en las urnas.

En este sentido, estas poblaciones, con predominio de migrantes mexicanos, tienen una mayor sensibilidad a los temas polémicos que rodearon a Donald Trump en su mandato, como las políticas antiinmigrantes, las propuestas para crear el muro en la frontera con México y la separación entre padres, madres y niños después del intento de migración ilegal.

En este contexto, es preocupante para la población de origen mexicana la posición

de hostilidad presentada por Trump al hablar de la política migratoria de su gobierno, principalmente hacia México, país fronterizo con los Estados Unidos. El tema fue crítico desde la campaña presidencial de 2016, en la que el entonces candidato presidencial dijo en tono de provocación: "*When Mexico sends its people, they're not sending their best. They're sending people that have lots of problems, and they're bringing those problems with us. They're bringing drugs. They're bringing crime. They're rapists. And some, I assume, are good people*" [1] (BELL, 2016).

Fue notable, por lo tanto, que, al anunciar otra perspectiva sobre temas como inmigración, fronteras, salud y justicia, el Partido Demócrata se volvería más atractivo para los votos latinoamericanos en Arizona, en oposición a las ideas de Trump. Entonces, con una ventaja tan pequeña en este estado que fue esencial para la victoria de Joe Biden, visualizar esta tendencia de cambio para las próximas elecciones es esencial.

Además, también se observa una tendencia de posible cambio electoral en el estado vecino a Arizona, Texas. Responsable por uno de los colegios electorales más grandes del país, con 38 delegados, el estado tuvo un crecimiento de votos de 1.381 millones para el Partido Demócrata en 2020. En perspectiva, la diferencia entre los partidos entre 2016 y 2020 cayó en 25%. Más preocupante que el cambio radical de Arizona, el cambio electoral en Texas podría tener un efecto significativo en el entorno político de Estados Unidos en los próximos años.

En el segundo escenario, el de Florida, se observa que el estado se ve afectado electoralmente por otros temas, principalmente porque su población latina está compuesta por cubanos, venezolanos y puertorriqueños. Para esta porción de la población, los temas de mayor influencia están relacionados con el desempeño del gobierno en materia de empleo, desarrollo económico y también con relación a la presión sobre los regímenes cubano y venezolano.

Con una campaña dirigida al público conservador desde su primer día en el cargo, Trump ha logrado aumentar su ventaja en el estado a 376.000 votantes. En vista de los 114,000 votos de diferencia en 2016, él amplió la diferencia en aproximadamente 260,000 votantes, logrando éxito en esa parte específica del país. Como refuerza Lovera (2020),

[1] "Cuando México envía a su gente, no envía lo mejor. Están enviando personas que tienen muchos problemas y nos traen esos problemas con nosotros. Traen drogas. Están trayendo crimen. Son violadores. Y algunos, supongo, son buenas personas."

“algunos estudios preliminares sugieren que los cubanoamericanos, que representan alrededor del 30% de la población del condado de Miami, prefirieron al candidato republicano al demócrata en una proporción de dos a uno”.

Como factores del éxito para el Partido Republicano en Florida, se puede enumerar la movilización del público latino hacia un discurso de presión a las dictaduras en América Latina, de conspiraciones difundidas por la campaña republicana y de mensajes falsos en redes sociales sobre la supuesta amenaza comunista de Biden. Así, como medio de propaganda política y un inclinación al electorado más conversador, Trump enfatizó repetidamente la presión sobre los regímenes venezolano y cubano.

Conclusión

A pesar de recibir el apoyo de parte de la población latina, Trump tuvo algunas fallas en su campaña. Como señala Idoya Noain (2020), la población latina fue una de las principales afectadas por el problema económico y de salud que enfrentan los Estados Unidos. Según la autora, los latinos son el 18% de la población, pero representan más del 28% de los casos de contaminación del nuevo Coronavirus en el país. Además, el colapso laboral para las mujeres latinas fue el más intenso entre los grupos de trabajadores estadounidenses, de modo que las latinas perdieron sus trabajos tres veces más que las mujeres blancas y cuatro más que las mujeres negras.

Además del escenario sanitario y económico generado por la pandemia, la gestión republicana también ha fallado reiteradamente en no enfocar sus esfuerzos en la población joven, especialmente en su parcela latina. Como señala Morales (2020), los votantes latinos más jóvenes tienen un carácter progresista, por lo que el 22% de los votantes de la Generación Z en Estados Unidos son latinos, así como el 17% de los votantes millennials.

Finalmente, para reforzar el argumento de que será fundamental considerar las

diferentes parcelas de la población latina para las próximas elecciones, especialmente en estados que no tienen una base electoral firme, los llamados swing states, Bell (2016) sostiene que los latinos jugarán un papel importante en el futuro de la política de Estados Unidos, ya que, aunque la población latina puede ser pequeña en algunos estados indecisos, un voto concentrado a favor de cualquiera de los partidos puede marcar la diferencia en una elección feroz.

Referencias

ATLANTIC COUNCIL. **2020 road to the White House: Why Latin America and the Latino vote matter.** Disponible en: https://www.atlanticcouncil.org/event/2020-road-to-the- white-house-why-latin-america-and-the-latino-vote-matter/. Acceso em: 20 nov. 2020.

BELL, Aaron T. The Role of the Latino Vote in the 2016 Elections. **Annual Latino Public Affairs Forum**, mayo de 2016. Disponible en: https://www.american.edu/spa/ccps/upload/clals-working-paper.pdf. Acceso em: 20 de nov. de 2020

FLETCHER, Pascal. Trump vs Biden: ¿cómo se ven las elecciones de Estados Unidos desde América Latina? **BBC**, 28 de oct. de 2020. Disponible en: https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54614687. Acceso em: 20 de nov. de 2020.

GALINDO, Jorge. Eleições nos EUA mostram as duas faces do voto latino. **El País**, 4 de nov. de 2020. Disponible en: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-04/as-duas-faces-do-voto-latino.html. Acceso en: 20 de nov. de 2020.

GRABENDORFF, Wolf. América Latina en la era Trump: ¿Una región en disputa entre Estados Unidos y China?. **NUSO**, jun. de 2020. Disponible en: https://nuso.org/articulo/america-latina-en-la-era-trump/. Acceso em: 20 de nov. de 2020.

LOVERA, Patricia Sulbarán. Eleições nos EUA: 3 mitos sobre o impacto do 'voto latino'. **BBC**, 1 de nov. de 2020. Disponible en: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54690140. Acceso en: 20 de nov. de 2020.

_____. Eleições nos EUA: os mitos sobre o 'voto latino' derrubados neste ano. **BBC**, 6 de nov. de 2020. Disponible en: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54844438. Acceso en: 20 de nov. de 2020.

_____. Joe Biden: cómo los latinos beneficiaron y perjudicaron al presidente electo al mismo tiempo en las elecciones. **BBC**, 6 de nov. de 2020. Disponible en: https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-54833629. Acceso em: 20 de nov. de 2020.

MORALES, Ed. Los votantes latinos en EEUU: el gigante que despierta. **El Periódico**, 16 de nov. de 2020. Disponible en: https://edition.cnn.com/2020/11/16/opinions/latino-hispanic-vote-trump-biden-morales/index.html. Acceso em: 20 de nov. de 2020.

NOAIN, Idoya. JLos votantes latinos en EEUU: el gigante que despierta. **El Periódico**, 28 de oct. de 2020. Disponible en: https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-54833629. Acceso em: 20 de nov. de 2020.

ROMO, Rafael. Latin America's past weighs on US Hispanic voters. **CNN**, 14 de oct. de 2020. Disponible en: https://edition.cnn.com/2020/10/14/americas/us-election-cuba-latin-america-voters-trump-intl/index.html. Acceso em: 20 nov. 2020.

SABATINI, C.; NAYLOR, W. Trump Riles Latin America. **Foreign Affairs**, 8 de nov. de 2020.

Disponible en: https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2017-11-08/trump-riles-latin-america. Acceso en: 20 de nov. de 2020.

Estados Unidos: Freios e Contrapesos ao Avanço Ambiental

Júlia Eduarda Gouveia Rabelo de Abreu

A eleição presidencial dos Estados Unidos em 2020 fez-se diante de um cenário politicamente crítico. Em meio à pandemia da COVID 19, crise climática, crises econômicas e institucionais, a disputa pela Casa Branca foi dramática (STRUCK, 2020). O resultado das eleições afeta diretamente no tratamento de questões transversais à política– como as mudanças climáticas – e a abordagem destas questões irá depender de sua acomodação no sistema político estadunidense. Assim como as mudanças climáticas, o cenário internacional também está a depender do resultado deste processo. Desde a consolidação dos EUA como superpotência econômica e, para além, como hegemon (PECEQUILO, 2001), considera-se que as eleições presidenciais do país são decisórias para a articulação do cenário mundial. A política dos EUA, pelo seu grau de influência e pelo espaço que ocupa no jogo político internacional, reverbera em outras tantas políticas estatais, servindo como parâmetro de decisão para quem as observa.

Muito do que se produz como plano de governo para política nacional e externa deriva da configuração do sistema político do Estado. O sistema político estadunidense– democrático, republicano e federalista – foi estabelecido pela Constituição dos Estados Unidos em 1787, sendo responsável pela divisão institucional de sua política entre poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (UNITED STATES CONSTITUTION, 1787). Há de se considerar que, atuando acima desses poderes, há um sistema de freios e contrapesos, que possibilita a harmonia no exercício do poder (PISKE; SARACHO, 2018). Esse sistema, consagrado por Montesquieu, garante às democracias o equilíbrio entre essas três forças atuantes da política (PISKE; SARACHO, 2018). Portanto,

> "A Constituição dos Estados Unidos estabelece três ramos separados, mas iguais, do governo: o poder legislativo (faz a lei), o poder executivo (faz cumprir a lei) e o poder judiciário (interpreta a lei). Os Estruturadores estruturaram o governo dessa maneira para evitar que um ramo do governo se torne muito poderoso e para criar um sistema de freios e contrapesos. Sob este sistema de freios e contrapesos, existe uma interação de poder entre os três ramos. Cada ramo tem sua própria autoridade, mas também deve depender da autoridade

> dos outros ramos para que o governo funcione" (UNITED STATES COURT, 2015, tradução nossa).

A partir disso, entende-se que os planos de governo propostos pelos candidatos à presidência, isto é, ao cargo de chefe do poder executivo, devem dialogar com os interesses do Judiciário e do Legislativo, composto pela Câmara dos Representantes e pelo Senado Federal. Isso porque, na conformação do equilíbrio entre os Poderes, o Judiciário pode vetar as ordens executivas, o Legislativo pode anular vetos executivos e, sobretudo, indiciar o executivo por crime de responsabilidade, desdobrando o processo de impeachment do presidente (GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE, 2012). Logo, ao colocar-se na corrida presidencial, o candidato implicitamente concorda que, mesmo sendo eleito pelo colégio eleitoral, sua agenda política (seja ela progressista ou conservadora), é passível de enfrentar barreiras, constitucionalmente esperadas pela configuração do sistema político do Estado e pelas influências ideológico-partidárias que orbitam o Legislativo.

Quanto aos partidos que compõem esse sistema, não há opções tão diversificadas como se observa em outros países, como o Brasil. O Brasil, país também democrático, conta com 33 partidos políticos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020), enquanto os Estados Unidos queda-se, a princípio, a cinco. A quantidade de partidos dependerá de quantos Estados reconhecerão, e dentre os cinco – Libertarian Party, Green Party, Constitutive Party, Republican Party e Democratic Party – somente dois são reconhecidos por todos os 50 Estados e Washington – o Republicano e o Democrata (BALLOTPEDIA, 2019).

Desde o século XIX, esses dois partidos vêm revezando o poder; assim, apesar de ser em tese pluripartidário, na prática o sistema é bipartidário (SCHOSSLER, 2016). Para entender esse dualismo político, traça-se sinteticamente o atual perfil desses partidos, que foi moldado ao longo do tempo. O partido republicano costuma prezar por valores economicamente e socialmente conservadores, distanciando-se de questões como meio ambiente, raça, igualdade de gênero e justiça social (GRISBY, 2008). O nível ideológico

das premissas é segmentado em diversas alas do partido, o que permite observar alterações consideráveis — que por vezes opostas ao alinhamento do partido — no pensamento político republicano (GRISBY, 2008). Em uma pesquisa realizada pelo Pew Research Center em 2015, o perfil do eleitorado republicano era majoritariamente composto por homens brancos, protestantes evangélicos, mórmons e com escolaridade baixa (PEW RESEARCH CENTER, 2015). Já o democrata atendia como um liberalismo moderno, tanto do lado social, quanto econômico, costumando ser mais sensível às pautas de movimentos sociais e ambientais (GRISBY, 2008). Em 2015, o partido democrata era preferido por 80% da população negra, 56% da hispânica e 52% das mulheres estadunidenses (PEW RESEARCH CENTER, 2015). Já em 2020, nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, 87% da população negra (ROSS, 2020), 57% das mulheres (DELMORE, 2020) e 70% dos eleitores latinos (MORALES, 2020) votaram em Joe Biden, o que demonstra um aumento da predileção pelo Partido Democrata.

Um dos posicionamentos mais demandados dos candidatos à presidência foi o posicionamento frente à questão ambiental (FRANZÃO, 2020). Desde que Donald Trump assumiu a Casa Branca em 2016, diversas políticas ambientais, oriundas do governo democrata de Barack Obama, foram desmanteladas. Precisamente, mais de 100 regras ambientais foram encerradas, como no exemplo da lei da redução de emissão de dióxido de carbono, que foi flexibilizada por Trump (POPOVICH; ALBECK-RIPKA; PIERRE-LOUIS, 2020). Entretanto, esse cenário poderá ser alterado nos próximos anos com novas abordagens políticas. Após o moroso processo de contagem de votos, a eleição de Joe Biden foi confirmada (MARS, 2020), o que representa o retorno do Partido Democrata à presidência dos Estados Unidos.. Biden terá de lidar com um cenário conflituoso e caberá a ele reverter muitos dos imbróglios criados por Trump, como a saída dos EUA do Acordo de Paris (EUA..., 2020).

O Acordo de Paris surgiu em meio às negociações ocorridas na Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC) de 2015, ou também referida como COP-21. O tratado estabelece compromissos tomados pelos Estados

signatários por meio de esforços para o combate à mudança do clima, primordialmente pela redução das emissões de dióxido de carbono (CO2) (UNFCCC, 2015). Por meio da ratificação deste acordo, os Estados se comprometeram a

> "manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima" (UNFCCC, 2015).

Em meio a uma crise climática, é esperado que os Estados se posicionem politicamente sobre as perspectivas acerca do desafio ambiental. Considerando a crise do clima como uma ameaça ao futuro da biosfera e da existência humana, os países devem contribuir de maneira a dialogar com os tratados internacionais sobre a mudança climática, como o Acordo de Paris. Esse posicionamento deve prezar não somente pelo compromisso em implementar políticas de contenção, mas também por políticas de prevenção e redução de danos. Retomando a questão da saída dos EUA do Acordo de Paris, concerne à comunidade internacional o agravamento da crise climática. Segundo dados do Global Carbon Project, os Estados Unidos são o segundo maior emissor de CO2, logo atrás da China (GLOBAL CARBON PROJECT, 2018). A saída do acordo propõe a isenção do Estado de se responsabilizar pelas consequências que sua cadeia de produção industrial provoca no ecossistema global, que subsequentemente afetam os outros Estados (SANCHES, 2019).

Um outro relatório, produzido pela Germanwatch (ECKSTEIN et al., 2020), apontou que, em 2018, em ranking mundial, os EUA são o 12º país que mais sofre com fatalidades climáticas. Muitas dessas fatalidades estão sendo vinculadas às fortes ondas de calor que têm aumentado exponencialmente a temperatura, ocasionando em diversos casos de mortes por calor. Entre 1999 e 2016, mais de 10.000 pessoas morreram nos EUA em decorrência do aumento de temperatura, número superior ao de mortes causadas por furacões, inundações e tornados no país (RUSSEL et al., , 2020). Portanto, quando um governo, como o de Trump, se exime de tratar questões que afetam sua população, mostra-se atroz à sua própria nação.

A diferença crucial entre Trump e Biden, que talvez tenha sido um dos pontos de incentivo à vitória do democrata, é que, como afirma Franzão (2020), Biden demonstrou estar atento aos fatos científicos e aos movimentos ambientalistas da juventude. Biden reconhece, ao contrário de Trump, que as mudanças climáticas são ameaças existenciais e, já no governo de Obama, como vice-presidente, tratava as questões climáticas com mais sensibilidade (FRANZÃO, 2020). É possível observar que as diferenças entre as abordagens do atual e do futuro governo relativamente à questão ambiental são amplas, mas as diferenças vão para além de governos.

Uma pesquisa do Pew Research Center, conduzida por Johnson e Kennedy (2020), apontou que mais estadunidenses estão se politizando com relação à questão ambiental, tendo percebido que deve ser tratada como prioridade pelo Congresso e Executivo. A pesquisa considerou, sobretudo, que há maior interesse do eleitorado democrata nas questões ambientais do que no eleitorado republicano. Os democratas identificam as mudanças climáticas como um problema nacional, enquanto os republicanos conservadores são céticos quanto à resolução política do problema (JOHNSON; KENNEDY, 2020). Logo, Biden está levando consigo à Casa Branca os interesses populares em se viabilizar a mitigação do problema.

Em seu plano de governo, Biden planeja para a Justiça Ambiental ter uma abordagem mais incisiva no tratamento de casos de crimes ambientais, aumentar a fiscalização da Lei de Justiça Ambiental, além de propor um ambicioso projeto de investimento em energia renovável, bem como a reinserção dos Estados Unidos no Acordo de Paris. É inegável que a agenda é promissora para a pauta ambiental, porém, reconsiderando a configuração do sistema político dos EUA, é fundamental considerar que a agenda pode ser vetada. Para concretizar os planos de governo, Biden necessita do consenso entre os membros do Congresso e do Senado (BATISTA, 2020), o que torna a situação delicada. A composição do Senado, que foi parcialmente votada em novembro, ainda está em aberto e poderá garantir um cenário mais republicano ou democrata. O ponto de virada acontecerá na Geórgia, que apesar de ter adiado seus resultados para o

segundo turno, incita expectativas. As duas cadeiras remanescentes sendo preenchidas por democratas podem prometer um alinhamento à agenda do Executivo (CORRÊA, 2020). Entretanto, se houver o oposto, é difícil se imaginar um consenso republicano com uma agenda ambiental tão progressista como a de Biden.

Diante dessa conjuntura, há muitas especulações sobre o resultado final das eleições estadunidenses. É interessante entender que, por mais que se apresente propostas muito bem articuladas para um plano de governo presidencial, inclusive para o tratamento das mudanças climáticas, o sistema político sempre irá prevalecer. A forma que um sistema político é construído definirá o direcionamento de diversas matérias, sejam elas sobre meio ambiente, direitos reprodutivos, imigrações, ou saúde. Em um sistema de freios e contrapesos, que preza o equilíbrio, a balança sempre penderá para um lado em detrimento do outro. Ao compasso de um agravamento do aquecimento global, da alteração do clima, da improdutividade do solo e acidificação dos oceanos, o problema será transfronteiriço e os impactos chegarão até mesmo aos negacionistas.

Referências

BALLOTPEDIA. **List of Political Parties in the United States**. 2019. Disponível em: https://ballotpedia.org/List_of_political_parties_in_the_United_States. Acesso em: 19 nov. 2020.

BATISTA, H. Plano de governo de Biden é o mais progressista em décadas, mas pode enfrentar obstáculos no Congresso. **O Globo**, 7 nov. 2020. Disponível em https://oglobo.globo.com/mundo/plano-de-governo-de-biden-o-mais-progressista-em-decadas-mas-pode-enfrentar-obstaculos-no-congresso-24729117. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos Políticos Registrados no TSE 2020**. Disponível em:
https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse . Acesso em: 19 nov. 2020.

CORRÊA, A. Por que eleição para senador na Geórgia pode definir futuro de governo Biden. **BBC**, 9 nov. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54868354. Acesso em: 20 nov. 2020.

DELMORE, E. This is how women voters decided the 2020 election. **NBC News**, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/know-your-value/feature/how-women-voters-decided-2020-election-ncna1247746>. Acesso em: 06 dez. 2020.
ECKSTEIN et al.. Global Climate Risk Index 2020. Germanwatch e.V. 2019. Disponível em: http://www.germanwatch.org/en/cri. Acesso em: 19 nov. 2020.

EUA formalizam saída do Acordo de Paris sobre o clima em meio a eleição. **Folha de São Paulo**, 4 nov. 2020. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/eua-formalizam-saida-do-acordo-de-paris-sobre-o-clima-em-meio-a-eleicao.shtml. Acesso em: 19 nov. 2020.

FRANZÃO, L. O que pensam Donald Trump e Joe Biden sobre a questão do meio-ambiente. **CNN**. 8 de outubro de 2020. Disponível em https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/10/08/o-que-pensam-donald-trump-e-joe-biden-sobre-a-questao-do-meio-ambiente. Acesso em 20 nov. 2020.

GLOBAL CARBON PROJECT. **Global Carbon Atlas 2018**. Disponível em http://www.globalcarbonatlas.org/en/CO2-emissions. Acesso em 28 set. 2020.

GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE. **Branches of Government**. 2012. Disponível em: https://bensguide.gpo.gov/images/Branches-of-Government.jpg. Acesso em: 19 nov. 2020.

GRIGSBY, E. **Analyzing Politics: An Introduction to Political Science.** Florence: Cengage Learning, 2008.

JOHNSON, C; KENNEDY, B. More Americans See Climate Change as a Priority but Democrats are Much More Concerned than Republicans. **Pew Research Center**, 2020. Disponível em: https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/02/28/more-americans-see-climate-change-as-a-priority-but-democrats-are-much-more-concerned-than-republicans/. Acesso em: 19 nov. 2020.

MARS, A. Joe Biden vence as eleições dos Estados Unidos e põe fim à era Trump. **El País**. Publicado em 07 de novembro de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-07/joe-biden-vence-as-eleicoes-dos-estados-unidos-e-acaba-com-a-era-trump.html. Acesso em 19 nov. 2020.

MORALES, E. What the 2020 election reveals about Latino voters. **CNN**, 16 nov. 2020. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/11/16/opinions/latino-hispanic-vote-trump-biden-morales/index.html. Acesso em: 06 dez. 2020.

POPOVICH, N; ALBECK-RIPKA; L; PIERRE-LOUIS, K. The Trump Administration Is Reversing More Than 100 Environmental Rules. Here's the Full List. **The New York Times**, Nov. 10, 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/interactive/2020/climate/trump-environment-rollbacks-list.html. Acesso em: 19 nov. 2020.

PECEQUILO, C. **Os Estados Unidos: Hegemonia e Liderança na Transição**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

PEW RESEARCH CENTER. **A Deep Dive Into Party Affiliation: Sharp Differences by Race, Gender, Generation, Education**, April 7, 2015. Disponível em: https://www.pewresearch.org/politics/2015/04/07/a-deep-dive-into-party-affiliation/. Acesso em: 20 nov. 2020.

PISKE, O; SARACHO, A. Considerações sobre a Teoria dos freios e contrapesos (Checks and Balances System). **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e seus Territórios**, 2018. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2018/consideracoes-sobre-a-teoria-dos-freios-e-contrapesos-checks-and-balances-system-juiza-oriana-piske#:~:text=O%20Sistema%20de%20Freios%20e%20Contrapesos%20consiste%20no%20controle%20do,Executivo%2C%20Legislativo%20e%20Judici%C3%A1rio). Acesso em: 19 nov. 2020

SANCHES, M. O que representa Trump cumprir promessa e tirar EUA do Acordo de Paris. **BBC**, 4 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50298142>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SCHOSSLER, A. Zeitgeist: O bipartidarismo nos Estados Unidos. **Deutsche Welle**. Publicado em 25 de Novembro de 2020. Disponível em:https://www.dw.com/pt-br/zeitgeist-o-bipartidarismo-nos-estados-unidos/a-36385808. Acesso em: 20 nov. 2020.

STRUCK, J. Joe Biden Vence Eleição Dramática dos EUA. **Deutsche Welle**. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/joe-biden-vence-elei%C3%A7%C3%A3o-dram%C3%A1tica-nos-eua/a-55490847. Acesso em: 30 nov. 2020.

ROSS, J. How Black voters in key cities helped deliver the election for Joe Biden. **NBC News**, 07 Nov. 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/nbcblk/how-black-voters-key-cities-helped-deliver-election-joe-biden-n1246980>. Acesso em: 06 dez. 2020.

RUSSEL et al. Deadly heat is killing Americans: A decade of inaction on climate puts lives at risk. **The Guardian**, 16 jun. 2020. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2020/jun/16/climate-deaths-heat-cdc. Acesso em: 19 nov. 2020.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **Paris Agreement 21º Conference of the Parties**, 2015. Disponível em: https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement. Acesso em: 20 nov. 2020.

UNITED STATES COURT. **Separation of Powers in Action:** U.S. v. Alvarez. 2015. Disponível em: https://www.uscourts.gov/educational-resources/educational-activities/separation-powers-action-us-v-alvarez#:~:text=Action%20%2D%20U.S.%20v.-,Alvarez,branch%20(interprets%20the%20law). Acesso em: 19 nov. 2020

UNITED STATES OF AMERICA. **Constitution of the United States.** United States Senate. Disponível em: https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm. Acesso em: 18 nov. 2020.

Existe espaço para fechar Guantánamo no governo de Biden?

Luiza Ferreira

O dia 11 de janeiro de 2002 marcou a história dos Estados Unidos como a data de inauguração do Campo de Detenção da Baía de Guantánamo, ou simplesmente, a Prisão de Guantánamo. A história dos EUA na região cubana, entretanto, remonta ao século passado, quando, em fevereiro de 1903, os governos dos dois países assinaram um acordo que alugava parte da ilha de Cuba para os Estados Unidos por tempo indeterminado (BRIDGE INITIATIVE TEAM, 2020). O presente texto busca expor brevemente as posturas de Bush, Obama e Trump com relação à GITMO - como por vezes é chamada a prisão -, bem como analisar as políticas adotadas pelos presidentes durante seus respectivos mandatos. Por fim, será feita uma análise quanto aos possíveis caminhos que Biden pode tomar para fechar definitivamente o centro de detenção.

Uma das grandes controvérsias envolvendo Guantánamo é que o território, tecnicamente, não pertence nem aos Estados Unidos nem a Cuba, ou seja, foge à jurisdição de ambos os países e da comunidade internacional (MARCO, 2016). Aliada a essa característica peculiar da região, a política de "Guerra ao Terror" inaugurada pelo então presidente George W. Bush, levou ao encarceramento em massa de mais de setecentos homens muçulmanos, considerados perigosos para a segurança nacional do país por envolvimento em organizações terroristas. Torturados e suscetíveis a todo tipo de violação, os prisioneiros de Guantánamo sequer têm direito ao devido processo legal (*due process*), como determinou a Corte Federal de Justiça dos EUA recentemente, ao julgar o caso do iemenita Abdulsalam Al Hela, preso desde 2004 (ROSENBERG, 2020).

Encerrar as atividades de Guantánamo é uma demanda antiga e até mesmo George Bush admitiu, em seu segundo mandato, que a abertura da prisão foi um erro, afirmando que se trata de "instrumento de propaganda para nossos inimigos e distração para nossos aliados" (FARLEY, 2020). Foi o próprio republicano que começou a esvaziar o centro de detenção e, quando deixou a Casa Branca em 2007, 533 dos 779 muçulmanos

encarcerados haviam sido libertados ou transferidos para unidades prisionais de outros países (BRIDGE INITIATIVE TEAM, 2020). Em sua campanha presidencial, o democrata Barack Obama prometeu que fecharia Guantánamo e, enquanto ocupava a presidência, aplicou diversas medidas nesse sentido. Entretanto, fechar de vez a prisão não é uma tarefa fácil e, após oito anos de tentativas e de desgaste de suas relações com o Congresso, Obama não obteve êxito em cumprir sua promessa.

Em um de seus primeiros atos como presidente dos Estados Unidos, ainda em janeiro de 2009, Obama decretou o fim das atividades de Guantánamo em até um ano a contar daquela data. Considerando que, na época, os democratas eram maioria na Câmara e no Senado, a medida não deveria enfrentar resistência. Entretanto, quando o então presidente revelou que seu plano era transferir os detentos para instalações nos EUA, o apoio no Legislativo foi comprometido (MCKAY, 2020). Embora a maior parte dos opositores ao fechamento fossem republicanos, até mesmo alguns co-partidários de Obama, como Bernie Sanders e Elizabeth Warren, foram contrários aos projetos apresentados pelo presidente (SWAIN, 2019). A questão do que fazer com os prisioneiros é alvo de grandes debates dentro do Congresso, uma vez que existe uma noção geral de que essas pessoas apresentam riscos para a segurança nacional. Atualmente, existe até mesmo uma lei federal proibindo a permanência de presos de Guantánamo em solo americano para quaisquer fins, embora não haja consenso sobre sua constitucionalidade (FARLEY, 2020).

A despeito da posição do Congresso, Obama adotou políticas para analisar a fundo o caso de cada um dos detentos e as opções de transferência que cabiam a eles. Como resultado disso, conseguiu retirar 196 pessoas de Guantánamo ao final de seus dois mandatos, deixando 41 presos na ilha (FARLEY, 2020). Prestes a deixar a Presidência, Obama reforçou seu desejo de fechar Guantánamo e afirmou, ao lado do então vice-presidente Joe Biden, que esse capítulo da história dos EUA deveria ser encerrado (MONGE, 2016). Em contraste com o posicionamento de Obama, o recém-eleito presidente Donald Trump já havia se pronunciado quanto ao tópico, afirmando

publicamente que manteria a prisão aberta e que a lotaria novamente de “bandidos” [tradução livre] (WELNA, 2016).

A postura de Trump com relação à Guantánamo preocupou defensores do fechamento da prisão, que temiam que o republicano pudesse estimular práticas ilegais de tortura de presos e encarceramento arbitrário de muçulmanos (GUANTÁNAMO..., 2017). Em consonância com o discurso de campanha e como um de seus primeiros atos presidenciais ainda em 2017, Trump ordenou ao Pentágono que instaurasse políticas para lidar com novos presos. Porém, a ordem não se concretizou e novos presos não são enviados à Guantánamo desde 2008, quando a Suprema Corte dos EUA definiu que os prisioneiros têm o direito de solicitarem habeas corpus questionando sua transferência para a ilha (SAVAGE, 2018).

Apesar de o número de detentos ter diminuído sob o governo Trump a partir da transferência de Ahmed al-Darbi para uma prisão na Arábia Saudita em 2018, outros cinco prisioneiros com permissão para saírem de Guantánamo ainda estão lá. Essas pessoas obtiveram licença para serem transferidas ainda durante o governo Obama, porém os processos não foram concluídos devido à falta de assistência do órgão estatal responsável pela ação durante o governo Trump. Entre os detentos, encontra-se Muieen Abd al Sattar, apátrida Rohingya, que não tem para onde ser enviado até o momento e, assim como os demais, espera alguma melhoria em sua condição com a mudança de governo em 2021 (ROSENBERG, 2020).

Segundo a jornalista Carol Rosenberg, Joe Biden trabalhou ativamente para a realocação de detentos de Guantánamo quando foi vice de Obama e chegou a debater sobre o assunto com líderes de outros países, então é esperado que o futuro presidente adote medidas para continuar o legado de Obama. Quando perguntado por jornalistas durante sua campanha de 2020, Biden afirmou que apoia o fechamento de Guantánamo, porém não apresentou estratégias nem se alongou no tópico, evidenciando que ainda se trata de uma questão sensível para os democratas e que poderia comprometer alguns votos na reta final da disputa eleitoral (ROSENBERG, 2020). Atualmente, o partido

Democrata se posiciona favoravelmente ao fechamento, conforme pode ser encontrado no site da organização:

> "We will reject the targeting of Muslim, Arab, and other racial and ethnic communities based on their faith and backgrounds at home and abroad. We will close the detention center at Guantanamo Bay, enhance transparency, oversight, and accountability in counterterrorism programs and operations, and safeguard civil liberties and the rule of law" (DEMOCRATS, 2020).

Mesmo com o apoio do partido, Biden terá que enfrentar uma série de desafios para levar a cabo a proposta do fechamento definitivo de Guantánamo. Entre eles, encontram-se a resistência dos republicanos no Congresso e a lei federal que proíbe a permanência de presos de Guantánamo em solo americano para quaisquer fins, já mencionada anteriormente. Para solucionar essa questão, uma das alternativas mais viáveis para Biden é reutilizar a estratégia de Obama, que consiste na criação de um conselho com membros de diferentes governos para julgar, individualmente, se os detentos oferecem risco à segurança dos EUA e, a partir dessa decisão, transferi-los. Utilizando essa estratégia e outras já existentes, cerca de 75% dos presos poderiam ser repatriados para seus países de origem (KHALEL, 2020). Entretanto, para transferir os outros 25%, Biden precisará do apoio da Câmara, de maioria democrata, e do Senado, que ainda está sob disputa (US ELECTION..., 2020).

Um forte argumento a ser explorado por Biden é o alto custo de Guantánamo para os cofres públicos. O gasto anual da prisão é de aproximadamente US$350 milhões ou US$9,5 milhões por preso, tornando-a o centro de detenção mais caro do mundo. Os custos justificam-se pela quantidade de pessoas trabalhando dentro das instalações: são cerca de 1800 soldados da guarda nacional e 300 civis, contratados por meio de empresas privadas (LIMA, 2019). Para essas companhias, como a britânica G4S, que também presta serviços de segurança em outros centros de detenção pelo mundo (G4S, 2014), trata-se de um negócio altamente lucrativo.

Além disso, a prisão de Guantánamo já foi condenada inúmeras vezes por

organizações internacionais, incluindo a Organização dos Estados Americanos e a União Europeia, por violar sistematicamente os direitos dos encarcerados ao utilizar métodos de tortura em interrogatórios (NOLEN, 2020). Quando era vice-presidente de Obama, Biden defendeu que o relatório da CIA sobre os interrogatórios em GITMO fosse divulgado publicamente, para que os Estados Unidos pudessem se fortalecer ao expor seus próprios erros de conduta (MCCALMONT, 2014). Considerando que Biden busca reconstruir a liderança global dos Estados Unidos e recuperar a reputação do país (BIDEN, 2020), fechar a prisão definitivamente pode ser visto como uma tentativa de valorização do multilateralismo na diplomacia estadunidense.

Quanto às relações bilaterais entre Estados Unidos e Cuba, o encerramento das atividades da prisão seria um passo fundamental para consolidar os esforços de reaproximação de Obama entre os dois países. Enquanto ocupou a presidência, Obama abriu novamente a embaixada estadunidense em Cuba e flexibilizou o embargo econômico contra o país, vigente desde 1961 (VISITA..., 2016). As tentativas do ex-presidente, entretanto, foram frustradas quando Donald Trump, que se opõe veementemente à aproximação, assumiu a presidência e abandonou a pauta. Embora o antigo líder cubano Fidel Castro tenha elogiado as políticas de Obama na época, ele afirmou que é necessário a devolução do território da Baía para Cuba e também a derrubada integral do bloqueio para que as relações entre os países possam ser normalizadas (VISITA..., 2016). Assim, mesmo que Biden se comprometa com a pauta cubana, uma opção incerta por si só, é altamente improvável que satisfaça as demandas do país vizinho dessa forma, seja por falta de apoio do Congresso ou por falta de interesse do próprio presidente em realmente abrir mão da herança colonial dos Estados Unidos em Cuba.

Mesmo que seja um caminho conflituoso, especialmente com o Congresso e com os militares, fechar GITMO não é uma tarefa impossível. Após acompanhar de perto as tentativas frustradas de Obama durante oito anos, Joe Biden possui conhecimento de quais táticas são mais efetivas para obter sucesso em sua empreitada. Utilizar o apoio de organizações internacionais e a questão financeira como justificativas para decretar o

encerramento definitivo do centro de detenção talvez seja a forma mais rápida de fazê-lo, ainda que a medida não seja vista com bons olhos pelos parlamentares estadunidenses.

Referências

BIDEN, J. R. Why America Must Lead Again. **Foreign Affairs,** abril de 2020. Disponível em: http://www.deutsch-chinesisches-forum.de/images/thinktank/20201114/Why%20America%20Must%20Lead%20Again.pdf. Acesso em: 07 dez. 2020.

BRIDGE INITIATIVE TEAM. Guantánamo Bay prison: narratives and numbers. 04 de novembro de 2020. Disponível em: https://bridge.georgetown.edu/research/guantanamo-bay-data-project/ . Acesso em: 19 nov. 2020.

DEMOCRATS. Renewing American Leadership. 2020. Disponível em: https://democrats.org/where-we-stand/party-platform/renewing-american-leadership/. Acesso em: 19 nov. 2020.

FARLEY, B. R. A Path for Renewing Guantanamo Closure. **Just Security Organization**, 17 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.justsecurity.org/73311/a-path-for-renewing-guantanamo-closure/ . Acesso em: 19 nov. 2020.

GUANTÁNAMO, entre o fechamento e a ressurreição. **DW**, 11 de janeiro de 2017. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/guant%C3%A1namo-entre-o-fechamento-e-a-ressurrei%C3%A7%C3%A3o/a-37091753 . Acesso em: 19 nov. 2020.

G4S. CSR Report 2014. 2014. Disponível em: https://www.g4s.com/-/media/g4s/global/files/csr-reports/g4s_csr_report_2014.ashx. Acesso em: 22 nov. 2020.

KHALEL, S. Could Joe Biden really close Guantanamo Bay prison if elected president? **MIDDLE EAST EYE**, 17 de julho de 2020. Disponível em: https://www.middleeasteye.net/news/us-election-2020-joe-biden-close-guantanamo-bay-prison. Acesso em: 19 nov. 2020.

LIMA, L. O que faz da prisão mantida pelos EUA em Guantánamo a mais cara do mundo. **BBC**, 29 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49804838. Acesso em: 19 nov. 2020.

MARCO, D. Como e quanto os EUA pagam a Cuba pelo aluguel da baía de Guantánamo. **BBC**. 21 de março de 2016. Disponível em: // www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160321_eua_cuba_guantanamo_dgm_cc. Acesso em: 19 nov. 2020.

MCCALMONT, L. Biden: Release of torture report is 'badge of honor'. **POLITICO**, 12 de setembro de 2014. Disponível em: https://www.politico.com/story/2014/12/joe-biden-torture-report-cia-113430. Acesso em: 07 dez. 2020.

MCKAY, H. Political poison: What's going on in Guantanamo Bay?. **FOX NEWS**. 29 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.foxnews.com/world/political-poison-whats-going-on-in-gitmo. Acesso em: 19 nov. 2020.

NOLEN, J. Guantanamo Bay detention camp. **Encyclopaedia Britannica**. 13 de março de 2020. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Guantanamo-Bay-detention-camp. Acesso em: 19 nov. 2020.

MONGE, Y. Obama sobre Guantánamo: “Devemos encerrar este capítulo de nossa história”. **EL PAÍS**, 23 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/23/internacional/1456243788_356165.html. Acesso em: 19 nov. 2020.

ROSENBERG, C. 5 Were Cleared to Leave Guantánamo. Then Trump Was Elected. **NY TIMES**, 09 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/10/09/us/politics/guantanamo-prisoners-trump.html. Acessado em: 19 nov. 2020.

ROSENBERG, C. Court Rules Guantánamo Detainees Are Not Entitled to Due Process. **NY TIMES**, 02 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/09/02/us/politics/guantanamo-detainees-due-process.html. Acesso em: 19 nov. 2020.

ROSENBERG, C. Biden Still Wants to Close Guantánamo Prison. **NY TIMES**, 27 de junho de 2020 Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/06/27/us/politics/biden-guantanamo-prison.html . Acesso em: 19 nov. 2020.

SAVAGE, C. U.S. Transfers First Guantánamo Detainee Under Trump, Who Vowed to Fill It. **NY TIMES**, 02 de maio de 2018. Disponível em: https://www.nytimes.com/2018/05/02/us/politics/guantanamo-detainee-transferred-trump-al-darbi.html . Acesso em: 19 nov. 2020.

SWAIN, E. It’s still open: Will the Guantánamo bay prison become a 2020 issue? **THE INTERCEPT**, 03 de março de 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/03/03/guantanamo-bay-carol-rosenberg-intercepted/ . Acesso em: 19 nov. 2020.

US ELECTION 2020: Results and exit poll in maps and charts. **BBC**, 13 de novembro de 2020, Disponível em: https://www.bbc.com/news/election-us-2020-54783016. Acesso em: 19 nov. 2020.

VISITA histórica: O que Barack Obama quer em Cuba? **BBC**, 20 de março de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160320_visita_obama_cuba_rm . Acesso em: 19 nov. 2020.

WELA, D. Trump Has Vowed To Fill Guantanamo With ‘Some Bad Dudes’ — But Who? **NPR**, 14 de novembro de 2016. Disponivel em: https://www.npr.org/sections/parallels/2016/11/14/502007304/trump-has-vowed-to-fill-guantanamo-with-some-bad-dudes-but-who . Acesso em: 19 nov. 2020.

How to get away with an idea: *Trumpism and structural power*

Jales Caur

You can kill a man, but you cannot kill an idea.
Sophocles

The Republican Donald Trump is part of a selected group of the United-Statesian presidents who won the Presidency but lost on the popular vote – almost 63 over almost 66 million of Hillary Clinton (FEDERAL..., 2017). Taking office in 2016, he also empowered the nationalist movement that had risen in Europe in the early 2010s and brought to life a new form of populism in Latin America. By the election, Trump had become one of the worst types of weapons in world politics: an idea.

International Relations (IR) theorists have conceptualised power as the "production, in and through social relations, of effects that shape the capacities of actors to determine their circumstances and fate" (BARNETT; DUVALL, 2005, p. 42). This is an embracing concept since social relations can include material and ideational instruments. Barnett and Duvall (2005), therefore, also included the embodiment of Realism's power concept in their general discussion. They have taught many students that power no longer exclusively requires material resources to work – for example, military power requires armies, weapons, or how economic power requires a robust financial system.

None of these examples is wrong – they are right. Albeit, considering the roots of power as mentioned above, it is reduced, only weakening the analysis of the shape, form, and its operational approaches. Donald Trump is an outstanding example: often read as a neoliberal, the nationalist who promised to build up a wall to prevent "American's jobs" being taken by Mexican migrants. Interpreted as a narcissist and a distasteful person even before his election (MACADAMS, 2016), Trump had become the conservatives' outlook: family, God, "America first". He had turned their icon, their ideal, and not only in the US.

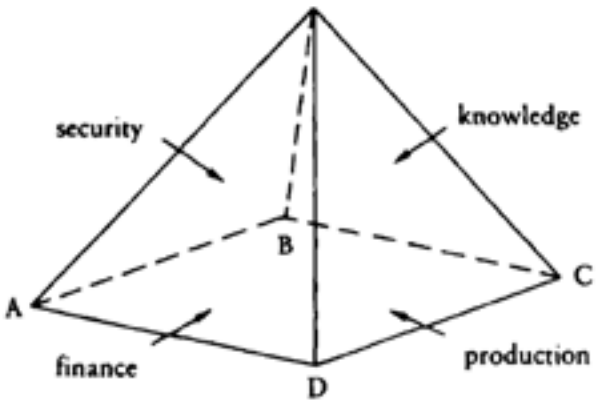
However, with Joe Biden winning over him in the 2020 elections, the idea has seemed to weaken. This analysis aims to correlate "idea" as a source of power and the consequences of Donald Trump in four years as President.

The idea is power, and that is a period

One of the most famous theorists that examine how "ideas" are related to power is Susan Strange in her book States and Market (1988). In her discussion about structural power, she builds a pyramid interconnecting four resources of power that combined would allow a state to master the structural power – defined by her as "(...) the power to decide how things shall be done, the power to shape frameworks within which states relate to each other, relate to people, or relate to corporate enterprises" (STRANGE, 1988, p. 25). These resources are (1) control over security, (2) control over production, (3) control over credit – referenced as finance –, and (4) control of knowledge, a sum of beliefs, ideas, and informational media.

Even if the "idea" is inside the power over knowledge, this framework allows us to understand how this variable works in the final equation.

Figure 2: Pyramid interconnecting the four sources of structural power



Source: STRANGE, 1988, p. 27

As visualised, Strange emphasised the importance of knowledge and ideas already in the late 1980s, even before the 21st Century Internet phenomenon. Nowadays, "ideas" have become more relevant and therefore the pyramid may have changed. Since Realists have claimed the central space in IR since the creation of the discipline, the concept of power has become what the Realism conceptualised it as. But what if, going even further back onto the principle, the main pillar is the "idea", as pictured by the constructivists?

Security + Production + Finance + Knowledge + Ideas = **structural power**

"Idea" as a sort of power itself has gained its force on the Internet, misleading people who joined the online dimension with no orientation about how to acknowledge what is right, what is wrong, what is real, and what is not. The United States is pictured as an example of the domain over knowledge resources, considering their dominance over famous social media companies – exception in China due to Chinese blocking of the western Internet –, also having the jurisprudence over them (GWYNN, 2019).

Nazi German is an example of how this argument works. Hitler with his idea of the superiority of Aryan race (Germans and Nordics) persuaded an entire nation to kill and to torture, triggering the Holocaust. One argument in the Nuremberg Trials was that they were only following orders – and that was possible only because Hitler fulfilled the German institutions with his idea to legalise one of the horrendous episodes in humanity's history (SCHMITT, 2001). We can see the force of the Nazi idea in the risen of neo-Nazi groups in Europe (COLBORNE, 2020), even in Brazil, a well-known multiethnic country (MANN, 2020).

Joseph Nye's soft power concept can be misinterpreted as a way of how idea operates and how it is exercised as a form of power; however, it is necessary to point out two considerations. Yes, Nye's writings about soft power englobe the spread of ideas, but it is essential to affirm that the central sphere of influence is on values that are going to

change through the spread of the ideas. The second consideration is about the operation of soft power: there are three spheres of influence: political values, cultural values, and foreign policy, with no influence amongst them (NYE, 2004) – a loss to the exercise of "idea" as a power.

However, the main character amongst IR theories that involve ideas is the Constructivism, built with theorists such as Alexander Wendt (1999), which classifies his way of Constructivism as "structural idealism". Wendt points out how the classic approach and the major debates in IR tend to surpass any other variable other than material resources, maintaining an impressive role of ideas, costumes and culture in IR analysis. In this case, I move away from what Wendt called "material theory" (WENDT, 1999, p. 94), surpassing the analysis of physical resources only – such as institutions, weapons, and governmental agendas.

When arguments based on structural concepts are made, it is necessary to consider such a thing as "idea" as a volatile variable to prevent the downfall to come. And if we quantify these qualitative variables, it is seen that the United States has the most "powerful" structural power in the international system (STRANGE, 1988, p. 28), since the apogee of the "American Dream", and its strengthening in the post-Cold War. But bringing all these concepts and arguments to contemporaneity, how Donald Trump became an idea and how Trumpism has come to integrate itself into the equation of structural power of the United States?

Trumpism: the idea

Donald Trump rose as a joke amidst the Republicans pre-candidates, but an eccentric bad joke when he was chosen as the Republican candidate to the dispute in 2016 against Hillary Clinton, former Secretary of State of Barack Obama, senator, and First Lady. The common thought about that election was that the Democratic Party would

easily win and rerun the United States. Clinton was the favourite considering her preference amongst the youth, her career as a famous politician, her experience in government as a lawyer and a diplomat.

While Trump was only a businessman playing at the elections, another phenomenon was happening. Meanwhile all the devaluation of his campaign, his work building his electorate showed effect when the results started to come out and he had won states such as Pennsylvania and Florida. Zurcher (2016) analysed some of the reasons why Trump got elected: (1) a great number of white voters – "the white wave", (2) he treated media not only with disrespect, but in a way his electorate enjoyed it, and (3) Trump was presented as an outsider against the career politicians.

Considering these points, we can now analyse how Trump became an idea. Amongst his electorate, Trump had found the voice that echoed his misogynist, and outright narratives against minorities. His main motto through the entire rally, "Make America Great Again", was based over the hate against immigrants, refugees, and Muslims, considering the desire of a United States for the real "Americans" – understood as whites (MUKHERJEE, 2018). Scholars, journalists and specialists underestimated the severity, cruelty, and the interrelationship of the factors that contributed to these changes. Trump, with those ideas, gained support from uneducated whites. So, "(...) if Trump had moderated, the uneducated whites may have seen him as just another politician, and they would probably not have voted for Trump in the same numbers (...)" (BEAUMONT, 2016).

Meanwhile, Trump's work under Facebook has gained enough attention to building a hypothesis that it was the turning point in his favour (LAPOWSKY, 2016). Once on the Internet, forever on the Internet, and Donald Trump took advantage of that, considering the "*Broken Telephone*" phenomenon that occurs with some fake news, probably deconceptualising other ideas etc. It is crucial to notice that his *Twitter Governance* has been also used in other countries – for example, Brazil. Creating these spaces on social media, the communication between the president and his country has

been increased, however, extremely dangerous due to the propensity of fake news and misled information (KEITH, 2016).

Trump has seduced those who don't seem to know how to distinguish the quality of the information received. Populism gained a new known name and a more significant example of social coercion: Donald Trump. As fundamentalists, certain groups have gained voice and started to connect themselves and to lose the fear of exposing their horrible ideas to society. Trump was the name given to these radical ideas that irradiated to different parts of the globe.

Conclusion

Trump is an idea, and ideas are a source of power. But Biden winning the 2020 election is tied directly with his conduct as a president of a country as powerful as the United States is, revealing that the same ideas that Trump has fed four years ago are not the most usable ones in a pandemic context – considering that not wearing a maks is a symbol of freedom and patriotism for most republicans and Trump's supporters induced by Trump himself (DAVIS; LICHTENBERG, 2020).

Since we erased here the concept of traditional sources of power as the foundation of the structural power framework, it is possible to visualise how Trump weakened himself, proving the volatileness of the variable "idea" – since people changing their ideas is common and necessary in a democracy. Swing states showed it as well when some those that went red in 2016 changed to blue in 2020 – such as Pennsylvania, Georgia, Wisconsin, and Michigan (NY TIMES, 2020).

However, even though his weakness has cost his reelection, it is important to stress that even if he is not the President of the United States, he is still a directed symbol of conservatism, populism and an indirect one of racism, sexism, and LGBTQphobia not only in the US but in all the world (EDELMAN, 2019). This status is proven with the

support that Trump has received during his campaign around the globe; people were cheering even if they were not a US citizen, showing to those who wanted to see how far the idea went.

References

2020 Presidential Election Results: Joe Biden Wins. **The New York Times**, 3 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/interactive/2020/11/03/us/elections/results-president.html. Acesso em: 21 nov. 2020.

BARNETT, M.; DUVALL, R. Power in International Politics. **International Organization**, v. 59, p. 39-75, 2005.

BEAUMONT, A. US 2016 election final results: how Trump won. **The Conversation**. 2016. Disponível em: https://theconversation.com/us-2016-election-final-results-how-trump-won-69356. Acesso em: 23 nov. 2020.

DAVIS, D.; LICHTENBERG, N. 'I don't care, do U?': How the act of refusing to wear a mask became the new symbol of American fear. **Business Insider.** 16 ago. 2020. Disponível em: https://www.businessinsider.com/not-wearing-mask-becomes-stronghold-for-class-losing-power-analysis-2020-8. Acesso em: 6 dez. 2020.

EDELMAN, M. Hollowed out Heartland, USA: How capital sacrificed communities and paved the way for authoritarian populism. **Journal of Rural Studies**, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.10.045.

FEDERAL Elections 2016. December 2017. Disponível em: https://www.fec.gov/resources/cms-content/documents/federalelections2016.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

GWYNN, M. Structural Power and International Regimes. **Journal of Political Power**, v. 12, n. 2, p. 200-223, 2019.

KEITH, T. Commander-In-Tweet: Trump's Social Media Use And Presidential Media Avoidance. **LISA E-journal**. 18 nov. 2016. Disponível em: https://www.npr.org/2016/11/18/502306687/commander-in-tweet-trumps-social-media-use-and-presidential-media-avoidance. Acesso em: 23 nov. 2020.

LAPOWSKY, I. Here's How Facebook Actually Won Trump the Presidency. **Wired**. 15 nov. 2016. Disponível em: https://www.wired.com/2016/11/facebook-won-trump-election-not-just-fake-news/. Acesso em: 23 nov. 2020.

MANN, R. Neo-Nazi Websites Growing in Brazil Mirrored in Bolsonaro's Speech, NGO Notes. **The Rio Times**. 2020. Disponível em: https://riotimesonline.com/brazil-news/brazil/politics-brazil/neo-nazi-websites-growing-in-brazil-mirrored-in-bolsonaros-speech-ngo-notes/. Acesso em: 23 nov. 2020.

MCADAMS, D. The Mind of Donald Trump. **The Atlantic**. Junho 2016. Disponível em: https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2016/06/the-mind-of-donald-trump/480771/. Acesso em: 23 nov. 2020.

MUKHERJEE, S. Make America Great Again as White Political Theology. **LISA E-journal**, ed.

2, 9 nov. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.4000/lisa.9887.

STRANGE, S. **States and Markets.** New York and London: Continuum, 1988.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 1999. 429 p.

ZURCHER, A. US 2016 election final results: how Trump won. **BBC**. 9 nov. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/news/election-us-2016-37918303. Acesso em: 23 nov. 2020.

La victoria de Biden-Harris y el imperialismo palatable de los demócratas

Letícia Plaza

Las elecciones en los Estados Unidos representan un escenario que trasciende su política doméstica. En medio al contexto de crisis del orden capitalista neoliberal, los conflictos de intereses que están en juego en la nación que configura el epicentro de tal orden conciernen a todo el sistema internacional. Debido a la inevitable (y, además, forzosa) influencia política y económica de los EEUU sobre el planeta, este evento político atañe a todo el mundo, y muestra una naturaleza demasiado compleja. Los EEUU representan la cabeza de la mayor fuerza destructiva de la actualidad – el imperialismo (CARDOSO, 2020). Así, mientras que el país demuestra claramente una polarización política, caracterizada, sobretodo, por la contestación de la victoria de Joe Biden por su opositor, Donald Trump, y considerable porción de sus apoyadores, en términos prácticos, la diferencia entre ellos es muy pequeña cuando se trata de imperialismo.

El brasileño Celso Amorim, diplomático de carrera que ha servido dos veces como Ministro de Asuntos Exteriores, así como ministro de Defensa de Brasil, afirmó que esta "pequeña diferencia" entre los candidatos podría resultar en la preservación de miles de vidas, y, además, que Trump presenta un pésimo ejemplo a los líderes mundiales, mientras establece un padrón de comportamiento que legitima el oscurantismo (FALAM..., 2020). Es cierto que la derrota de Trump evita, de hecho, otros cuatro años de su tono crudo indigerible, así como su pésimo ejemplo capaz de legitimar regímenes conservadores, como el caso del gobierno Bolsonaro en Brasil; pero, antes de que el mundo pueda respirar tranquilo, es inevitable que se mire del lado ganador y se pregunte: ¿qué se puede esperar del imperialismo un poco más palatable de Biden?

Por lo menos para Latinoamérica y Caribe, África y la mayor parte de Asia, lo que cambia en la política exterior estadounidense no es el imperialismo por sí solo (este sigue inquebrantable), sino, tomando prestadas las palabras del historiador Vijay Prashad, las balas usadas por Washington (PRETE; FERREIRA, 2020). Aunque muy

bien maquillado por banderas arcoíris y hashtags de #blacklivesmatter, Biden sigue componiendo perfectamente la máquina imperialista, burguesa, patriarcal y racista, con la militarización, el encarcelamiento, la CIA, el Pentágono, el espionaje, la intervención, las guerras, el gran capital (CARDOSO, 2020). De su lado, cuenta con las fuerzas combinadas de financistas, bancos internacionales, empresas multinacionales, monopolios del petróleo, del armamento, de la prensa, de la tecnología, entre muchas otras; las únicas excepciones de representantes del gran capital, que todavía se quedan con Trump, están en un segmento minoritario del empresariado nacional; contó, también, con el apoyo declarado de la parte más esencial del partido republicano, en teoría su oponente, representada, por ejemplo, por la poderosa familia Bush (CARDOSO, 2020).

Tan bien expuesto por Branko Marcetiv (2019), autor de *Yesterday's Man: The Case Against Joe Biden*, Biden es un demócrata de la Tercera Vía, de la ala más a la derecha del partido, con una carrera política forjada principalmente en la "larga era Reagan". Por supuesto, inmediatamente después de anunciar su candidatura, Biden lanzó una campaña basada en el legado de Barack Obama, a quien ha servido como vice, presentándose como una fuerza progresista, adepto a la inclusión de minorías y a la protección del medio ambiente, como un ambientalista, antiracista y feminista (GIMÉNEZ; CACIABUE, 2020). Su victoria sólo fue posible, a pesar de su trayectoria como demócrata de los más conservadores, con la cooptación de los votos de los jóvenes, las mujeres y la población negra y latina, que se unieron con el objetivo final de derribar a Trump.

Elemento fundamental para su victoria fue la selección de Kamala Harris, actual senadora pela California, mujer negra e hija de inmigrantes de origen jamaicano e indiano, como vice-presidenta. Incluso Angela Davis, renombrada feminista negra, mundialmente reconocida por su lucha en el movimiento antirracista estadounidense, reconoció que, a pesar de tener puntos débiles en su carrera como promotora, Harris presenta "un enfoque feminista para poder trabajar con contradicciones y poder vivir con ellas" y además que "el voto [en Biden] se ha vuelto mucho más palatable" (PRETE, FERREIRA, 2020). La representatividad que conlleva la elección de Harris como primera vicepresidenta negra

de los Estados Unidos es innegable y marca un momento importante en la historia del país. También es necesario reconocer que su posición crítica en favor de los derechos sexuales y reproductivos, que es sumamente relevante en el escenario político actual.

Indudablemente, Harris simboliza la interseccionalidad de muchas demandas planteadas por los movimientos sociales que, a su vez, fue instrumentalizada por el Partido Demócrata. La crítica a la candidatura en su conjunto, Biden y Harris, es la limitación, en lo que se refiere a la representatividad de negros, latinos, mujeres, población LGBTI y otras minorías, a la efectiva realización de lo simbólico. En la realidad práctica, la política de Harris sigue siendo mucho más cercana a las políticas ofensivas "civilizadoras", ya sean económicas o bélicas (CARAMURU, 2020). Harris es reconocida en California por su "mano dura" con la policía y por aumentar exponencialmente la persecución y el encarcelamiento de la población negra (BARBIERI, 2020). En consecuencia, diversas sátiras y "memes" relacionados con la postura progresista de Biden en el ámbito del discurso identitario se popularizaron en la internet, contrastando con el mantenimiento de la política exterior ofensiva y belicosa (KAMALA..., 2020).

Figura 3: meme extensivamente compartido en las redes sociales



Fonte: desconocida.

La estrategia Biden-Harris consiste en, por detrás de una retórica de tono progresista y de justicia social, recuperar el poder mundial de los EEUU como líder político e incluso moral de su valiosa orden neoliberal. Para tanto, volverá a la conocida fórmula de encabezar el imperialismo por medio de articulaciones multilaterales, prestando el papel de "mediador" (eufemismo para intervencionista) de posibles contenciosos internacionales. Biden ya prometió que los EEUU regresará a la Organización Mundial de la Salud (OMS) y al Acuerdo de París (MALAMUD, NÚÑEZ, 2020). Paralelamente, visando proteger los grandes sectores de la Aristocracia Financiera Global Tecnológica (como, por ejemplo, algunas empresas del Silicon Valley, entre otras) extenderá sus esfuerzos multilaterales para el fortalecimiento de organismos multilaterales como la OMC, BID, BM, IMF, entre otros (GIMÉNEZ; CACIABUE, 2020), que se utilizan de instrumentos de controle como la deuda externa para mantener la mayoria de los paises del mundo dependientes de los pocos países imperialistas (FIGHT..., 2019).

Estos organismos son la máxima representación de la falacia universalista occidental que, ya en su concepción en la Ilustración, demostró sus intrínsecas contradicciones, predicando la libertad aquí, mientras esclavizaba y colonizaba allá. Después del final formal de la colonización, la colonialidad se perpetúa a través del imperialismo. Los organismos multilaterales son los medios utilizados para mantener el poder de este orden neoliberal, que ha mostrado su progresiva decadencia, mediante ofensivas de la propia derecha, en su rostro más conservador y proteccionista, ejemplificado por el propio Trump, y además, por el Brexit, entre otras infinitas demostraciones. El proyecto de Biden es el ejemplo perfecto del intento desesperado de los EEUU por mantener el mundo bajo su orden. Las acciones torpes de Trump con su política proteccionista de "America First" y sus intentos unilaterales presentan una manifestación grosera y agresiva de un imperio en declinio (FIGHT..., 2019).

Este imperio, en su contexto interno, se mantuvo relativamente estable mediante una plutocracia muy particular – una partidocracia cuya vida depende de la inyección constante de dinero por las más distintas facciones capitalistas, que colonizan su propia

nación de manera muy similar con la que colonizan a las otras. La panacea occidental apellidada de "democracia" (que de democrática nada tiene) por las naciones imperiales, nada más es que la Plutocracia del Gran Capital: El Gobierno del Dinero (GIMÉNEZ; CACIABUE, 2020). Quizás aquí radica por qué sucede que la figura de un multimillonario sin experiencia política, como Donald Trump, elegido para representar la estructura republicana, es más accepta y popular que la figura de un profesor universitario con vasta experiencia política, como Bernie Sanders, por su vez permanentemente "bloqueado" de representar la estructura demócrata (GIMÉNEZ; CACIABUE, 2020).

El capitalismo de los Estados Unidos concentra su poder promoviendo la desigualdad tanto doméstica cuanto externamente, a través de intervenciones militares, sanciones económicas, estímulo financiero, articulaciones multilaterales e influencia político-ideológica, que provocan crisis políticas, securitarias, económicas, alimentarias, sanitarias, entre otras (FIGHT..., 2019). Históricamente, el imperialismo ha creado condiciones deshumanas para las poblaciones de países que, después de luchar duramente por su independencia de las antiguas metrópolis coloniales, siguen sufriendo en las manos de naciones poderosas, a través de la guerra contra las drogas, la inyección masiva de capital estranjero en sectores específicos, la implantación de multinacionales, el extractivismo, la devastación de la naturaleza, crisis migratorias, etc. En el contexto actual, en que el mundo vive una crisis de salud – la pandemia de la COVID-19, que causó crisis económicas en todos los países – republicanos y demócratas parecen preocuparse más con quién tomará una postura más dura sobre China para proteger la hegemonía del capitalismo estadounidense que con la vida de su propia gente; ambos lados unieron esfuerzos para lanzar aún más sanciones a Irán, Venezuela y Cuba (las cuales Biden promete mantener) (FIGHT ..., 2019); mientras tanto, Biden aproximáse cada vez más de Israel e de su genocidio contra el pueblo palestino.

Es importante notar la característica sistémica de los problemas aquí analizados, cuyas consecuencias, por su carácter global, afectan a toda la humanidad. Por lo tanto, la búsqueda por una solución para esas disfunciones solo será posible en el marco de

una alteración amplia y profunda de las estructuras operativas en la contemporaneidad. Este arreglo político impone el liberalismo como única condición posible para la organización político-económica del sistema internacional, proposición que corresponde, fundamentalmente, a una falacia. Al fin y al cabo, dadas las evidentes manifestaciones de un orden en colapso, la insistencia en la permanencia de este sistema significa una seria amenaza para la perpetuación de la vida — al menos la humana — en la Tierra.

Referencias

BARBIERI, A. O voto em Biden e o naufrágio do anti-imperialismo. **Esquerda Diário:** Movimento Revolucionário de Trabalhadores, Semanário, 18 oct. 2020. Disponible en: https://www.esquerdadiario.com.br/O-voto-em-Biden-e-o-naufragio-do-anti-imperialismo. Acceso en: 30 nov. 2020.

CARAMURU, B. Biden: o velho/novo imperialismo no Médio Oriente. **Esquerda.net**, 16 nov. 2020. Disponible en: https://www.esquerda.net/artigo/biden-o-velhonovo-imperialismo-no-medio-oriente/71266. Acceso en: 30 nov. 2020.

CARDOSO, J. A. L. Eleições estadunidenses no contexto da crise global. **Brasil 247**, 30 nov. 2020. Disponible en: https://www.brasil247.com/blog/eleicoes-estadunidenses-no-contexto-da-crise-global. Acceso en: 30 nov. 2020.

FIGHT Racism, Imperialism, and the Current Crisis: A Program to Unify the Exploited and Oppressed. **Left Voice**, 14 oct. 2020. Disponible en: https://www.leftvoice.org/fight-racism-imperialism-and-the-current-crisis-a-program-to-unify-the-exploited-and-oppressed. Acceso en: 30 nov. 2020.

GIMÉNEZ, P.; CACIABUE, M. (Coord.). Tu voz. ¿Nuestro voto? Dossier Octubre 2020: Una guía para entender las Elecciones de Estados Unidos 2020. **Centro Latinoamericano de Análisis Estratégico (CLAE)**, Fundación FILA, Informe de Coyuntura Internacional. Eje Elecciones de Estados Unidos 2020. 31 oct. 2020. Buenos Aires, Argentina.

KAMALA Harris e a demagogia do imperialismo com o povo negro. **Causa Operária**. Edição nº 6107, 21 agosto 2020. Disponible en: https://www.causaoperaria.org.br/kamala-harris-e-a-demagogia-do-imperialismo-com-o-povo-negro/. Acceso en: 30 nov. 2020.

MALAMUD, C; NÚÑEZ, R. Las elecciones presidenciales de Estados Unidos y América Latina. **Real Instituto Elcano**, 6 oct. 2020. ARI 114/2020, Madrid (Spain).

MARCETIC, B. Joe Biden Is a Disaster Waiting to Happen. **Jacobin**, 25 abr. 2019. Disponible en: https://www.jacobinmag.com/2019/04/joe-biden-2020-presidential-campaign-record. Acceso en: 30 nov. 2020.

PRETE, G.; FERREIRA, M. D. Trump foi derrotado: o que esperar do imperialismo sob o comando de Biden? **Brasil de Fato**, 17 nov. 2020. Disponible en: https://www.brasildefato.com.br/2020/11/17/artigo-trump-foi-derrotado-o-que-esperar-do-imperialismo-sob-o-comando-de-biden. Acceso en: 30 nov. 2020.

"FALAM em 'nuance' entre Biden e Trump. 'Nuance' pode significar milhares de vidas", afirma Celso Amorim. **Brasil 247**, 4 nov. 2020. Disponible en: https://www.brasil247.com/brasil/falam-em-nuance-entre-biden-e-trump-nuance-pode-significar-milhares-de-vidas-afirma-celso-amorim. Acceso en: 30 nov. 2020.

Migração e Refúgio:
diferenças entre as visões de Trump e Biden

Vanessa Ramos

É notório que o governo de Donald Trump tinha como um de seus objetivos a realização de esforços contínuos para o fechamento dos Estados Unidos tanto para a imigração legal, quanto para a irregular. Essa agenda foi defendida por Trump desde a sua campanha eleitoral, alimentada durante seus três primeiros anos de governo, e intensificada durante a pandemia da COVID-19, quando o presidente se valeu da crise sanitária sem precedentes para o recrudescimento de sua política anti-imigração. Por outro lado, o candidato eleito nas eleições presidenciais de 2020, Joe Biden, defende a adoção de novas medidas relacionadas com a migração e deseja se afastar do legado deixado por Trump. Esse processo é evidenciado, inclusive, pela escolha de sua vice-presidente, Kamala Harris, uma mulher negra e filha de imigrantes - de pai jamaicano e mãe indiana (PAIK, 2020). Assim, é imperativo questionar: quais mudanças podem ser esperadas pela gestão de Biden e quais serão as consequências dessas para as populações de migrantes e refugiados estabelecidas nos EUA?

Para responder a esse questionamento, farei uma recapitulação das principais ações da política anti-imigração de Trump durante os quatro anos de seu governo, de modo a comparar essas medidas com as propostas feitas por Biden em sua campanha eleitoral e, a partir disso, construir uma conjuntura acerca de como será o tratamento dado pelo governo às questões de migração e refúgio.

Em 2016, Trump, em sua campanha eleitoral, prometeu concretizar a construção de um muro na fronteira com o México, obrigando o Estado mexicano a pagar pela obra com ameaças de sanções, cobranças de dívidas e cortes de acordos comerciais (DONALD..., 2016). Trump ainda afirmou que expulsaria todos os imigrantes ilegais que já estão nos EUA, aproximadamente 11 milhões de pessoas, com o objetivo de garantir que as empresas prorizassem a contratação de cidadãos estadunidenses (DONALD..., 2016).

Em seus três primeiros anos de mandato, Trump investiu em medidas para diminuir as entradas regulares e irregulares de estrangeiros no país. De acordo com dados do Departamento de Segurança Interna dos EUA, apresentados em matéria da BBC (2020), houve uma diminuição de 7,34% na concessão de "green cards" e de quase 75% na admissão de refugiados entre 2016 e 2018 (COMO..., 2020). O número de pedidos de asilos concedidos, entretanto, teve um aumento de 89,9% no referido período. A junção dessas três taxas acumulam uma queda de 10% na imigração regularizada entre 2016 e 2018 (COMO..., 2020).

Uma das políticas mais relevantes realizadas pela administração de Trump foi o programa Protocolo de Proteção do Imigrante, também conhecido como "Permaneça no México", que foi anunciado em 25 de janeiro de 2019 pelo Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (SUPREMO..., 2020). O programa estipula que os imigrantes de variadas nacionalidades sem documentos de entrada que sejam detidos na fronteira com o México sejam enviados de volta ao Estado mexicano para aguardar a avaliação pela justiça de imigração estadunidense de seu pedido de asilo. Dessa forma, os imigrantes são forçados a permanecer em abrigos no México por toda a duração dos procedimentos legais, o que pode levar meses.

Segundo matéria publicada pela Folha de São Paulo (2020), em um ano, o programa ordenou o retorno para o México de 59 mil pessoas. Ademais, dos 29.309 imigrantes que tiveram seus casos julgados entre janeiro e dezembro de 2019, apenas 187 obtiveram asilo , o que configura 0,64% do total de casos. Segundo a organização Human Rights Watch (2020), ainda foram reportados pelo menos 816 casos de sequestro, estupro, tortura, agressão e outros ataques violentos contra solicitantes de asilo e imigrantes forçados a retornar ao México desde o início do programa.

Já no contexto da pandemia do coronavírus, desde o mês de março, com o agravamento da crise de saúde no país, Trump tem aproveitado para atacar os pilares do sistema migratório dos EUA. Segundo matéria do Jornal G1 (2020), o Departamento de Estado estadunidense, no dia 18 de março de 2020, suspendeu os serviços de emissão

de vistos, para migrantes e não-imigrantes, em todas as embaixadas e consulados dos EUA. Essa medida, que teve como justificativa a tentativa de conter a propagação do coronavírus no país, impactou centenas de milhares de pessoas (DIAS, 2020).

O governo estadunidense ainda adotou, no dia 21 de março de 2020, uma ordem executiva que permite que os agentes do Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (CBP) submetam estrangeiros sem documentos de entrada a retornar aos seus países de origem sem que haja a necessidade de abertura de um processo legal (TRUMP..., 2020). Essa medida se aplica aos estrangeiros vindos de El Salvador, Guatemala, Honduras, México, e, até o dia 10 de abril de 2020, resultou na expulsão de 10 mil imigrantes do país (TRUMP..., 2020).

A suspensão da necessidade de abertura de processos legais para a expulsão e deportação de imigrantes foi recebida com alarde por organizações internacionais e por defensores dos direitos de migrantes e refugiados em todo o mundo, que acusam o presidente de usar a pandemia como desculpa para fechar a fronteira para aqueles que buscam refúgio (LABORDE, 2020). Segundo Eleanor Lace, diretora do Programa de Proteção aos Refugiados da Human Rights First, os Estados Unidos "estão tratando da mesma forma tanto os requerentes de asilo com documentação que apoie sua situação, quanto imigrantes que cruzam irregularmente a fronteira, o que viola a Convenção para Refugiados e o direito de asilo" (LABORDE, 2020).

Em junho de 2020, os departamentos de Justiça e de Segurança Interna dos EUA apresentaram um plano substituto às regras de "emergência" adotadas durante a crise do coronavírus, que seria aplicado após as normas da pandemia serem suspensas (EUA VÃO..., 2020). O referido plano prevê a possibilidade de que o governo estadunidense recuse pedidos de asilo migratório antes mesmo da realização de uma audiência judicial, além da elevação nos padrões para a aceitação de pedidos de refúgio (EUA VÃO..., 2020). Segundo o The New York Times (2020), será mais difícil um indivíduo ser considerado perseguido em seu país de origem, e quem afirmar ser alvo de gangues e membros do governo provavelmente será recusado, da mesma forma que pessoas que busquem

proteção por questões de gênero.

Levando em consideração as medidas realizadas durante o governo Trump acerca das pautas de migração e refúgio, é relevante, então, analisar as propostas eleitorais realizadas por Biden acerca dessas temáticas. Segundo Rocio Paik (2020), Biden se posicionou como o candidato que vai "desfazer os danos causados por Trump e recuperar os valores da América, como uma nação dos imigrantes" (PAIK, 2020, p. 3). Como colocado anteriormente, a prioridade da pauta migratória pode ser observada pela escolha de Kamala Harris como vice-presidente, visto que essa seleção é estratégia por contemplar a população migrante, fazendo-a se sentir representada no atual cenário político do país.

No que tange às questões das fronteiras dos EUA, Biden se posiciona de forma contrária à política de Trump de criminalização de passagens irregulares nas fronteiras. Além disso, o político democrata propõe investir em uma tecnologia que inclua câmeras de vigilância, sensores, máquinas de raios X e torres fixadas, ao invés do muro defendido por Trump na fronteira com o México. Outro ponto importante da política de migração de Biden é a defesa do encerramento do programa Permanecer no México, desenvolvido no governo de Trump, e a promessa de aumentar o limite de admissões de refugiados globais anuais do país dos atuais 18 mil para 125 mil. Isso representaria um número maior do que o praticado no governo Obama, de 110 mil (PAIK, 2020).

Além disso, o democrata também afirmou em um debate eleitoral, que, se eleito, estabeleceria uma moratória para todas as deportações nos 100 primeiros dias da sua gestão e que, após esse período, apenas aqueles que cometeram crimes seriam deportados (Ibidem, 2020). O candidato também disse que trabalhará com o Congresso para auxiliar os 11 milhões de imigrantes indocumentados nos EUA a conseguirem a cidadania, "desde que se registrem com as autoridades, estejam com seus impostos atualizados e sejam aprovados em verificações de antecedentes" (PAIK, 2020, p. 5).

Biden, indo além, destacou que irá proteger o Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA), programa criado na gestão de Barack Obama e que permite que

indivíduos indocumentados nos EUA, trazidos ao país quando crianças, recebam um período renovável de dois anos de ação adiada de deportação e se tornem elegíveis para autorizações de trabalho no país. É relevante ressaltar que o programa foi suspenso por Trump em 2017, impactando cerca de 750 mil jovens nos EUA (O QUE..., 2017).

No que tange ao Triângulo Norte da América Central (El Salvador, Guatemala e Honduras), Biden pretende restabelecer o programa Central America Minors, que também foi criado na gestão Obama e encerrado no governo Trump. Esse programa permite que pais documentados nos EUA possam requisitar um status de refúgio para suas crianças residentes nos países do Triângulo Norte. Além disso, o democrata apoia o fim dos acordos de "terceiros países seguros", assinados com os referidos países durante o governo Trump. Segundo Milene Miller, o "termo 'terceiro país seguro' é utilizado para se referir a acordos no qual os imigrantes em busca de asilo que passam por um terceiro país considerado 'seguro' a caminho dos EUA devem solicitar o status de refugiado naquele país e não nos EUA" (MILLER, 2019, p. 3). Por esse acordo, imigrantes que passem por qualquer um desses três países em direção aos Estados Unidos deverão necessariamente solicitar asilo no país de passagem, e não nos EUA. Ademais, aqueles que por ventura conseguirem chegar aos EUA deverão ser deportados ao país de passagem. Essa medida foi extremamente criticada por organizações internacionais relacionadas a direitos humanos, pois seria uma nova forma de os Estados Unidos limitarem a migração em seu território.

Dessa forma, nota-se que as medidas de migração e refúgio defendidas por Joe Biden em sua campanha eleitoral são radicalmente diferentes das ações realizadas por Donald Trump durante a sua gestão, visto que, enquanto as políticas de Trump eram focadas na expulsão, deportação e não aceitação de solicitações de asilo, as de Biden são marcadas por um esforço de regulamentarização e da realização de processos legais mais justos para a concessão de status de imigrante ou refugiado. Nesse sentido, também é possível observar a defesa do democrata por um retorno a algumas das políticas migratórias de Barack Obama, como no caso dos programas Central America Minors e

Deferred Action for Childhood Arrivals, que foram descontinuados durante o mandato de Trump. Além disso, é relevante notar o posicionamento de Biden acerca da importância da migração para a construção da identidade dos EUA e como "fonte irrefutável da nossa força" (JOE BIDEN..., 2020), além do peso da escolha de uma mulher, filha de imigrantes, para ser a sua vice-presidente.

É relevante ressaltar, entretanto, que essas medidas defendidas por Biden foram apenas promessas realizadas durante a campanha eleitoral, que podem se cumprir, ou não, durante a gestão do novo presidente. Um ponto de alarme é o fato de que, durante seu mandato como vice-presidente do governo Obama, o governo estadunidense chegou a níveis recordes de deportação, com centenas de milhares de estrangeiros expulsos do país (JOE BIDEN..., 2020). Ademais, também há o fato de que o Senado estadunidense permanece com uma maioria republicana (REPUBLICANOS..., 2020), o que pode dificultar a implementação das medidas de Biden acerca de migrantes e refugiados. Mesmo assim, considero que é possível esperar por momentos de maior respeito aos direitos humanos e à dignidade dos solicitantes de asilo e das populações de imigrantes e refugiados já estabelecidas nos Estados Unidos.

Referências

COMO Trump conseguiu criar um 'muro invisível' para reduzir a entrada de estrangeiros nos EUA. **BBC**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-516 52664>. Acesso em: 01 mai. 2020.

DEMOCRATAS perdem espaço na Câmara e abandonam sonho do Senado. **VEJA**, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/democratas-perdem-espaco-na-camara-e-abandonam-sonho-do-senado/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

DIAS, Marina. Trump suspende emissão de green card por 60 dias e restringe imigração nos EUA. **GAÚCHAZH**, 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2020/04/trump-suspende-emissao-de-green-card-por-60-dias-e-restringe-imigracao-nos-eua-ck9ai5ix2008g01qobvuxridr.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

DONALD Trump: conheça sua trajetória e suas propostas. **G1**, 2020. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/donald-trump-conheca-sua-trajetoria-e-suas-propostas.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

EUA VÃO tornar permanentes restrições à imigração impostas durante a pandemia. **VEJA**, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/eua-vao-tornar-permanente-restricoes-a-imigracao-impostas-durante-pandemia/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Q&A:** Trump Administration's "Remain in Mexico" Program. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/01/29/qa-trump-administrations-remain-mexico-program#_What_are_conditions>. Acesso em: 29 abr. 2020.

JOE BIDEN eleito: o que esperar sobre imigrantes e refugiados?. **YAHOO Notícias**, 2020. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/joe-biden-eleito-o-que-esperar-sobre-imigrantes-e-refugiados-172509021.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.

LABORDE, Antonia. Trump acelera expulsão de imigrantes sem documentos durante pandemia de novo coronavírus. **O GLOBO**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/trump-acelera-expulsao-de-imigrantes-sem-documentos-durante-pandemia-de-novo-coronavirus-24364366>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MILLER, Milene. Acordo de "terceiro país seguro" entre EUA e América Central pode chegar ao Brasil?. **MigraMundo**, 2019. Disponível em: <https://migramundo.com/acordo-de-terceiro-pais-seguro-entre-eua-e-america-central-pode-chegar-ao-brasil/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PAIK, Rocio. Joe Biden vai mudar o rumo da política migratória nos Estados Unidos?. **MigraMundo**, 2020. Disponível em: <https://migramundo.com/vitoria-de-joe-biden-e-capa z-de-mudar-o-rumo-da-politica-migratoria-nos-eua/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

TRUMP assina decreto que suspende processos de imigração para os EUA. **O GLOBO**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/trump-assina-de creto-que-suspende-processos-de-imigracao-para-os-eua-24388185>. Acesso em: 29 abr. 2020.

TRUMP firma decreto para limitar imigração aos EUA. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/04/22/trump-firma-decreto-para-limitar-imigracao-aos-eua.htm>. Acesso em: 29 abr. 2020.

REPUBLICANOS ficam com uma cadeira a mais no Senado americano. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/11/11/republicanos-ficam-com-uma-cadeira-a-mais-no-senado-americano.htm>. Acesso em: 07 dez. 2020.

Multilateralismo pós-Trump: *o governo Biden será capaz de restaurar a atuação estadunidense à sua antiga glória?*

Maria Eduarda Andrade

We are the indispensable nation. We stand tall and we see further than other countries into the future, and we see the danger here to all of us.

Madeleine Albright

1. Introdução

Ao intitular os Estados Unidos como "a nação indispensável", Madeleine Albright, ainda Secretária de Estado do governo Bill Clinton, sintetizou em uma frase aquilo que analistas políticos demonstram há anos: durante décadas, o país, apresentando-se como aliado essencial, impôs sua presença no mundo. Após o final da Segunda Guerra, os EUA eram a nação com as melhores capacidades materiais e o maior prestígio internacional, sendo a única capaz de ditar normas e instituições para o pós-Guerra. Além de fazê-lo por meio da ação unilateral e acordos bilaterais, desenvolveram o sistema multilateral, que persiste décadas após sua formação. Em função de sua proeminência internacional no pós-Guerra, os Estados Unidos "assumiram a liderança global e patrocinaram uma série de instituições e parcerias multilaterais para governar as relações internacionais de segurança, política e economia" (PATRICK, 2008, p. XI, tradução nossa).

Os estadunidenses cumpriram seu papel de liderança global por décadas. Sob pretexto de garantir uma ordem global pacífica e fundamentada em normas, o país liderou, quase sem oponentes, a maioria das decisões tomadas por instituições multilaterais. No século XXI, contudo, novos desafios surgiram, com destaque para as mudanças climáticas, a ascensão da China no cenário internacional e a ameaça do terrorismo. Além dos desafios geopolíticos, o país enfrenta uma crise do neoliberalismo, a mais recente de uma série de crises estruturais do capitalismo, que atinge também a

hegemonia econômica estadunidense (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 12). Tais desafios, inevitavelmente, tiveram reflexos na forma como os últimos governos passaram a lidar com o multilateralismo, mas a administração de Donald Trump representou uma ruptura sem precedentes à maneira como o país atua na arena internacional.

Considerando o espírito geral de polarização que permeou as eleições de 2020, a vitória eleitoral de Joe Biden parece indicar a possibilidade de retomada da presença mais ativa — e assertiva — do país nas instituições multilaterais. Contudo, apesar de Biden se posicionar mais favoravelmente ao multilateralismo, não se deve acreditar que seu governo conseguirá reverter todos os impactos de seu antecessor. Ainda que ações pontuais para se reintegrar ao sistema multilateral já tenham sido sinalizadas por Biden, a conjuntura internacional atual é mais complexa que a de quatro anos atrás — e muito mais complexa que a do pós-Segunda Guerra.

2. Afinal, Biden será capaz de "Make America Great Again"?

A retórica do "America first", que norteou a política externa de Trump, teve a China como seu mais proeminente alvo. A competição entre os países foi especialmente acirrada na arena comercial, mas, em se tratando dos espaços multilaterais, a política isolacionista estadunidense abriu espaço para a ascensão da influência chinesa. A competição entre esses países torna a necessidade de forjar novos aliados — ou manter antigos — ainda mais urgente, tendo em vista que as disputas nas mais diversas arenas (comércio, investimentos, tecnologia, infraestrutura da comunicação) acontecem, em grande medida, no âmbito de instituições multilaterais. Assim, ao abandonarem o multilateralismo, os EUA essencialmente cederam sua posição de influência onde mais precisava manter aliados.

A política externa que Biden propõe representa o oposto daquilo que Trump empreendeu durante seu mandato. Uma série de medidas que podem ser consideradas

alinhadas ao multilateralismo já foram prometidas pelo futuro presidente. Com relação à sua política ambiental, Biden promete reincorporar os EUA ao Acordo de Paris no primeiro dia do seu mandato, além de restabelecer o financiamento do Green Climate Fund, iniciando com uma contribuição de 2 bilhões de dólares. Seu plano de governo define que o relacionamento com a Organização Mundial da Saúde (OMS) será restaurado imediatamente. Biden também já declarou estar aberto a renegociar o acordo nuclear com o Irã, e, principalmente, retomar a centralidade do Ocidente para a política externa estadunidense, ou seja, retomar a atuação do país na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (WASKOW et al, 2020).

Essa série de medidas poderia configurar um alívio para aqueles países que temem pelo fim da ordem mundial neoliberal, mas o ceticismo é a reação mais razoável no momento. O novo presidente dos EUA pode, de fato, instituir algumas medidas menos isolacionistas – por exemplo, Biden poderá voltar a integrar o Acordo de Paris sem necessidade de aprovação no Senado, pois, quando o país aderiu ao acordo em 2015, o fez por meio de executive orders e não como tratado formal (PATRICK, 2020). Considerando que o congresso estadunidense encontra-se extremamente dividido, com a possibilidade do partido Republicano vir a controlar o Senado, é provável que Biden continue a tomar decisões de política externa mediante executive orders (WEST, 2020). Contudo, seu mandato não será eterno e a facilidade com que decisões como essa podem ser revogadas indica uma instabilidade preocupante aos parceiros globais.

Ainda sobre o cenário político de forma geral, a vitória eleitoral de Biden foi consideravelmente acirrada, o que leva a crer que o trumpismo irá perdurar para além da derrota de Trump (THAROOR, 2020). Ademais da óbvia polarização política com a qual os Estados Unidos terão que lidar nos próximos anos, a resposta errática de Trump à sua derrota denota, mais uma vez, indícios de instabilidade política que causam desconfiança por todo o mundo. As acusações de fraude eleitoral, a declaração prematura de vitória por Trump e a resistência em proporcionar uma transição democrática fazem dos Estados Unidos um alvo de desconfiança agora, bem como para o futuro.

Considerando essa potencial instabilidade dos EUA, países que historicamente foram seus aliados passaram a se organizar em uma tentativa de sustentar a ordem liberal democrática sem a liderança estadunidense. Quando Trump anunciou a retirada do Acordo de Paris em 2017, nenhum país o acompanhou. A saída dos EUA da Parceria Transpacífica culminou na reformulação do acordo como "Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (TPP)", assinado no Chile em 2018 pelos 11 países que permaneceram, inabaláveis pela decisão de Trump. Além disso, Reino Unido, França, Alemanha, China e Rússia permanecem comprometidos com o acordo nuclear iraniano, apesar da relutância estadunidense. Decisões similares são observadas em várias esferas da cooperação internacional: o Conselho de Direitos Humanos da ONU permanece ativo mesmo após ter sido rechaçado por Trump e a iniciativa COVAX, da OMS – que busca garantir o acesso igualitário para todos os países à vacina contra o vírus da COVID-19 – também permanece ativa (GOWAN, 2020).

Isso não significa que a crise do multilateralismo é algo facilmente superável, mas aponta para a possibilidade de uma ordem multipolar na qual coalizões são formadas para defender seus interesses comuns. Em 2018, França e Alemanha inauguraram a "Aliança pelo Multilateralismo", uma organização informal que objetiva promover a cooperação entre países e tem seis prioridades iniciais definidas, dentre elas: fortalecer a legislação humanitária internacional, definir a mudança climática como uma ameaça à segurança e promover a igualdade de gênero (PATRICK, 2019). Outra iniciativa nesse sentido é conhecida como o grupo informal D-10, constituído majoritariamente por países do ocidente que objetivam trabalhar conjuntamente em estratégias para garantir a ordem liberal internacional (COUNTRIES..., 2018). Para além de coalizões de cunho informal, parcerias entre países de orientações políticas semelhantes também têm sido forjadas em diversas frentes. Em 2018, em resposta à ameaças comerciais dos EUA, o Japão assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia, criando a maior área econômica aberta do mundo.

3. Conclusão

Por mais que Joe Biden tenha indicado que seu governo retomará a trajetória do multilateralismo na política externa do país, não se pode dizer que os Estados Unidos conseguirão ocupar novamente o papel de liderança global ou que essa retomada será definitiva. A ascensão da China no cenário internacional levará, independentemente da vontade da maior potência do mundo, a uma reconfiguração do sistema internacional. Ademais, as inseguranças que circundam a capacidade dos EUA de reassumir uma posição proativa na ordem multilateral não serão meramente dissipadas com a eleição de Biden, visto que as tendências trumpistas na política do país permanecem consistentes.

Assim, para oferecer resistência à instabilidade global consequente do arrefecimento da influência estadunidense, aliados que anteriormente atuavam como seguidores agora buscam alternativas autossuficientes à proteção estadunidense. A maior atuação da China no âmbito das instituições multilaterais e às coalizões formais ou informais estabelecidas por outros países demonstram que, apesar dos desafios, o sistema multilateral pode se sustentar sem a necessidade de seu principal autor — ainda que este deseje, por ora, recuperar seu protagonismo.

Referências

COUNTRIES team up to save the liberal order from Donald Trump. **The Economist**, 2018. Disponível em: https://www.economist.com/international/2018/08/02/countries-team-up-to-save-the-liberal-order-from-donald-trump. Acesso em: 20 nov. 2020.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A Crise do neoliberalismo.** São Paulo: Boitempo, 2014.

GOWAN, R. Trump Failed to Kill Multilateralism, and Might've Even Made It Stronger. **World Politics Review**, 2020. Disponível em: https://www.worldpoliticsreview.com/articles/29186/trump-failed-to-kill-multilateralism-and-might-ve-even-made-it-stronger. Acesso em: 20 nov. 2020.

PATRICK, S. M. The Alliance for Multilateralism Makes Sense. Can It Make Good? **World Politics Review**, 2019. Disponível em: https://www.worldpoliticsreview.com/articles/28414/the-alliance-for-multilateralism-makes-sense-can-it-make-good. Acesso em: 20 nov. 2020.

PATRICK, S. M. **The Best Laid Plans:** the origins of American Multilateralism and the Dawn of the Cold War. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

PATRICK, S. M. What a Biden win would mean for the future of multilateralism? **World Politics Review**, 2020. Disponível em: https://www.worldpoliticsreview.com/articles/29165/what-a-biden-win-would-mean-for-the-future-of-multilateralism. Acesso em: 20 nov. 2020.

THAROOR, I. Trumpism is here to stay. **Washington Post**, 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/2020/11/05/trumpism-here-to-stay/. Acesso em: 20 nov. 2020.

WEST, D. M. What divided control of Congress would mean for President-elect Biden. **Brookings**, 2020. Disponível em: https://www.brookings.edu/blog/techtank/2020/11/09/what-divided-control-of-congress-would-mean-for-president-elect-biden/. Acesso em: 4 dez. 2020.

WASKOW, D; DAGNET, Y; THWAITES, J; FRANSEN, T. How Biden Can Make the US a Global Leader on Climate Action. **World Politics Review**, 2020. Disponível em: https://www.wri.org/blog/2020/11/biden-us-leadership-fight-climate-change. Acesso em: 20 nov. 2020.

O bipartidarismo ainda tem futuro nos EUA?

Daniel Cunha Rego

Numa live, dois jovens *youtubers* discutem trechos do recém-lançado livro do ex-presidente dos EUA, Barack Obama. “Meu deus, ele é péssimo! Eu odeio Obama!”, comenta decepcionado um deles. “Tem partes piores”, diz sua colega (OBAMA’S, 2020).

O que pode parecer, à primeira vista, uma conversa entre dois representantes da direita é, na verdade, o programa de debates da comediante e ativista progressista Katie Halper. Ela faz parte de um grupo de jovens desiludidos com os rumos do partido Democrata e que entendem que há uma “guerra civil” em curso pelo controle do partido: os corporativistas tradicionais centristas contra os progressistas ou socialistas, cuja liderança espiritual varia entre Bernie Sanders, Tulsi Gabbard e Alexandria Ocasio-Cortez.

O diagnóstico básico é que o partido democrata não é mais popular, mas sim uma extensão dos interesses corporativos de Wall Street, Big Pharma e, mais recentemente, do Vale do Silício. Os republicanos, liderados pelo populismo trumpista, ocuparam esse espaço nos votos dos trabalhadores, principalmente os *blue collar workers* do cinturão da ferrugem, ao fingir representar seus interesses e, pior, fizeram-no melhor que Clinton e Obama.

“O que é melhor para os progressistas? Uma vitória de Trump ou Biden?”

O título do vídeo de Kim Iversen (WHICH, 2020), comentarista política e radialista, parece inusitado para um país tão polarizado. Uma progressista cogitar apoiar Trump pode ser considerado pecado capital, justamente quando as eleições ganharam um ar de disputa civilizatória dos dois lados do espectro. Mas Iversen, que não esconde seu apoio por Tulsi Gabbard nas primárias, se classifica como uma “reducionista econômica”. Para ela, a guerra cultural em voga no país é uma distração para não permitir políticas

realmente inovadoras, como educação superior gratuita e saúde universal. “Que políticas [os democratas] propõem para consertar todo esse racismo e preconceito? Eles não têm políticas”. Sobre Trump, a comentarista minimiza sua demonização, rejeitando o rótulo de “fascista” ou a insinuação de que a democracia vive uma “crise existencial” no país: “O *establishment* democrata sempre diz isso para que votem neles” (*ibid*.).

Para Iversen, Biden representa a direita corporativa e não traria benefícios aos progressistas. “Ele não vai implementar políticas progressistas, não vai acabar com as guerras. Tudo que fazem são mudanças incrementais, que não desagradam seus doadores”. Seu raciocínio é: caso Trump ganhe, os democratas precisarão reconhecer a necessidade de mudança, de falar diretamente com o povo com políticas de bem-estar econômico.

A guerra que deve ser ganha por dentro

Kyle Kylinski é filiado ao partido democrata. Para ele, o sistema político-eleitoral dos EUA favorece estruturalmente o bipartidarismo: todos os outros são sistematicamente boicotados, apartados de espaço midiático e carentes de recursos financeiros. A “guerra civil”, interna ao partido, é a maneira mais eficiente que os progressistas têm para chegar ao poder. É preciso lançar candidatos nos distritos congressionais, é preciso desafiar o *establishment* corporativista. Mas não descarta, caso seja viável, a criação de um partido concorrente e repete seu mantra: “tudo é sobre políticas públicas” (JOE, 2020).

Kylinski fala bastante de um presidente em particular: Franklin Delano Roosevelt. Conhecido como FDR, teve o maior mandato da história do país, permanecendo no cargo por 12 anos, até sua morte. É conhecido por ter implementado o *New Deal*, programa de estímulos públicos de inspiração keynesiana que levou os EUA a um período de grande prosperidade após o desastre da crise de 1929. Biden, para Kylinski, certamente não está à altura desse legado.

A coalizão de Biden é sustentável?

Na convenção democrata que nomeou Biden, Ocasio-Cortez fez o gesto simbólico de apoiar Sanders, destacando a existência de um "movimento que entende a brutalidade insustentável de uma economia que premia desigualdades obscenas para os poucos às custas da estabilidade de longo prazo para os muitos". Mesmo assim, o candidato derrotado nas primárias apoiou seu colega de partido e é inclusive cotado para a vaga de secretário do emprego, posição que afirma aceitar caso tenha sob seu poder "um portfólio que permita lutar pelas famílias trabalhadoras" (GRAYER; KELLY, 2020).

Joe Biden conseguiu montar uma coalizão contra Trump, agregando vários setores relutantes da esquerda considerada radical. Mas assim que a "trégua eleitoral" passou, a disputa interna voltou a se acirrar (GODFREY, 2020). Diante dos resultados mais parcos do que o esperado – o partido, além de não conseguir ganhar maioria no Senado, manteve por pouco sua preponderância na Câmara – o racha interno já começa a se evidenciar nos diagnósticos oferecidos. Enquanto para centristas, como a deputada de Nova Jersey, Abigail Spanberger, a performance aquém do projetado está na conta da ala liberal e de reivindicações de movimentos como *Black Lives Matter*; para Ocasio-Cortez, o partido falhou em atingir os eleitores jovens com propostas de mudança real e em não levar a sério a campanha no porta-a-porta e na internet (HERNDON, 2020; BROADWATER; FANDOS, 2020).

O governo Biden, no entanto, permanece sem identidade. Seguindo a tônica da política pós-moderna na qual estamos já invariavelmente imersos, os eleitores estadunidenses precisaram se contentar com uma anti-campanha cuja principal promessa é retornar o país para uma suposta normalidade pré-Trump. Mesmo após o resultado das urnas, a pergunta "O que será o governo Biden-Harris" permanece indefinida. O presidente eleito afirma a importância do meio ambiente, mas nega o *green new deal* e apoia o *fracking*; diz apoiar a igualdade racial e de gênero, mas não propõe políticas de compensação e equalização econômica; ressalta a necessidade de se combater a

pandemia, mas rejeita a saúde pública universal; compreende a urgência de retomar as alianças estremecidas com o Ocidente democrático, mas não deixa claro se vai remover ou não tropas do Oriente Médio (ELKID, 2020).

A ala mainstream do partido resiste à renovação. A maioria republicana no Senado, inclusive, pode atuar como uma aliada inusitada do centrismo democrata que rechaça nomeações como a de Sanders na Casa Branca: a pouca representatividade da esquerda no governo pode ser facilmente justificada pelo discurso oficial com o argumento de que esses nomes não passariam pelo escrutínio do presidente republicano do Senado, Mitch McConnell (IVERSEN, 2020b). A continuidade da liderança de Nancy Pelosi é mais um sinal de que, apesar de ter crescido, a esquerda do partido democrata ainda não está convidada para a "salinha das decisões". Resta saber se serão sufocados, chutarão a porta ou repetirão o ato do Terceiro Estado francês.

E no outro lado?

No outro lado da avenida, o partido Republicano enfrenta uma de suas maiores crises. Uma bomba relógio que apenas espera o 20 de janeiro para disparar. Enquanto alguns republicanos proeminentes, como o ex-governador do estado de Ohio, John Kasich, saíram em defesa de Biden há mais tempo, a derrocada de Donald Trump promete criar uma cisão ainda mais grave no partido vermelho (R.I.P., 2020). Apesar da rejeição nas urnas, o presidente ainda tem uma base consideravelmente grande e, pior, fanatizada.

A emissora direitista Fox News parece ter sido uma das primeiras baixas. Apesar de seu contínuo suporte ao presidente durante os últimos 4 anos — ele era convidado frequente no matinal *Fox and Friends* — a emissora reconheceu a óbvia vitória de Joe Biden, ainda não admitida pelo republicano. Como resultado, passou a ser virulentamente criticada nas ruas por manifestantes trumpistas que gritam fraude eleitoral (WADMAN, 2020). A narrativa conspiratória que envolve elementos tão díspares como *deep state*,

pedofilia, Hollywood e China agora se adapta e joga a antiga aliada na posição de pária.

Isso, no entanto, é apenas o começo do que promete ser uma ruptura bem mais radical do que a experiência do *Tea Party* durante o governo Obama. Nos últimos quatro anos, o partido Republicano esteve intimamente ligado à figura de um homem que agora se recusa a honrar a tradição secular de transições pacíficas de poder (WEAVER, 2020). Ainda é, certamente, muito cedo para que possamos dimensionar essa cisma, mas não se pode descartar que Trump leve com ele boa parte do eleitorado republicano ou, no pior (e mais provável) dos casos, sequestre o próprio partido (BLEIKER, 2020).

JustSayNoToDonaldAndJoe?

"Somos sistematicamente boicotados", avalia Kim Iversen (WALL, 2020) diante da suposta censura da *hashtag JustSayNoToDonaldAndJoe* por parte do Twitter e da remoção do perfil @articlesofunity. Apesar da dupla recusa expressa na *hashtag*, promovida pelo grupo Articles of Unity (UNITY 2020, s.d.), não é fácil se despir do fardo secular de um bipartidarismo tão bem albergado nas instituições e práticas políticas dos EUA.

O governo Biden-Harris apresenta uma proposta de moderação e, em última análise, de volta à normalidade institucional do Império. No entanto, um partido Republicano que terá que encontrar rumos e lideranças na era pós-Trump; e um partido Democrata que tentará aplacar – ou sufocar – suas dissidências internas podem colocar em xeque esse retorno à idílica Arcádia imaginada do passado. Uma classe trabalhadora cada vez mais empobrecida e uma juventude com perspectivas econômicas pífias são elementos de desestabilização do "sonho americano" – ameaçado, para uns, pela transição hegemônica e, para outros, pela própria estrutura corporativa de Washington-Wall Street.

Na política pós-moderna (que beira à antipolítica) potencializada pelas redes sociais, só dizer 'não' pode viralizar e gerar engajamento. No entanto, a pura negação raramente é produtiva: é, aliás, o oposto da ação, pressuposto básico da política. As

limitações estruturais e as ameaças externas enfrentadas pela superpotência mais poderosa que a humanidade já viu não são pequenas e exigem um projeto assertivo de renovação. As propostas passadistas de Biden e Trump não parecem estar à altura da tarefa, mas a negação de ambas é tão somente o primeiro passo.

Referências

BLEIKER, C. After Trump's loss: What does the future hold for Republicans?. **DW**, Washington, 13 nov. 2020. Disponível em: https://p.dw.com/p/3lGuf. Acesso em: 5 dez. 2020.

BROADWATER, L.; FANDOS, N. Amid Tears and Anger, House Democrats Promise 'Deep Dive' on Election Losses. **The New York Times**, Nova Iorque, 5 nov. 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/11/05/us/house-democrats-election-losses.html. Acesso em: 5 dez. 2020.

ELKID, E. What is fracking, and where do Trump and Biden stand on it?. **CBS News**, Chicago, 28 out. 2020. Disponível em: https://www.cbsnews.com/news/trump-biden-what-is-fracking/. Acesso em: 5 dez. 2020.

GODFREY, E. The Democratic Truce is Over. **The Atlantic**, Boston, 10 nov. 2020. Disponível em: https://www.theatlantic.com/politics/archive/2020/11/conor-lamb-aoc-democrats-fighting-socialism/617045/. Acesso em: 5 dez. 2020.

GRAYER, A.; KELLY, C. Bernie Sanders says he would accept Labor secretary job if Joe Biden asks. **CNN**, Atlanta, 12 nov. 2020. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/11/11/politics/sanders-labor-secretary-biden-cnntv/index.html. Acesso em: 5 dez. 2020.

HERNDON, A. Alexandria Ocasio-Cortez on Biden's Win, House Losses, and What's Next for the Left. **The New York Times**, Nova Iorque, 7 nov. 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/11/07/us/politics/aoc-biden-progressives.html. Acesso em: 5 dez. 2020.

JOE Biden Lays Out His Economic Agenda. 20 nov. 2020. 1 vídeo (6m18s). Publicado no canal Secular Talk. Disponível em: https://youtu.be/gQ1iFaXU1z0. Acesso em: 5 dez. 2020.

OBAMA'S Book Sucks: A Reading. [S. l.: s. n.], 19 nov. 2020. 1 vídeo (7min 40s). Publicado pelo canal Katie Halper.. Disponível em: https://youtu.be/580bLHtXreA. Acesso em: 5 dez. 2020.

R.I.P., G.O.P.: The Party of Lincoln had a good run. Then came Mr. Trump. **The New York Times**, Nova Iorque, 24 out. 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/10/24/opinion/sunday/trump-republican-party.html. Acesso em: 5 dez. 2020.

UNITY 2020. A plan to save our republic. [s.d.]. Disponível em: https://articlesofunity.org/. Acesso em: 5 nov. 2020.

WADMAN, Paul. The Republican Party's future: Being terrorized by its unhinged base. The Washington Post, Washington, 20 nov. 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/2020/11/20/republican-partys-future-being-terrorized-by-its-unhinged-base/. Acesso em: 5 dez. 2020.

WALL Street To Shape The Biden Administration. [S. l.: s. n.], 9 nov. 2020. 1 vídeo (29m28s). Publicado no canal Kim Iversen. Disponível em: https://youtu.be/aFV-oOMxjzc. Acesso em: 5

dez. 2020.

WEAVER, Courtney. Anti-Trump Republicans map an uncertain future. **Financial Times**, Londres, 16 nov. 2020. Disponível em: https://www.ft.com/content/6e7cda10-f58a-4e3e-b2b0-0d577bf3b2ef. Acesso em: 5 dez. 2020.

WHICH Is Better For The Progressive Movement? A Trump Or Biden Win?. 25 set. 2020. 1 vídeo (55m32s). Publicado pelo canal Kim Iversen. Disponível em: https://youtu.be/SF-BJbAA0vg. Acesso em: 5 dez. 2020.

Os efeitos do endosso político feito por celebridades nas eleições dos Estados Unidos

Ana Luísa Vitali

Com o advento das mídias sociais, as campanhas políticas conseguiram alcançar um outro patamar de abrangência na última década. Tais mídias possibilitaram, entre outros fenômenos, que celebridades — cantores, atores, atletas — comecem a demonstrar suas opiniões políticas sobre diversos assuntos, apoiem movimentos sociais e diretamente colaborarem com campanhas políticas de candidatos. Contudo, apesar de astros serem influentes na venda de produtos, apoios políticos de fato influenciam o eleitor? Para responder isso, esta análise busca observar os dados disponíveis sobre registro de votos, artigos publicados sobre a temática acerca de eleições anteriores, e a característica da democracia estadunidense – na qual o voto não é obrigatório – para inferir o impacto do endosso político de celebridades nas eleições.

Figura 4: Manchetes sobre participação política de celebridades nas eleições de 2020.



Fonte: Marie Claire e Independent UK (2020).

O sistema de colégio eleitoral nos Estados Unidos é um dos grandes motivos pelo qual muitos cidadãos optam por não votar, já que muitas vezes sentem que o seu voto não faz diferença, principalmente se são democratas em estados tradicionalmente republicanos e vice-versa. Além disso, o modelo gera uma polarização muito grande, pois, na prática, só há duas opções de candidatos, que são de partidos de oposição. Portanto, as chances de que uma celebridade consiga mudar o voto dentro dessa polarização é mais difícil. Desse modo, há duas maneiras de como os efeitos da campanha podem ser amplificados pelo endosso: em campanhas nas primárias do mesmo partido, ou incentivando pessoas a se registrarem para votar — o que tende a ter efeitos mais decisivos nos *swing states*.

Para abordar a primeira possibilidade, será utilizado o artigo de Garthwaite e Moore (2012), que analisou o impacto das primárias do Partido Democrata em 2008, em que o ex-presidente Barack Obama derrotou Hillary Clinton. Os autores se basearam na campanha política feita por uma das personalidades mais influentes dos Estados Unidos, Oprah Winfrey. Segundo pesquisas do Pew Research Center, 23% dos democratas estariam mais suscetíveis a votar para Obama após o apoio dela. A apresentadora, de acordo com as estimativas, foi responsável por mais de 1 milhão de votos para Obama, valor que teria sido responsável pela diferença no voto popular entre os dois candidatos (ibid., p. 370). O impacto não foi necessariamente direto: foi constatado que o endosso aumentou as contribuições monetárias para a campanha, o que auxilia o candidato a buscar outras maneiras de conquistar eleitores, tendo em vista a associação entre gastos com campanhas e melhores resultados (LEVITT, 1994 apud GARTHWAITE; MOORE, 2012).

A segunda possibilidade, a mais abrangente delas, é a de que o apoio de figuras públicas incentivem pessoas a se registrarem para votar, assim afetando, indiretamente, o desfecho em estados cujos resultados não são garantidos — os chamados swing states, denominados desta forma justamente pela capacidade de "virar o jogo". Alguns milhões de votantes com certeza podem fazer a diferença para decidir o futuro presidente eleito. Em 2000, por exemplo, 193.4 milhões de cidadãos eram elegíveis ao voto, ao passo que

em 2018 o número havia crescido mais de 40 milhões, sendo que mais de três quartos destes eram pessoas latinas, pretas ou asiáticas (DOYLE, 2020). A seguir, será apresentada a importância destes indivíduos em específico.

Esse recorte é interessante para analisar o impacto do apoio de celebridades, pois uma pesquisa conduzida pelo Whitman Insight Strategies e MRC Data confirmou que 12% dos entrevistados foi influenciado por alguma personalidade para a eleição de 2020. Porém, quando separado por categorias, o número aumenta para os novos eleitores supracitados, e as estatísticas são de 28% dos eleitores pretos, 20% para latinos, 17% para a população LGBT e também 28% para a Geração Z e *Millennials* [1] — que podem ser considerados novos votantes devido à idade. Separando por partidos, os democratas têm mais probabilidade de serem influenciados (17%), ao passo que apenas 9% dos republicanos concordaram com a pesquisa (GARDNER, 2020).

O caráter diferenciado de 2020 também pode ter sido responsável por uma maior interferência externa, principalmente para pessoas que votaram pela primeira vez. Neste ano, mais pessoas começaram a prestar atenção na política, não só pela crise sanitária e econômica da Covid-19, mas pela grande onda de protestos do movimento Black Lives Matter, que se fez presente nos Estados Unidos com mais intensidade nos últimos meses. Assim, a insatisfação com a liderança fez com que novos eleitores se sentissem na necessidade de participar ativamente do processo político (ALTER, 2020). Nesse sentido, um estudo apresentado por Burton e Netemeyer (1992 apud HERBST; WOOD, 2007) mostrou que se o nível de envolvimento político do eleitor era previamente baixo, é mais provável que outros atores possam influenciar o processo de decisão — ou seja, para aqueles menos engajados politicamente, o apoio de alguma celebridade com a qual se identificam pode fazê-los votar em um candidato específico.

Um exemplo prático desse impacto foi visto em 2018, após uma postagem na plataforma Instagram pela cantora estadunidense Taylor Swift. De acordo com o Vote.org, um grupo que busca fomentar o registro de novos eleitores, após a divulgação da foto de Swift, quase 170.000 americanos se registraram para votar em apenas 48h, apresentando

[1] Os Millennials são compreendidos como indivíduos que nasceram entre 1980 a 1994, e a Geração Z entre 1995 e o final dos anos 2010.

crescimento intenso quando comparado com as semanas anteriores (GABBAT, 2018). Em 2020, o endosso político não acabou. Sendo oposição a Donald Trump, a cantora se posicionou diversas vezes por meio de suas plataformas para incentivar o voto em Joe Biden, e, apesar de não ser a única celebridade a fazê-lo, talvez seja a que possua o maior número de seguidores ativos – mais de 86 milhões:

> "In tweeting "we will vote you out in November," Swift has launched a new rallying cry for an adoring fanbase that sees Swift as more than just a musician, but as a voice of her, and consequently their, generation. **If those fans listen to her words about Trump as much as they listen to her music, that could foreshadow very bad things for the President this fall**." (COHEN, 2020, grifo nosso).

Desse modo, é possível perceber que celebridades realmente possuem um impacto na participação política nos Estados Unidos. Obviamente, alguns grupos são mais atingidos que outros e mesmo que se considere que o apoio de personalidades a algum candidato não seja o motivo principal por trás da escolha de um eleitor, deve-se levar em conta que, em algumas situações, o número de votos conquistados pelo endosso pode ser crucial para os resultados finais. A eleição de 2020 foi emocionante, para dizer o mínimo. Nos estados que definiram a vitória de Biden, a diferença de votos foi bastante pequena, sendo de apenas 81 mil votos na Pensilvânia e de 12 mil votos na Geórgia (2020 PRESIDENTIAL..., 2020). Assim, casos como os mencionados acima, que movimentaram muito mais que essa quantidade de pessoas via endosso de pessoas públicas, podem ter sido fulcrais à eleição do país mais poderoso do planeta – algo que de fato nos faz refletir sobre o futuro de campanhas políticas na era áurea do universo *online*.

Referências

2020 Presidential Election Results: Joe Biden Wins. **The New York Times**, 3 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/interactive/2020/11/03/us/elections/results-president.html. Acesso em: 21 de novembro de 2020.

ALTER, C. How Black Lives Matter could reshape the 2020 Elections. **TIME**, 17 de junho de 2020. Disponível em: https://time.com/5852534/black-lives-matter-2020-elections-voting/. Acesso em: 21 de novembro de 2020.

COHEN, S. Taylor Swift and the tweet that could help take down a president. **Forbes**, 30 de maio de 2020. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/sethcohen/2020/05/30/taylor-swift-and-the-tweet-that-could-help-take-down-a-president/?sh=e48b6c95863e. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

DOYLE, L. US Election explained: How many eligible voters in the US, what's the turnout? **EXPRESS**, 19 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.express.co.uk/news/world/1350151/US-election-explained-how-many-eligible-voters-us-election-average-turnout-evg. Acesso em: 21 de novembro de 2020.

GARTHWAITE, C; MOORE, T. Can Celebrity Endorsements Affect Political Outcomes? Evidence from the 2008 US Democratic Presidential Primary. **The Journal of Law, Economics, & Organization**, v. 29, n. 2, p. 355-384, 2012. DOI: 10.1093/jleo/ewr031.

GABBAT, A. The Taylor Swift effect: Nashville sounds off on singer's political endorsements. **The Guardian**, Nashville, 12 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.theguardian.com/music/2018/oct/12/taylor-swift-democrats-midterm-election-celebrity-political-endorsements. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

GARDNER, C. LeBron James, Taylor Swift Among Most Influential Celebrities In 2020 Election: Study. **Billboard**, 28 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.billboard.com/articles/news/9474197/lebron-james-taylor-swift-influential-celebrities-2020-election-study. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

HERBST, K; WOOD, N. Political Star Power and Political Parties: Does Celebrity Endorsement Win First-Time Votes? **Journal of Political Marketing**, v. 6, n. 2-3, p. 141-158, 2007. DOI: https://doi.org/10.1300/J199v06n02_08.

Os impactos da eleição estadunidense para a governança ambiental: *influências sobre o Acordo de Paris e a Amazônia brasileira*

Nathália Mamede

A formalização da saída dos Estados Unidos da América do Acordo de Paris um dia após as eleições no país, 4 de novembro de 2020, faz parte de uma política externa negacionista contra o multilateralismo do governo Trump. Tendo solicitado a saída do acordo um ano antes, o então presidente tentou se desvencilhar das responsabilidades já reconhecidas pelas Nações Unidas no combate às mudanças do clima. Ainda, adotou políticas que contrariam a ciência do clima, como o fortalecimento do fracking e a não punição de empresas altamente poluentes (YADAV, 2020).

Os Estados Unidos, a partir de 1800 e com a chegada da Revolução Industrial, foram o principal emissor de gases de efeito estufa (GEEs), sendo consideradas apenas as emissões de CO eq, até ser ultrapassado pela China, por volta da década de 90. Atualmente, os países que ocupam os seis primeiros lugares em total líquido de emissões são, em ordem decrescente, China, Estados Unidos, Índia, Rússia, Japão e Brasil (WRI, 2019). Dentre esses países, podemos igualmente ressaltar a presença de quatro das cinco nações que compõem o BRICS, que apresentaram um crescimento ao molde histórico dos países, passando também pelo aumento da indústria.

Ademais, as emissões por setor estadunidenses são similares à matriz de outros países desenvolvidos, com transporte e geração de energia como os maiores emissores (EPA, 2018), representando 15% das emissões mundiais (EPA, s.d.). Em contraste com países do Sul Global, como o Brasil, em que o setor que mais emite GEEs é o setor de uso da terra, mudança do uso da terra e silvicultura (AFOLU) (SEEG, 2020), que se relaciona diretamente com as áreas desmatadas e transformadas em prol da produção de commodities principal elemento da pauta exportadora do país.

Para a governança do clima, os Estados Unidos da América têm um peso imenso,

o que levou a uma grande comemoração da Aliança de Pequenos Estados Insulares (AOSIS, em inglês) frente à vitória de Biden (CARBON BRIEF, 2020). Ademais, por ter sido o maior emissor isolado durante quase um século e meio (CLIMATE WATCH, 2019), por ter concebido as arenas de negociações internacionais e ditado as bases do multilateralismo e das Nações Unidas, além de ser a maior potência econômica mundial com um mercado muito atuante, é impossível não atribuir responsabilidades que convêm ao país para amenizar as mudanças climáticas e em relação à governança ambiental global.

As promessas ambientais do Partido Democrata

O candidato democrata Joe Biden fez campanha maciça com relação à pauta ambiental, ponto de total divergência com o candidato à reeleição, Donald Trump. O candidato eleito, que se tornará o 43º presidente dos Estados Unidos, adotou a questão climática como um desafio urgente, especialmente o tema da transição energética.

Em sua trajetória política, Joe Biden foi responsável pela redação de uma das primeiras leis estadunidenses relativa às mudanças do clima e, quando ocupou o cargo de vice-presidente no governo Obama, liderou uma ação sobre a temática na qual promoveu a diminuição da dívida dos países tropicais a fim de aumentar o orçamento disponível para preservação ambiental de seus territórios, com a Tropical Forest Conservation Act. Além disso, aumentou a eficiência energética dos carros comercializados para a população americana (BIDEN; HARRIS, 2020).

Ainda sobre seu programa de governo, o democrata prometeu que no primeiro dia de governo faria o país retornar ao Acordo de Paris. Em um balanço das análises publicadas em grandes meios de comunicação, é provável que o candidato enfrente diversas dificuldades para aprovar a intenção de retorno ao Acordo, visto que as decisões dependem de um Senado que, atualmente, ainda pode ficar nas mãos dos republicanos.

Além da volta ao Acordo, outras propostas do presidente eleito podem sofrer entraves domésticos.

Em sua proposta de governo, Biden aborda um investimento trilionário no que intitula Clean Energy Revolution, que visa a uma economia baseada em energia limpa e com emissão de carbono zero até 2050. Outro fator relevante apresentado pela proposta é a questão dos empregos verdes, ou green jobs, área que tem sido analisada como proeminente e é uma aposta para geração de 10 milhões de empregos (BIDEN, HARRIS; 2020). Além disso, a vitória de Biden e Harris pode dar espaço para a aprovação da proposta do Green New Deal, que tem a deputada Alexandria Ocasio-Cortez como relatora.

Efeitos da eleição para as relações bilaterais - a relação entre a nova Casa Branca e o Palácio do Planalto

O silêncio do presidente Bolsonaro em relação à eleição de Joe Biden, categorizado como ensurdecedor pelo jornal conservador francês Le Figaro (2020), ao optar por não o parabenizar pelo resultado das eleições e não reconhecer oficialmente seu governo, diz muito sobre as controvérsias entre o futuro presidente estadunidense e Jair Bolsonaro, especialmente no que tange às questões de direitos humanos e meio ambiente.

As críticas que o Brasil vem recebendo de países europeus em relação à proteção ambiental, especialmente da Alemanha e da França, são atreladas ao aumento desenfreado do desmatamento e das queimadas, segundo dados do Instituto de Pesquisa Espacial (INPE) sobre o ano florestal 2018-2019 (INPE, 2019). O governo Biden, ao que tudo indica, irá se alinhar com esse conjunto de países com o intuito de fortalecer essa base de pressão. O posicionamento de campanha era tornar os Estados Unidos líderes nessa concertação internacional na temática do meio ambiente, liderando pelo exemplo. Dito isso, pode-se colocar em evidência a possibilidade de uma cobrança de outros governos

em torno do objetivo comum, a conservação do meio ambiente e a tentativa de solucionar a crise do clima.

No primeiro debate da corrida eleitoral, no dia 29 de setembro, o então candidato Biden falou sobre a possibilidade de cooperação internacional com o governo brasileiro no que diz respeito à Amazônia, com o objetivo de manter a floresta em pé. A proposta foi recebida por Bolsonaro com rispidez (A PROPOSTA..., 2020). O presidente brasileiro afirmou que o país não aceita mais "subornos, criminosas demarcações ou infundadas ameaças" (CABRAL, 2020), na tentativa de relativizar ou negar o aumento da irresponsabilidade ambiental em seu governo. Bolsonaro ainda afirmou que "quando acabar a saliva, tem que ter pólvora", em uma tentativa de ameaçar Biden e refutar suas acusações (CABRAL, 2020).

Impactos para as negociações climáticas

A volta ao Acordo de Paris permite uma retomada dos Estados Unidos em mais uma esfera do multilateralismo, a das negociações climáticas. Ator decisivo para a Conferência das Partes (COPs), os Estados Unidos perderam espaço na discussão com a chegada de Trump ao poder, que enfraqueceu os movimentos ambientalistas no país, além de flexibilizar regras que tentavam conter o avanço da crise do clima e de se retirar do próprio tratado.

Alguns analistas entendem que, com a volta do país e sob a liderança de um partido que tende a agregar essa causa às suas pautas, surja uma espécie de fôlego para resolução das controvérsias dentro do escopo da COP (BIDEN..., 2020). A necessidade de consenso acaba limitando os avanços reais dentro da negociação, como é o caso da regulamentação do mercado de carbono no mundo.

A busca por um consenso é imprescindível, visto que está dentro das regras de atuação da conferência, e que o alinhamento político e ideológico de cada governo

influencia de forma profunda as negociações. Com uma posição mais próxima dos países europeus atualmente, o governo Biden pode ser um período de solução de controvérsias e, finalmente, do estabelecimento de consensos com relação às medidas necessárias para o combate às mudanças do clima.

O que o mundo pode esperar

Os rumos da eleição dos Estados Unidos foram extremamente relevantes para questões de governança do clima, para as negociações internacionais e para o futuro da política ambiental do Brasil. É necessário ter em mente que como segundo maior emissor de carbono e maior economia do planeta, o país tem responsabilidades sobre como o mundo irá solucionar a emergência climática.

Apesar da resistência interna, é provável que o presidente consiga governar, ao menos em parte, como propôs, especialmente no que tange às energias renováveis, o que poderá favorecer o Brasil em termos de exportação de tecnologias. A volta ao Acordo de Paris, alinhada com as propostas democratas, aumenta a ambição das contribuições do país nas negociações do clima e no combate às mudanças do clima.

Por fim, o governo Biden deve se alinhar com a União Europeia e provocar uma onda de exigências que impeçam o presidente Jair Bolsonaro de governar da forma como vinha desde 2018, negando os impactos ao meio ambiente e priorizando a pauta agropecuária sem dar atenção ao Código Florestal e aos dados produzidos pelo próprio governo. Tais pressões, espera-se, farão que o Brasil tenha que aumentar suas responsabilidades e ambição a respeito da preservação ambiental.

Referências

A PROPOSTA de Biden e por que ela irritou Bolsonaro. **G1**, 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/30/a-proposta-de-biden-para-a-amazonia-e-por-que-ela-irritou-bolsonaro.ghtml. Acesso em: 22 nov 2020.

BIDEN, J.; HARRIS, K. **The Biden Plan for a clean energy revolution and environmental justice**. 2020. Disponível em: https://joebiden.com/climate-plan/#. Acesso em: 22 nov 2020.

BIDEN eleito: o que muda, na prática, no combate às mudanças climáticas com o novo governo. **Terra**, 2020. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/biden-eleito-o-que-muda-na-pratica-no-combate-as-mudancas-climaticas-com-o-novo-governo,f419ab24130039508d33e55c77e1ef06d6aszttk.html. Acesso em: 23 nov 2020.

CABRAL, M. Após risco de tornar o Brasil criminoso do clima, Bolsonaro acena com compromissos ambientais. **El País**, São Paulo, 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-22/apos-risco-de-tornar-o-brasil-criminoso-do-clima-bolsonaro-acena-com-compromissos-ambientais.html. Acesso em: 23 nov 2020.

CARBON BRIEF. **US Election: Climate Experts react to Joe Biden's victory.** 2020. Disponível em: https://www.carbonbrief.org/us-election-climate-experts-react-to-joe-bidens-victory. Acesso em: 23 nov 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **A estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019 é de 9.762 km²**. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294. Acesso em: 22 nov 2020.

SEEG BRASIL. **Emissões Totais**. 2020. Disponível em: http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission. Acesso em: 22 nov 2020.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (EPA). **Sources of Greenhouse Gas Emissions**. 2018. Disponível em: https://www.epa.gov/ghgemissions/sources-greenhouse-gas-emissions. Acesso em: 22 nov 2020.

_____. **Global Greenhouse Gas Emissions Data**. s.d. Disponível em: https://www.epa.gov/ghgemissions/global-greenhouse-gas-emissions-data. Acesso em: 22 nov 2020.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI). **Os países que mais emitiram gases de efeito estufa nos últimos 165 anos**. 2019. Disponível em: https://wribrasil.org.br/pt/blog/2019/04/ranking-paises-que-mais-emitem-carbono-gases-de-efeito-estufa-aquecimento-global. Acesso em: 22 nov 2020.

YADAV, S. Trump backs fracking over science. **The Ecologist**, 2020. Disponível em: https://theecologist.org/2020/nov/02/trump-backs-fracking-over-science. Acesso em: 23 nov 2020.

The Biden Era and the US Immigration Policies to Central America and Mexico

Marina Alves and Willian Alves

Introduction

Eleven million undocumented migrants, thirty thousand asylum seekers, and four hundred thousand immigrants under temporary protection status [1] (SEMOTIUK, 2020); a total of 11,430,000 people living in the United States have their future directly affected by US immigration policies. It is not exaggerated to say that the result of the 2020 US presidential election marked their destiny: in the dichotomy between Donald Trump and Joe Biden, there were, above all, opposing views on the migratory phenomenon. Such views would abruptly define the lives of many migrants in the United States.

Biden's victory ended years of Trump's attacks against migrants and gave them a sigh of relief. For approximately four years, Trump's administration dismantled the US migration system, making it extremely difficult to migrate to the US – or to live as an immigrant in the country. Narratives of fear, abuse, and sadness are not unusual: there have been exponential increases in the number of deportations, detentions, border control policies, and family separations. During Trump's government, 545 migrant children were separated from their parents and their families have not yet been located (DICKERSON, 2020) – of a total of 5400 children split at border during the trump administration (MORE..., 2020).

Immigration policy was elementary on Joe Biden's electoral agenda, offering possible changes in face of previous Trump's policies. There are promises related to the reduction of deportations, the reactivation of humanitarian programs revoked by the Republican, and the creation of processes to offer citizenship opportunities for immigrants who have lived in the United States for a long time. It is a fact that such statements by the president-elect bring an optimistic view regarding the renewal of the immigration system, giving hope to the various migrants living in the US, such as Geraldine Chinga, a migrant

[1] As the number of undocumented migrants is based on estimates, the total value may be underestimated

who arrived in the country as a child and said in an interview with CNN that "(...) I was thanking God and the people who helped us to vote. And they gave us a voice. We cannot vote, but now, I just want to hug each voter" (ALVAREZ, 2020).

However, all optimism must walk side by side with caution. The changes proclaimed by the Biden-Kamala coalition during the electoral period were positive, but it is necessary to compare them not only with those of the Trump administration but also with Joe Biden's past positions as Senator and Vice President on migration. That can lead to some uncertainties on how he is going to move forward now. In this sense, this text seeks to analyze the possible impact of Biden's election on the US immigration system, especially addressing the likely response to migratory flows from Central America and Mexico. Finally, the resistance that the president-elect may face to implement such changes will be briefly analyzed.

The analysis is intended to compare Trump's and Biden's views on the issue, also touching on the second's political background as Senator and Vice President, especially regarding topics related to migration. It is notable that Biden intends to finalize Trump's policies, but it is necessary to see his intentions to reactivate many immigration policies that were in effect during the Obama administration, and which were discontinued in Trump's government (WASHINGTON, 2020).

The United States Immigratory System

Extremely complex and confusing, the United States Immigratory System has been structured by The Immigration and Nationality Act (INA) since 1952 and is based on four pillars: the reunification of families, the admission of migrants with skills valuable to the country, the protection of refugees and the promotion of diversity. The INA stipulates both a limit of 675,000 permanent immigrant visas per year and a number set by Congress for the admission of refugees (USCIS, 2019). Permanent immigrant visas make it possible

to apply for citizenship.

All in all, the principles listed by the INA direct migration policies gave rise to immigration modalities[2], such as family-based immigration, employment-based immigration, per-country ceilings, refugees and asylees, diversity visa program, and other forms of humanitarian relief (AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL, 2019). Migratory flows from Central America and Mexico involve refugees and humanitarian relief programs, like the Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA), the Temporary Protected Status (TPS), and the Deferred Enforced Departure (DED). For this reason, they were chosen to be noted in this analysis, in addition to the factors that underline the situation of undocumented migrants.

The Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA) Reinstatement, The Temporary Protected Status (TPS) Extension and The Deferred Enforced Departure (DED)

In 2012, the Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA) program was implemented during the Barack Obama administration, without legal correspondence with immigration status or regulation dictated by the Administrative Procedures Law (RIES, 2020). The program granted temporary authorization to undocumented immigrants to reside, work, and study in the country for a minimum period of 2 years [3].

However, there were requirements to participate in DACA: being between 16 and 31 years old – in June 2012 (AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL, 2019) –, living continuously in the USA since June 15, 2007, not having a significant criminal record, and, at last, having completed high school or college – or having an equivalent diploma. Approximately 825 thousand individuals were covered by the program (NUNN; O'DONNELL; SHAMBAUGH, 2018)

DACA ended in 2017 during the Donald Trump administration, although, due

[2] To learn more about all types of migration to the USA, visit the link: https://bit.ly/3n3xL2P

[3] DACA does not provide any path to permanent citizenship. Also, it requires renewal every two years

to court orders, beneficiaries are still allowed to renew their work permit and protection against deportation. The end of the program has impacted the lives of thousands of migrants, mostly children. Minors, without guarantee of protection, stopped attending schools for fear of identification and deportation (UNESCO, 2018). In 2020, Joe Biden affirmed the reinstatement of DACA in his political campaign. The democrat claims that "he will explore all legal options to protect families from inhuman separation" (IDB, 2020a).

Another humanitarian relief program, the Temporary Protected Status (TPS), is conceded to people who are in the United States but cannot return to their country of origin due to external factors, essentially natural disasters, extraordinary temporary conditions, or ongoing armed conflicts. The TPS extends over a period that varies between six, twelve, or eighteen months and can be extended in situations where unsafe conditions in the country of origin persist. The TPS does not confer any other immigration status (AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL, 2019).

Since the early 2000s, Hondurans, Nicaraguans, and Salvadorans have been eligible for TPS due to a series of earthquakes in El Salvador, Honduras, and Nicaragua (O'CONNOR; BATALOVA; BOLDER, 2019). Nonetheless, in 2017, the Trump administration stated that it would not renew this eligibility. This decision was contested by a series of actions and did not take effect until the final moments of Trump's term. On the other hand, Biden has already spoken out about the program, defending not only the extension of the TPS to Venezuelans (BIDEN, 2020c) but also the creation of a process that provides citizenship to long-term holders (BIDEN, 2020d).

Finally, the Deferred Enforced Departure (DED) is a program that protects individuals whose country of origin is experiencing (political, social, etc) instability – which makes their return dangerous. Contrary to the TPS, which is authorized by the State, the DED depends only on the discretionary choice of the President. For similar reasons than the ones stated for the TPS, Biden also reaffirms that he will not support deportation to unsafe places and affirms the creation of the same process to enable citizenship to those

who have been part of the DED for a long time (BIDEN, 2020d).

The Changes Targeted by Biden in Other Migration Policies

Another point besides the humanitarian relief programs is related to the policies regarding refugees and undocumented migrants, including the legal procedures for their internal regularization and the procedures carried out in case of denial of stay – mainly deportation. At first, the Refugee Statute (1951) states refugees as a person who has been forced to leave their country for reasons of a well-founded fear of persecution due to their religion, nationality, race or ethnicity, social group, or political opinions. The US admits refugees under those terms.

Nevertheless, what most varies concerning refugees is the number of admissions, since as mentioned earlier, each year Congress, together with the President, sets a "numerical ceiling" for the number of refugees to be accepted in the country. According to the American Immigration Council, during the Obama administration, the "ceiling" had a stable limit, but during the Trump administration, it fell from 110,000 in 2017 to 30,000 in 2019, with a decrease of more than 50% per year (AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL, 2019). In the election race, Joe Biden stated that he wants to raise the ceiling to 125,000 admissions in his first year in office (BIDEN, 2020d).

Besides increasing the numerical ceiling for refugees, Biden has already shown an interest in reducing the high numbers of deportations. Furthermore, on the electoral agenda, he affirmed relevant changes in the US immigration system, in particular the temporary suspension of deportations, the creation of a process of legalization of the more than 11 million undocumented migrants, and an end to the separation of families and prolonged migratory detentions. He also defended the end of the Migrant Protection Protocol (MPP). The MPP, popularly known as Remain in Mexico, is an institute created by Trump that pressures migrants pending regularization to stay outside of the United

States (BIDEN, 2020a).

In other words, the democrat intends to reactivate many immigration policies that were in place during the Obama administration and were discontinued in the Republican government (WASHINGTON, 2020). But it is necessary to be cautious, since the Obama administration's migration policies also had its controversies, such as the exorbitant number of deportations that, in turn, exceeded the numbers registered in the first three years of Trump's administration (WASHINGTON, 2020).

A Probable New Vision About the US-Mexico Border

First of all, it is worth remembering that in 2016, Trump's electoral agenda was built around securitarian, border control, and immigration issues. The slogans of the Republican campaign "Make America Great Again" and "America First" justified, using superiority and xenophobic, the proposal to build a wall in the US-Mexico southern border to militarize and securitize routes used by unauthorized migrants and drug smugglers.

Joe Biden, in June 2020, during an interview with National Public Radio said that "there will not be another foot of wall constructed in my administration" ($11 BILLION..., 2020). Furthermore, he pointed out that Trump's obsession with building walls will not solve the US border security issues, and it costs billions of dollars to taxpayers since the wall is being built in remote areas, which requires difficult and expensive logistics. Thus, Biden announced that he would stop the construction, although it's still unclear if the 400 miles that were built during Trump's government will be brought down (ROGERS, 2020).

As, for the undocumented migrants, contrasting common sense – and former President Donald Trump –, Biden points out that the majority of them do not enter the country illegally, nor across the border with Mexico; in fact, they enter the US territory legally, possessing some type of visa and remain in the country even after the legal term

has expired. The families fleeing violence in Central America, on the other hand, are mostly volunteering to present themselves to border patrol officials, seeking to enter legal processes to obtain a visa (BIDEN, 2020b). Therefore, restrictive border control does not achieve a relevant result in migratory flows, being, above all, a larger space for numerous human rights violations.

A Possible Rapprochement with Central America and Mexico: a comparative between Biden's agenda and his past policies

Regarding international cooperation and governance of migration, Joe Biden criticizes the idea that migration policies are unilateral and strictly national. According to his official campaign agenda, the democrat intends to restructure action plans with Central American countries and Mexico, aiming to establish multilateral cooperation networks to contain the flows of undocumented migrants and human trafficking that are directed to the United States (BIDEN, 2020b).

For Biden, "nowhere will this be more important than in the immediate neighborhood in the United States that extends from Canada to Central America, a region where some of the greatest migratory pressures exist" (MEISSNER; MITTELSTADT, 2020). With that in mind, Biden's agenda discusses measures to be taken by his administration to strengthen regional ties, for example: holding regional meetings with leaders of nations in the North Triangle of Central America (El Salvador, Guatemala, and Honduras) and Mexico, in addition to identifying the causes of migration of individuals and managing migration.

It is a fact that Biden's position on migration is coated with humanitarian rhetoric, especially regarding Central America; for this reason, the democrat often links the "solution to migration" to economic aid to countries of origin and sees violence and poverty as the main causes of migration. This perspective brings to light a series of ineffective policies

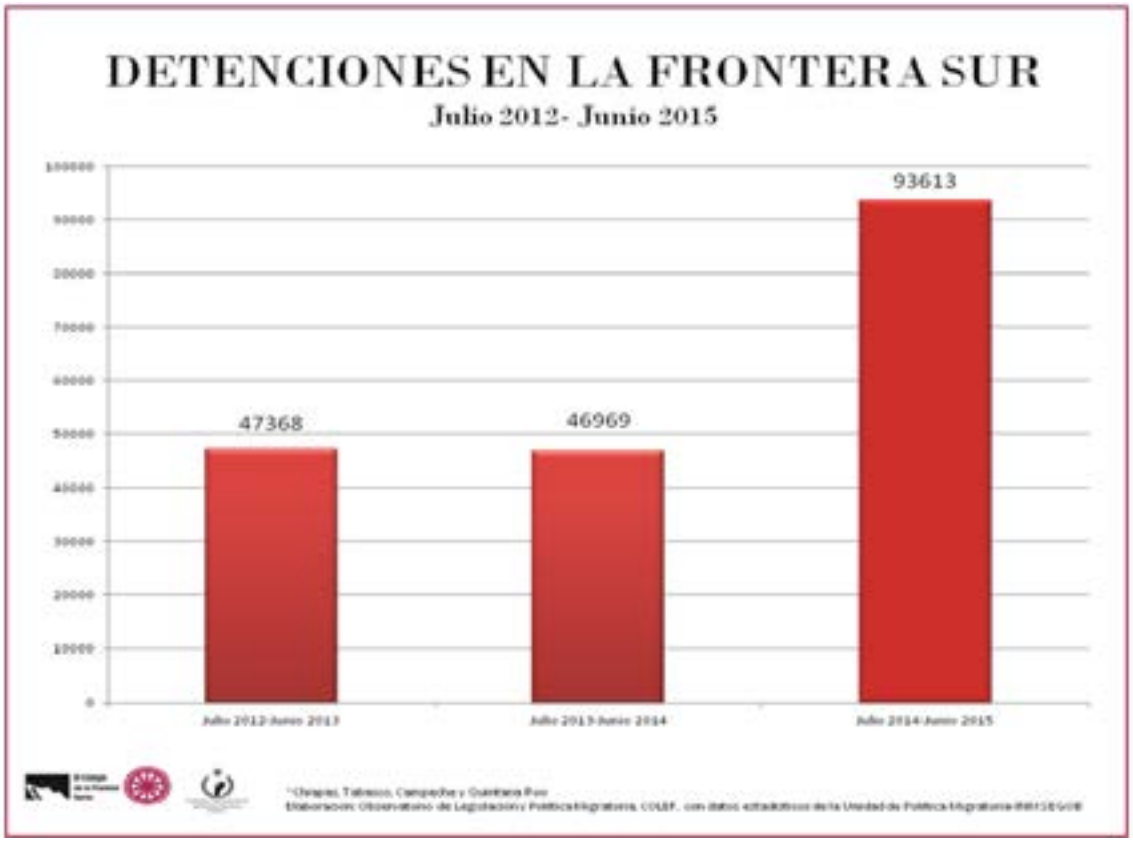
and strategies during his tenure as Senator (1973-2009) and, later, as Vice President (2009-2017).

In 1999, Biden was involved in issues related to Central and Latin America through Plan Colombia (1999), a US economic and military aid plan for Colombia to combat international drug trafficking and the paramilitary power of Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC). By 2008, the United States had transferred more than US$ 1.3 billion to the Colombian government, with approximately 75% of that amount being used for reinforcements by the armed forces and the police and 25% being used in assistance projects for populations victimized by conflicts (WASHINGTON, 2020). The plan was discontinued in 2016. It had little effect in combating trafficking and it resulted in increased use of militarized responses to the problem of drug trafficking in the region.

Biden also served on the Alliance for Prosperity (2014) program, created during the Obama administration. The program sent about US$ 750 million to El Salvador, Honduras, and Guatemala, in order to provide conditions for these countries to develop assistance, security and social development policies in the North Triangle of Central America. The program was the target of several criticisms and allegations that this economic package resulted only in the growth of militarized police forces, involved in several human rights violations, and in the strengthening of anti-democratic governments (WASHINGTON, 2020).

Directly linked to the theme of migration, and with Joe Biden as its Vice-President, the Obama Administration created the Frontera Sur Program (2014). It was responsible for putting pressure on the Mexican government in the repression of Central American migrants in southern Mexico, preventing them from reaching the border with the United States. The number of deportations and detained migrants increased exponentially and cases of international human rights violations were not uncommon (WASHINGTON, 2020).

Figure 5: Detentions on the Southern Border July 2012 - June 2015 (2014)



Source: Observatorio de Legislación y Política Migratoria, 2015

Moreover, Biden's policies for Central America have always prioritized reducing migratory flows instead of creating policies related to safe, orderly and regular migration. It is evident that Biden's criticisms toward Trump's immigration policies are well-founded. However, it is essential to visualize that the Obama administration (with Biden as vice-president) adorned some similar policies. Furthermore, as mentioned above, the number of people deported during the Obama administration was exorbitant, even when compared to the Trump administration.

Conclusion

As explained in the previous sections, Joe Biden, when compared to Donald Trump, is conventionally seen as a moderate politician, having a broader modus operandi towards issues such as human rights, multilateralism, the environment, and immigration policies. However, the Democrat has been part of the traditional Beltway's foreign policy circle [4] for more than 40 years. In other words, Biden also plays the American political game. Thus, bringing back the presented arguments, it is clear that Biden's electoral agenda to immigration policies preaches against his past political actions, which on many occasions were similar to Trump's modus operandi, based on imperialist, unilateral and human rights threatening actions.

Biden's game of supporting his immigration policies in an anti-Trump dynamic is not enough to change an old-fashioned immigration system and to promote bold reforms (MEISSNER; MITTELSTADT, 2020). The idea of a 100-day as a plan to resolve issues that have persisted for years seems extremely optimistic and, possibly, will not correspond to the reality found by Biden.

Despite Biden's progressive agenda, it is necessary to point out that the fulfilling of the government's immigration plans will be especially difficult for the Democrat, not only due to its complexity, but also due to the probable resistance by part of the population, which has always been complicit with the Trump's ideas on immigrants, and by the Senate, which has a habit of financial contention regarding immigration policies.

Finally, it is positive to see the space given by Biden to the discussion on migratory flows from Central America and Mexico, what may not be politically enough to enable a total reform of the immigration system, but small changes that, at first, may be essential for an optimistic future of the migrants in the USA, especially because those are far from the extremes committed by Trump.

[4] The term "Beltway" is used to refer to matters relevant to the United States Federal Government (presidency, senators, deputies), lobbyists, multinationals, suppliers and corporate media. The term refers to Interstate 495 (Capital Beltway), a federal highway that forms a circle (belt) around Washington, D.C., the US federal capital (THE DISTRICT POLICY GROUP, 2020).

[5] To learn more about the 100-day plan, visit the link: https://n.pr/3gxzevL

References

ALVAREZ, P. After years of unrelenting attacks, many immigrants breathe a sigh of relief with Biden victory. **CNN Politics**. 2020. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/11/07/politics/immigrants-daca-biden-trump/index.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL. **How the United States Immigration System Works**. Disponível em: https://www.americanimmigrationcouncil.org/research/how-united-states-immigration-system-works. Acesso em: 24 nov. 2020.

BIDEN, J. **The Biden Plan for Securing Our Values as a Nation of Immigrants**. 2020a. Disponível em: https://joebiden.com/immigration/. Acesso em: 23 nov.

_____. **The Biden Plan to Build Security and Prosperity in Partnership with the People of Central America**. 2020b. Disponível em: https://joebiden.com/centralamerica/. Acesso em: 21 nov. 2020b.

_____. **Joe Biden and the Latino Community**. 2020c. Disponível em: https://joebiden.com/todos-con-biden-policy/#. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. **The Biden Plan for Securing Our Values as a Nation of Immigrants**. 2020d. Disponível em: https://joebiden.com/immigration/. Acesso em: 22 nov. 2020.

DICKERSON, C. Parents of 545 Children Separated at the Border Cannot Be Found. **The New York Times**. 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/10/21/us/migrant-children-separated.html. Acesso em: 22 nov. 2020.

Q&A: Trump Administration's "Remain in Mexico" Program. **Human Rights Watch**, New York, 2020 Disponível em: https://www.hrw.org/news/2020/01/29/qa-trump-administrations-remain-mexico-program. Acesso em: 23 nov. 2020.

MEISSNER, D.; MITTELSTADT, M. At the Starting Gate: The Incoming Biden Administration's Immigration Plans. **Migration Policy Institute**, p. 13, 2020.

$11 Billion And Counting: Trump's Border Wall Would Be The World's Most Costly. **NPR**, 2020. Disponível em: https://www.npr.org/2020/01/19/797319968/-11-billion-and-counting-trumps-border-wall-would-be-the-world-s-most-costly. Acesso em: 23 nov. 2020a.

TRUMP'S Border Wall Builders Carry On Even Though Projects May Never Be Completed. **NPR**, 2020. Disponível em: https://www.npr.org/2020/11/16/934784015/trumps-border-wall-builders-carry-on-even-though-projects-may-never-be-completed. Acesso em: 23 nov. 2020b.

MORE than 5,400 children split at border, according to new count. **NBC**, 2020. Disponível em: https://www.nbcnews.com/news/us-news/more-5-400-children-split-border-according-new-count-n1071791. Acesso 6 dez 2020.

NUNN, R.; O'DONNELL, J.; SHAMBAUGH, J. A Dozen Facts about Immigration. **The**

Hamilton Project, p. 22, 2018.

OBSERVATORIO DE LEGISLACIÓN Y POLÍTICA MIGRATORIA. **¿Qué es el Programa Frontera Sur?** Boletín No. 1. 2016. Disponível em: https://observatoriocolef.org/wp-content/uploads/2016/06/BOLETÍN-1-Alejandra-Castañeda.pdf. Acesso em 26 nov 2020.

O'CONNOR, A; BATALOVA, J; BOLDER, J. Central American Immigration in the United States. **Migration Policy Institute (MPI)**. 2019. Disponível em: https://www.migrationpolicy.org/article/central-american-immigrants-united-states-2017. Acesso em 24 nov 2020.

RIES, L. President Trump and Joe Biden: Comparing Immigration Policies. **The Heritage Foundation**, 2020. Disponível em: https://www.heritage.org/immigration/report/president-trump-and-joe-biden-comparing-immigration-policies. Acesso em: 23 nov. 2020.

RODGERS, L.; BAILEY, D. Trump wall: How much has he actually built? **BBC News**, 2020.

THE DISTRICT POLICY GROUP. **Inside the Beltway**. Disponível em: http://www.districtpolicygroup.com/dewonkify-detail/dewonkify-inside-the-beltway. Acesso em: 22 nov. 2020.

ROGERS, J. NOT ANOTHER BRICK IN THE WALL Biden has vowed to STOP building Trump's border wall – but he will not tear down existing barriers. **The U.S. Sun**. 2020. Disponível em: https://www.the-sun.com/news/1761587/us-mexico-border-wall-donald-trump-joe-biden-future/. Acesso em 22 nov 2020.

SEMOTIUK, A. Fate Of U.S. Immigrants To Be Decided By Election Results. **Forbes**. 2020. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/andyjsemotiuk/2020/11/04/fate-of-us-immigrants-to-be-decided-by-election-results/?sh=1edc5f75566b. Acesso em 21 nov 2020.

USCIS. Immigration and Nationality Act. **U.S. Citizenship and Immigration Services** [USCIS]. 1952. Disponível em: https://www.uscis.gov/laws-and-policy/legislation/immigration-and-nationality-act. Acesso em 23 nov 2020.

UNESCO. GLOBAL EDUCATION MONITORING REPORT. **Migration, displacement and education:** building bridges, not walls. 2018.

WASHINGTON, J. Joe Biden's Plans for Latin America Fall Short. **The Intercept**, 2020. Disponível em: https://theintercept.com/2020/04/18/trump-latin-america-foreign-policy-joe-biden/. Acesso em: 22 nov. 2020.

Trump and Xi: *paradoxes in global governance in the 21st century*

Kamila Aben Athar

Since the end of World War II, the United States has played an important role in world politics. The current multilateral order was coined and shaped according to US terms and values, such as democracy and liberalism. As a result, its hegemony has been one of the most prevalent aspects of international relations, especially after the Cold War. International Relations (IR) studies acknowledge such ascendancy, and main IR theories approach the country's leading role in global governance, such as John Gerard Ruggie's "Embedded liberalism. However, the rise of China has put some governance paradigms into question, especially regarding US hegemony and power, as well as the order it sustains. This world trend has only grown, especially with Donald Trump's foreign policy, based on protectionism, isolationism, and unilateralism. Thus, it is undeniable that the US 2020 elections and Joe Biden's victory indicate the beginning of a new phase – or an attempt to return to a previous establishment in US foreign policy. Nevertheless, it is unlikely that this rearrangement will lead to the extinction of an entire global movement which points to a systemic change in world dynamics. China has no plans to abdicate its emerging position; on the contrary, the main trends forecast its expansion. Therefore, this analysis aims to identify some paradoxes of global governance regarding US's and China's roles in this complex and intriguing international system.

US Foreign Policy and the Trump Administration

The United States was responsible for creating the post-World War II system of global governance. According to Ruggie (1982), the United States had a pivotal role in the institutionalization process of a multilateral system compatible with the requirements of its domestic stability after the war. Whereas Franklin D. Roosevelt's challenge was to overcome the isolationist legacy of the 1930s and to ensure the US engagement in crafting

and maintaining a stable international order, the post-Cold War period was marked by the need to go beyond the interactions shaped by traditional balance-of-power politics to set an international transformational agenda (RUGGIE, 2005). For that purpose, multinational corporations and non-governmental and international organizations had a distinctive role defending the consolidation of global governance, since the former relied on a free market economy to function, while the latter conducted operations worldwide related to security, human rights, climate, global health, and other agendas (MILES, 2018).

In the 1990s, the Bill Clinton administration faced a domestic stalemate to internalize international treaties due to the allegation of jeopardizing national interests. For example, the US Senate rejected the Comprehensive Test Ban Treaty and robust international inspections of chemical and biological weapons production, as well as the Kyoto protocol[1] (RUGGIE, 2005). Although the George W. Bush administration's coalition to invade Iraq was quite extensive, the Bush Doctrine for foreign policy was marked by four major tenets: preemption, military supremacy, the exporting of democracy and unilateralism[2] (CASTRO SANTOS; TAVARES TEIXEIRA, 2013). Notably, the Barack Obama administration shed light once again in multilateralism and global governance by raising expectations about international cooperation and diplomacy and emphasizing global interdependence (CHIN, 2021).

For instance, the Donald Trump administration has demonstrated a preference for operating both unilaterally and bilaterally, especially with the "America First" foreign policy approach. The episodes of President Trump's interaction with the multilateral order have been usually associated with the aspiration to promote the US influence worldwide, intending to "protect American sovereignty and advance American interests and values", as stated by him (WHITE HOUSE, 2017). Likewise, the interplay with international organizations would have the simple purpose to condemn those institutions; to demand "better/fairer treatment" to the United States; to challenge other states that threaten US interests; or to repel China's influence. The US withdrawal from the Trans-Pacific Partnership and the Paris Climate Change Agreement – the linchpins of Obama's foreign

[1] The Kyoto Protocol "operationalizes the United Nations Framework Convention on Climate Change by committing industrialized countries and economies in transition to limit and reduce greenhouse gases (GHG) emissions in accordance with agreed individual targets" (UNITED NATIONS, [20-], pp. 2).

[2] See more in Ruggie (2006), Dumbrell (2002) and Talbott (2007).

policy –, as well as the recurrent criticisms targeting the World Trade Organization, the United Nations and the World Health Organization demonstrate the US growing isolationism and, thus, the opportunity for other emerging nations to assume such role, like China (CHIN, 2021).

Xi Jinping and the Chinese role in global governance

In 2003, the Chinese Communist Party proposed the Chinese "peaceful rise" strategy in order to bespeak its peaceful intentions while pursuing greater development and prosperity, avoiding the emergence of frictions with great powers. The strategy could be considered a response to the "China threat" theory of the 1990s but also "a rational policy choice based on domestic economic needs and international conditions" (HE; LIU, 2020, p. 1). However, the policy adjustments resulted in an assertive turn in diplomacy, especially after 2008, and the world perceptions on China has changed drastically ever since, with a growing perception of China's indispensable role in world dynamics. Therefore, China's success in integrating with the world while pursuing global leadership may result in crucial implications for the world, especially for the United States (TOBIN, 2018).

It is important to highlight that, amid Trump's distrust and disdain for multilateralism, Xi Jinping managed to fill the void left by US disengagement by expanding its presence and assertiveness in major multilateral forums. In January 2017, when the newly ensconced Trump administration pulled the United States out of the TPP, Xi attended the World Economic Forum in Davos, where the Chinese President affirmed China's role as the defender of free trade, global economic openness, and integration. Whereas Trump spoke of the ills of globalization, Xi's defense of globalization went down well with its audience (CHIN, 2021). While some authors believe that, rather than accepting the current status quo, Chinese policymakers could be actively trying to develop a new international order, others defend that China seeks to play a larger part in international forums and create

multilateral initiatives, such as the Asian Infrastructure Investment Bank and the Belt and Road Initiative. This shift in policy could indicate Beijing's dissatisfaction with the existing order, but, concurrently, it could mean that such projects might play an important role in China's increasingly ambitious foreign policy agenda (BEESON; LI, 2016).

Therefore, whereas there is a debate about nature and the possibility of a new and reformulated global governance, one thing is clear: a global or even regional governance is no longer possible without the participation and cooperation of China. Even the more hawkish realist scholars in the US recognize that China's growing material importance is a manifestation of a long-term redistribution of power in the international system that is likely to have ideational and policy making consequences (BEESON; LI, 2016). However, despite the increase of Chinese leadership, some authors identify possible constraints which could jeopardize China's ability to exercise the format of leadership deployed by previous hegemons. The debate surrounding the Beijing Consensus and China's lack of attempt to formulate its own model as a set of universal principles raise further questions whether it is possible to consolidate a "hegemony with Chinese characteristics". Another example is China's entry into the World Trade Organization, which could also suggest that, rather than proposing an alternative to the US-centred Washington Consensus, China may conversely be in the process of internalizing the rules of the West (GRAY; MURPHY, 2013).

Conclusion

Global governance in the 21st century is being stitched together by a multiplicity of actors and interests. The intertwine of US and Chinese foreign policies in international chess is essential to understand the current volatility and future trends in world dynamics. While Donald Trump succeeded in undermining the multilateral order and promoting unilateralism, the future of global governance turns out to be an open question now that Joe Biden was elected the next President of the United States. There is no question that tensions,

conflict, and competition between the US and China are likely to remain, especially in the areas of advanced technology, digitalization, artificial intelligence, intellectual property, 5G, and the trade and financial imbalance. However, there may be some openings for improvement in the bilateral relationship, and ground for new consensus and cooperation, especially in the areas of climate change mitigation, environmental protection, and global health pandemics, including COVID-19. Regardless, China's role in the international system is undoubtedly remarkable and, even with the "US pivot to multilateralism" under the Biden administration, it is unlikely that China will lose its importance worldwide, including on global governance matters.

References

BEESON, M.; LI, F. China's Place in Regional and Global Governance: A New World Comes Into View. **Global Policy**, 2016, p. 1–9. Retrieved from: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1758-5899.12348. Available on: Dec. 1st 2020.

CASTRO SANTOS, M. H.; TAVARES TEIXEIRA, U. The essential role of democracy in the Bush Doctrine: the invasions of Iraq and Afghanistan. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 2, 2013, p. 1–26. Retrieved from: https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a08.pdf. Available on: Dec. 1st 2020.

CHIN, G. T. US-China Relations and Remaking Global Governance: From Stalemate and Progress to Crisis to Resolutions. **Asian Perspective**, Advance Publishing, v. 45, n. 1, 2021, p. 91–109. Retrieved from: https://muse.jhu.edu/article/771313/pdf. Available on: Dec. 1st 2020.

DUMBRELL, J. Unilateralism and 'America First'? President George W. Bush's Foreign Policy. **The Political Quarterly**, v. 73, n. 3, 2002. Retrieved from: https://www.researchgate.net/publication/30052958_Unilateralism_and_%27America_First%27_President_George_W_Bush%27s_Foreign_Policy. Available on: Dec. 1st 2020.

GRAY, K.; MURPHY, C. N. Introduction: rising powers and the future of global governance. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 2, 2013, p. 183–193. Retrieved from: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.775778. Available on: Dec. 1st 2020.

HE, K.; LIU, F. China's Peaceful Rise: From Narrative to Practice. **The Oxford Handbook of Peaceful Change in International Relations**, 2020. Retrieved from: https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780190097356.001.0001/oxfordhb-9780190097356-e-27. Available on: Dec. 1st 2020.

MILES, K. Global Governance: Three Futures. **International Studies Review**, 20, 2018, p. 239–246. Retrieved from: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4899526/mod_resource/content/1/Global%20governance%20-%20three%20futures.pdf. Available on: Dec. 1st 2020.

RUGGIE, J. G. International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. **International Organization**, v. 36, n. 2, 1982, p. 379–415. Retrieved from: http://ftp.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/rug_ocr.pdf. Available on Dec. 1st 2020.

RUGGIE, J. G. American Exceptionalism, Exemptionalism and Global Governance. **American Exceptionalism and Human Rights**, 2005, p. 304–338. Retrieved from: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=517642. Available on: Dec. 1st 2020.

RUGGIE, J. G. **Doctrinal Unilateralism and its Limits:** America and Global Governance in the New Century. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2006. Retrieved from: https://www.hks.harvard.edu/sites/default/files/centers/mrcbg/programs/cri/files/workingpaper_16_ruggie.pdf. Available on: Dec. 1st 2020.

TALBOTT, S. Unilateralism: Anatomy of a Foreign Policy Disaster. **The Brookings Institution**, 2007. Retrieved from: https://www.brookings.edu/opinions/unilateralism-anatomy-of-a-foreign-policy-disaster/. Available on: Dec. 1st 2020.

TOBIN, L. Xi's vision for transforming global governance: a strategic challenge for Washington and its allies. **Texas National Security Review**, v. 2, n. 1, 2018, p. 154–166. Retrieved from: https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/73730/TNSRVol2Issue1_Tobin.pdf?sequence=2. Available on: Dec. 1st 2020.

UNITED NATIONS. **What is the Kyoto Protocol?**. United Nations Framework Convention on Climate Change, [20-]. Retrieved from: https://unfccc.int/kyoto_protocol. Available on: Dec. 1st 2020.

WHITE HOUSE. **President Donald J. Trump Announces a National Security Strategy to Advance America's Interests.** Washington D.C.: White House, 2017. Retrieved from: https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/president-donald-j-trump-announces-national-security-strategy-advance-americas-interests. Available on: Dec. 1st 2020.

petrel

[v.2 | n.4] [dezembro | 2020]

